



**NÚMERO: 148/2011**  
**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS**  
**INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS**  
**PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**  
**ÁREA ANÁLISE AMBIENTAL E DINÂMICA TERRITORIAL**

**PAULA DA SILVA BESPALÉC**

**A TERRITORIALIDADE CAIÇARA E OS CONFLITOS NA VILA DE PICINGUABA  
(PARQUE ESTADUAL DA SERRA DO MAR – SP)**

Dissertação de mestrado apresentada  
ao Instituto de Geociências como parte  
dos requisitos para a obtenção do título  
de Mestre em Geografia.

Orientadora: Profa. Dra. Arlêude Bortolozzi

CAMPINAS – 2011

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA POR  
CÁSSIA RAQUEL DA SILVA – CRB8/5752 – BIBLIOTECA “CONRADO PASCHOALE” DO  
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS  
UNICAMP

B464t Bespalec, Paula da Silva, 1979-  
A territorialidade caiçara e os conflitos na Vila de  
Pinguaba (Parque Estadual da Serra do Mar –SP) /  
Paula da Silva Bespalec-- Campinas,SP.: [s.n.], 2011.

Orientador: Arlêude Bortolozzi.  
Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de  
Campinas, Instituto de Geociências.

1. Territorialidade humana - Brasil. 2. Vila de  
Pinguaba (Ubatuba, SP). 3. Parque Estadual da Serra  
do Mar (SP). I. Bortolozzi, Arlêude, - II. Universidade  
Estadual de Campinas, Instituto de Geociências.  
III. Título.

Informações para a Biblioteca Digital

**Título em inglês:** The caiçaras's territoriality and conflicts in the Pinguaba's Village (State Park of Serra do Mar, São Paulo, Brazil).

**Palavras-chaves em inglês:**

Human territoriality - Brazil

Pinguaba's village

State Park of Serra do Mar (SP, Brazil)

**Área de concentração:** Análise Ambiental e Dinâmica Territorial

**Titulação:** Mestre em Geografia.

**Banca examinadora:**

Arlêude Bortolozzi (Presidente)

Marcos Aurélio Saquet

Salvador Carpi Júnior

**Data da defesa:** 22-08-2011

Programa de Pós-graduação em Geografia



UNICAMP

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS  
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS  
PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA  
ÁREA DE ANÁLISE AMBIENTAL E DINÂMICA TERRITORIAL

**AUTORA:** Paula da Silva Bespalec

“A Territorialidade Caiçara e os conflitos na Vila de Picinguaba  
(Parque Estadual da Serra Do Mar – SP)”

**ORIENTADORA:** Profa. Dra. Arlêude Bortolozzi

Aprovada em: 22 / 08 / 2011

**EXAMINADORES:**

Profa. Dra. Arlêude Bortolozzi

- Presidente

Prof. Dr. Salvador Carpi Júnior

Prof. Dr. Marcos Aurélio Saquet

Campinas, 22 de agosto de 2011



*Ser caiçara hoje é ser perseverante, é lutar pelos seus direitos e saber viver em sociedade também, viver em conjunto [...] a gente tem perdido muito isso. É muito individualista. Ser caiçara pra mim é isso. Viver em comunidade, ajudar o outro nas suas necessidades e lutar pelos seus direitos também.*

(Depoimento fornecido por uma moradora da Vila da Vila de Picinguaba - SP)



## **Agradecimentos**

Agradeço primeiramente à vida por ter me dado as inúmeras oportunidades. Experiências vividas nas suas diferentes trilhas, mas que culminam num único caminho: o do aprendizado!

À minha família, agradeço os valores que me foram passados que ajudam a me direcionar na realidade de hoje. E, às experiências de vida que muito me ensinaram, principalmente dos meus avós e pais.

Agradeço a Prof. Dra. Arlêude Bortolozzi pela orientação deste trabalho, pela paciência nos meus momentos de insegurança e ansiedade.

À Prof. Dra. Sueli Ângelo Furlan pelas contribuições no exame de qualificação, assim como ao Prof. Dr. Salvador Carpi Júnior, inclusive pela disposição no auxílio para a confecção dos mapas.

Agradeço a Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) pela bolsa concedida, que muito me auxiliou e garantiu a realização desta dissertação de mestrado.

Às secretárias do Programa de Pós-Graduação da Geografia no Instituto de Geociências, principalmente à Valdirene e Gorete, pela ajuda fornecida em tudo que precisei.

Agradeço também aos moradores de Picinguaba que humildemente me concederam as entrevistas e me contaram um pouco de suas histórias de vida. E aos funcionários da Prefeitura Municipal de Ubatuba que também contribuíram com esta pesquisa.

E a minha irmã, Ju, pelas aventuras divididas nos trabalhos de campo!



## SUMÁRIO

Introdução.....	1
-----------------	---

### Capítulo I

#### **As “áreas naturais protegidas”: concepções e conflitos**

1.1 – O conceito de natureza e ambiente na Geografia: aspectos introdutórios.....	9
1.2– As “áreas naturais protegidas” e as “populações tradicionais”: a historicidade do tema.....	12
1.3– A definição de “populações tradicionais”: breve discussão necessária.....	16
1.3.1 – A inserção das “populações tradicionais” na legislação: uma apresentação.....	25

### Capítulo II

#### **O território e a territorialidade caiçara: seu passado histórico e as referências para uma compreensão atual**

2.1 – Um panorama do conceito de território e de territorialidade.....	31
2.2 – Contextualização histórica e territorial dos grupos caiçaras do litoral norte do Estado de São Paulo: apropriação e usos do território.....	39
2.3 – A Vila de Picinguaba: cenário de conflitos .....	59
2.3.1 – Principais problemas encontrados na Vila de Picinguaba sob o olhar dos seus interlocutores.....	65

## Capítulo III

### **A territorialidade caiçara através de uma análise comparativa: do Plano de Manejo do Parque Estadual da Serra do Mar (2005/ 2006) às vozes dos interlocutores**

3.1 – Análise documental do Plano de Manejo do Parque Estadual da Serra do Mar (2005/2006).....	77
3.1.1 – A Zona Histórico-Cultural Antropológica (Núcleo Picinguaba – Parque Estadual da Serra do Mar-SP ).....	80
3.2 – As controvérsias nas falas dos entrevistados.....	85
Considerações finais.....	92
Referências bibliográficas.....	95
Anexos	
1. Transcrição das entrevistas realizadas no trabalho de campo de abril de 2010.....	101
2. Transcrição das entrevistas realizadas no trabalho de campo de setembro de 2010.....	115
3. Modelo do questionário utilizado nas entrevistas .....	131

## Lista de figuras

2.1 As canoas caiçaras, presentes, ainda, na paisagem da Vila de Picinguaba (município de Ubatuba).....	48
2.2 As canoas caiçaras, presentes, ainda, na paisagem da Vila de Picinguaba (município de Ubatuba).....	48
2.3 Barcos pesqueiros ancorados na Vila de Picinguaba: retrato da influência da pesca industrial na vida dos caiçaras.....	51
2.4 Localização do Parque Estadual da Serra do Mar.....	53
2.5 Núcleos administrativos do Parque Estadual da Serra do Mar.....	54
2.6 A rodovia BR-101 na região norte do município de Ubatuba (próximo ao bairro Ubatumirim).....	59
2.7 A estrada que leva à Vila de Picinguaba.....	61
2.8 Vista parcial da Vila de Picinguaba.....	62
2.9 O cenário da Vila de Picinguaba.....	63
2.10 A beleza cênica da Vila: um atrativo turístico.....	63
2.11 A presença dos ranchos de pesca na faixa de areia da praia.....	70
2.12 Ocupação no Morro do Baú.....	71
2.13 Ocupação no Morro do Baú.....	71
2.14 A presença dos turistas na Vila num feriado chuvoso (Páscoa de 2011) verificada pela quantidade de automóveis.....	73
2.15 A presença dos turistas na Vila num feriado chuvoso (Páscoa de 2011) verificada pela quantidade de automóveis.....	73
2.16 O “sincretismo religioso”: a Igreja Católica da Vila de Picinguaba.....	75
2.17 O “sincretismo religioso”: a Igreja Evangélica da Vila de Picinguaba.....	75
2.18 O “sincretismo religioso”: a Igreja Adventista da Vila de Picinguaba.....	75
3.1 O zoneamento proposto pelo Plano de Manejo 2005/2006.....	81
3.2 Destaque para a Zona Histórico-Cultural Antropológica.....	82

## **Lista de Siglas**

CONDEPHAAT: Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Arqueológico e Turístico do Estado de São Paulo

CONFRIO: Companhia Nacional de Frigoríficos S/A

IBAMA: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis

OIT: Organização internacional do Trabalho

PESM: Parque Estadual da Serra do Mar

PNPCT: Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais

SNUC: O Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC

TEBAR: Terminal Marítimo da Petrobrás

ZHCA: Zona Histórico-Cultural Antropológica



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS  
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS  
Pós-Graduação em Geografia**

**A territorialidade caiçara e os conflitos na Vila de Picinguaba (Parque Estadual da Serra do Mar – SP)**

**Resumo**

A organização socioespacial dos grupos caiçaras no Estado de São Paulo (Brasil) está relacionada, principalmente, à forma como historicamente o litoral norte foi produzido considerando-se os ciclos econômicos mercantis, que conferiram à região períodos de inclusão e de isolamento a depender dos interesses da política econômica mundial. Fato este que foi observado até o final do século XIX com o declínio da economia cafeeira nesta região. Do início do século XX até meados da década de 1950 a configuração territorial dessa área foi marcada pelo “tradicional” modo de vida caiçara, o qual nos períodos posteriores encontrou fatores que influenciaram na transformação da sua estrutura social. Dentre eles a expansão da industrialização e urbanização; a construção da Rodovia Rio-Santos e a criação do Parque Estadual da Serra do Mar (PESM – SP), incluindo o Núcleo Picinguaba em 1979. Assim sendo, este trabalho pretendeu desenvolver uma compreensão sobre a territorialidade de grupos de caiçaras no norte do litoral do estado de São Paulo – mais precisamente na Vila de Picinguaba – inseridos na Zona Histórico-Cultural Antropológica estipulada pelo Plano de Manejo do Parque Estadual da Serra do Mar (2005/2006) – que no momento propõe a re-categorização da Vila – entendendo que essa parcela da população está mais relacionada ao contexto urbano, formando, assim, na atualidade uma nova territorialidade. A territorialidade é criada através do uso do território pelas diferentes relações sociais. No caso da Vila de Picinguaba constatou-se uma nova territorialidade decorrente de novas relações, como a urbanização acelerada, a especulação imobiliária e a inclusão da Vila numa Unidade de Conservação de Proteção Integral que transformaram e modificam ainda hoje o cenário e a vida dos moradores, principalmente dos caiçaras. Os principais resultados obtidos com esta pesquisa por meio do confronto das informações adquiridas na análise documental com as alcançadas na realização da parte empírica permitiu apresentar algumas sugestões de ações alternativas para a melhoria das políticas públicas urbanas referentes à Vila de Picinguaba.

Palavras-chave: territorialidade caiçara – Vila de Picinguaba – Parque Estadual da Serra do Mar (SP)





**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS  
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS  
Pós-Graduação em Geografia**

**The caiçaras' s territoriality and conflicts in the Picinguaba's Village (State Park of Serra do Mar, São Paulo, Brazil)**

**Abstract**

The sociospatial caiçaras' s groups organization north coast of state of Sao Paulo (Brazil) tell us, mostly how it was produced considering the economical and commercial cycles that allowed the region to have different phases, some of inclusion and others isolation depending on the world economical politics interests. Fact that has been observed till the final XIX century with the Coffee's economic decline. From the beginning of XX century to the middle of 1950's decade, the configuration of this territory was impregnated with caiçaras' s way of life, which found in the next decades others factors that changed its original social structure like: the urbanization process and industrial expansion, the Rio – Santos road construction, the creation of State Park of Serra do Mar (PESM-SP) including Picinguaba in 1979. So, this work intended to develop a comprehension about the territoriality of caiçara' s groups in the north coast of state of Sao Paulo – focusing Picinguaba's Village – inside of Historical, Cultural and Anthropological Zone which was determined by the Management Plan of Coast 's state Park (2005 -2006) and which more recently had the purpose of doing the so called re- categorization of the village (understanding that this part of population is more and more related to the urban context ) constructing a new territoriality. This is produced through the use of territory by different social relations. In the case of Picinguaba's Village was found that the new territoriality has been created by new relations such as accelerated urbanization, build's speculation and the village's insertion into the area of conservation and integral protection. All that have been changes the sights and the lives, mostly of caiçaras's groups. The most important results from this research came from an analyses that tried to cross dates collected from official documents with the ones collected with empirical research. That confrontation made possible to point out some ideas of alternatives actions to improve urban public policies related to Picinguaba's Village.

Key words: caiçaras's territoriality – Picinguaba's village – State Park of *Serra do Mar* (Brazil)



## INTRODUÇÃO

A escolha de um tema para o desenvolvimento de uma pesquisa vai além das inquietações do presente que agitam a mente do pesquisador. Ela possui raízes nas vivências, experiências, concepções e valores apreendidos ao longo da vida. A paixão pela natureza e por outras formas de organização da vida social, diferente das encontradas nas grandes cidades, sobretudo pelos valores e pela simplicidade no viver a vida (o que pode não passar de uma simples ilusão) acompanha-me antes da minha inserção no mundo acadêmico. Mundo esse que construiu outras concepções, que transformou minha maneira de pensar, destruiu formas ilusórias de enxergar o mundo... mas não acabou com os sentimentos e vontades mais profundas. Vontade de viver numa realidade mais harmonizada, na qual todos tenham voz e conhecimentos valorizados, ainda que esse conhecimento não seja oficializado e que essa voz não passe de uma simples aceitação de ser diferente! O interesse específico por essa temática e pelo local de realização da pesquisa surgiu do contato tido com o ambiente marinho e com os moradores de Ubatuba (litoral norte do Estado de São Paulo), desde 2002 quando realizei estágio no Projeto Tartarugas Marinhas (IBAMA) no município de Ubatuba. Nos subseqüentes anos participei do Projeto Ecossistemas Marinhos da Universidade de São Paulo, como monitora e coordenadora de atividades de educação ambiental no Parque Estadual da Ilha Anchieta, também em Ubatuba, onde tive contato com profissionais de diversas áreas que me ensinaram muito e com estudantes do ensino fundamental de escolas públicas do município, a maioria filhos de pescadores e moradores “tradicionais” dos bairros mais periféricos do município, com destaque para o Puruba e Picinguaba. Da mesma forma, as questões referentes à legislação ambiental e aos conflitos existentes em unidades de conservação também sempre me chamaram a atenção, por perceber que os moradores locais, na maioria das vezes, eram excluídos das decisões tomadas nos seus locais de moradia, prevalecendo as normas e interesses ditados pelos setores hegemônicos da sociedade. Diante disso, a leitura do Plano de Manejo do Parque Estadual da Serra do Mar (2005/ 2006) foi importante para compreender o zoneamento proposto com a criação da Zona Histórico-Cultural Antropológica, que teoricamente é um mecanismo de inserção dos interesses

dos moradores locais, mas que na prática e, sob o olhar científico, necessitaria de uma maior observação, compreensão e análise.

A fundamentação teórica deste trabalho procurou entender historicamente a formação territorial como uma formação de sociedade que se expressa na paisagem e nos diferentes modos de produção adotados. Implica nos processos de valorização do espaço, *“envolve a relação de uma sociedade específica com seu espaço, num intercâmbio contínuo que humaniza essa localidade, materializando sincronicamente as formas de sociabilidade reinantes numa paisagem e numa estrutura territorial”* (MORAES, 2000, p.17).

Na sociedade brasileira desde o período colonial, a valorização diferente dos espaços objetivava a satisfação de interesses externos, no âmbito capitalista, e promovia uma fragmentação territorial, sem uma preocupação com a unidade. Ao longo da história esse processo foi alterando-se, mas a essência dos interesses continuou.

A formação do litoral norte do Estado de São Paulo se insere nesse processo, tendo como base para sua constituição a participação nos ciclos econômicos mercantis, o que conferiram à região períodos de inclusão e de isolamento a depender dos interesses da política econômica mundial. Fato observado até o final do século XIX com o declínio da economia cafeeira nesta região (LUCHIARI, 1999, p. 79).

De acordo com Luchiari (1999), do início do século XX até a década de 1950 a configuração dessa área se limitou *“ao modo de vida tradicional caiçara”*, o qual nos períodos posteriores encontrou fatores que influenciaram na sua configuração territorial. Dentre eles a expansão da industrialização e urbanização; a construção da Rodovia Rio-Santos (BR - 101) na década de 70, vetor de modernização e item facilitador para a inserção do turismo e do setor de serviços no litoral norte; além da criação do Parque Estadual da Serra do Mar (PESM) em 1977, de sua ampliação em 1979, incluindo o Núcleo Picinguaba – área que mais concentra as comunidades tradicionais, incluindo os caiçaras – bem como o Tombamento da Vila de Picinguaba pelo CONDEPHAAT, em 1983, de acordo com Ângelo (1992). Recentemente foi proposto um zoneamento que inclui a região apresentado pelo Plano de Manejo do Parque Estadual da Serra do Mar (PESM) elaborado em 2005/ 2006, no qual foi estipulada a Zona Histórico-Cultural Antropológica, que inclui as comunidades de caiçaras e quilombolas do Cambury, os

caixaras de Ubatumirim, do Sertão da Fazenda e da Vila de Picinguaba, objetivando a manutenção e construção de usos nos quais a preservação ambiental e o modo de vida tradicional sejam conciliados.

Verificou-se, a partir do estudo do contexto histórico responsável pela configuração territorial, que as “populações tradicionais” sempre sofreram um processo de descaracterização e marginalização passando a viver de acordo com as imposições dos projetos de desenvolvimento, do setor econômico ou de ações de preservação ambiental colocadas pelos diversos setores e agentes da sociedade.

Algumas políticas governamentais, com destaque para os projetos de modernização criados pelo Estado, as normatizações impostas pela política ambiental e o papel realizado por agentes hegemônicos veiculadores de ações verticais, assim como a existência de diferentes formas de abordagem do território para os diversos grupos sociais acabaram por implementar mudanças no espaço físico e social que interferiram de forma impactante na vida destas comunidades e na sua relação de identidade territorial com o local onde vivem. De acordo com Bortolozzi (2003 apud BORTOLOZZI, 2009, p. 126):

[...] Una inadecuada gestión territorial provoca no solamente la degradación de los paisajes naturales, sino que principalmente se convierte en un instrumento eficiente en el proceso de degradación humana, cuando separa los hombres en áreas de ricos y pobres.

É necessário entender que as realidades sociais estão influenciadas pelas características histórico-culturais dos grupos responsáveis pela apropriação e construção de determinado espaço e que isso é relevante para a compreensão das dinâmicas territoriais que por sua vez contribuem para a inserção da totalidade da sociedade na “*utópica*” cidadania.

Diante do apresentado, o que despertou o interesse para a realização desta pesquisa foram os seguintes questionamentos :

- ✓ Como se configura atualmente a territorialidade caiçara nessas áreas estipuladas pela Zona Histórico-Cultural Antropológica?
- ✓ Se a cultura caiçara já está descaracterizada, de acordo com alguns estudos, qual a razão da criação de uma zona específica para a “proteção” dessa parcela da população?
- ✓ A implantação da Zona Histórico-Cultural Antropológica cumpre realmente uma função social contribuindo para o benefício da população caiçara?

Assim sendo, esse estudo pretendeu contribuir para sugestões de estratégias alternativas de desenvolvimento e construção de políticas públicas que contribuam para a melhoria da qualidade de vida dos caiçaras.

Como principal objetivo buscou-se a confrontação das informações obtidas na análise documental do Plano de Manejo do Parque Estadual da Serra do Mar de 2005/2006 com a compreensão dos diversos atores envolvidos nessa problemática (moradores da Vila de Picinguaba, participantes do poder público e agentes que influenciam diretamente no local, como os turistas proprietários de casas de veraneio) acerca, principalmente, da legislação e das mudanças ocorrentes no uso do território. Foi realizada uma comparação das informações oficiais com o que ocorre efetivamente na prática, visando detectar os conflitos existentes. Ademais, procurou-se verificar, também, a funcionalidade da implantação da Zona Histórico-Cultural Antropológica para o benefício dos caiçaras da vila de Picinguaba (município de Ubatuba-SP), e, sobretudo, buscar a compreensão da territorialidade caiçara entendendo que essa parcela da população está, hoje, mais relacionada ao contexto urbano, formando novas territorialidades. Territorialidades estas que, por alguns setores da sociedade, ainda são tratadas como “populações tradicionais”, sem levar em consideração o processo de urbanização pelo qual vem sendo submetidas e que influenciou na sua configuração territorial.

No que se refere à concepção teórica utilizada para a realização deste trabalho partiu-se do princípio de que os conceitos científicos emergem em contextos históricos determinados, os quais acabam por influenciar no desenvolvimento da atividade

científica. Ao planejarem e construírem seus meios de existência, as sociedades elaboram, paralelamente, conjuntos de idéias e pensamentos que se reproduzem culturalmente. Na configuração social, há uma dialética entre ambas as forças: materiais e imateriais. Entretanto, partem das instâncias materiais necessárias à sobrevivência as articulações políticas e culturais que se tornam decisivas na estruturação da sociedade e, portanto, de seu território.

Neste referencial adotado, *“a importância primeira é dada à matéria: o pensamento e o universo estão em perpétua mudança, mas não são as mudanças das idéias que determinam as das coisas. São, pelo contrário, estas que nos dão aquelas, e as idéias modificam-se porque as coisas se modificam”* (POLITZER, 1979 apud LAKATOS, 1983, p.72). O sujeito e o objeto analisado na pesquisa possuem uma mesma relevância; a realidade é dada, mas não é absorvida igualmente por todos os sujeitos e estes – analisados enquanto grupos sociais em constante embate – também determinam o objeto.

Dessa forma, o caminho metodológico percorrido nesta pesquisa foi alicerçado numa abordagem qualitativa, mais coerente com os objetivos propostos. Essa abordagem *“parte do fundamento de que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, uma interdependência viva entre o sujeito e o objeto, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito”* (CHIZZOTTI, 1991, p.79). O pesquisador dentro dessa concepção de pesquisa qualitativa acredita que o conhecimento é produzido coletivamente e que todos os envolvidos na pesquisa possuem a capacidade de identificar seus problemas e suas necessidades de forma crítica, encontrando alternativas e apresentando estratégias adequadas de intervenção (CHIZZOTTI, 1991).

Para atingir os objetivos específicos propostos, o desenvolvimento desta dissertação se deu em dois momentos. No primeiro foi realizada uma análise documental, na qual se inseriram o Plano de Manejo do Parque Estadual da Serra do Mar de 2005/ 2006 e a leitura das obras dos principais autores envolvidos com a temática, buscando levantar conceitos pertinentes para a análise da problemática proposta, sob o ponto de vista geográfico e, de documentos e estudos já realizados que

auxiliaram na compreensão do processo histórico responsável pela configuração atual da sociedade local. No segundo momento foi desenvolvida a parte empírica da análise, constando da visitação da área, registro fotográfico e a realização de entrevistas semi-estruturadas com os atores e agentes envolvidos sobre o tema proposto: caiçaras da Vila de Picinguaba, proprietários de casas de veraneio, organizações não-governamentais e participantes do poder público local. No total foram realizados três trabalhos de campo com uma média de cinco dias de permanência no local. As entrevistas realizadas com funcionários de Secretarias da Prefeitura Municipal de Ubatuba, bem como com participantes da Associação de Moradores da Vila de Picinguaba e alguns moradores da Vila foram gravadas e encontram-se transcritas em anexo. A transcrição torna-se um mecanismo de garantia na fidedignidade da pesquisa de campo. Outras informações foram obtidas através de questionários com os moradores cujo modelo também se encontra nos anexos. O critério utilizado para a realização das entrevistas foi qualitativo, baseado na entrevista de pessoas com diferentes olhares, para que os conflitos fossem destacados.

A análise das informações foi realizada com o auxílio da técnica de análise de conteúdo, a qual objetiva *“compreender criticamente o sentido das comunicações, seu conteúdo manifesto ou latente, as significações explícitas ou ocultas”* (CHIZZOTTI, 1991, p.98). A análise de conteúdo se baseia no uso de temas geradores, e neste trabalho foi utilizado o de “conflitos sociais” - que inclui os âmbitos físico-natural, cultural, econômico e político de determinada problemática, mostrando, assim, a sua relação com a territorialidade, a qual é criada a partir do entendimento das relações sociais e do território por elas usado. O desenvolvimento da segunda parte buscou a confrontação com as informações obtidas através das falas dos interlocutores tais como os moradores da Vila de Picinguaba e as vozes dos participantes do poder público local.

Este trabalho está dividido em três capítulos. O I capítulo apresenta uma pequena introdução de como o conceito de natureza e ambiente é compreendido em alguns referenciais dentro da Geografia e uma exposição das principais concepções existentes na criação das “áreas naturais protegidas”. Como estas se deram e de como teve início a discussão da manutenção das “populações tradicionais” no contexto

nacional e internacional. Apresenta ainda uma explanação sobre o conceito de “populações tradicionais” sob o ponto de vista de alguns autores que trabalharam com a temática. O capítulo II mostra uma exposição do conceito de território e territorialidade tratado por alguns geógrafos e as principais características da área de estudo, bem como os processos históricos responsáveis por sua configuração atual. No capítulo III são apresentados os principais resultados obtidos com esta pesquisa que confrontou as informações adquiridas na análise documental com as alcançadas através das entrevistas e observações realizadas nos trabalhos de campo oferecendo, assim, algumas sugestões de ações alternativas para a melhoria das políticas públicas urbanas para a Vila de Picinguaba - SP.



## CAPÍTULO I

### AS “ÁREAS NATURAIS PROTEGIDAS”: CONCEPÇÕES E CONFLITOS

Este capítulo consta de uma pequena apresentação sobre o conceito de natureza e ambiente, assim como de um panorama sobre as principais concepções acerca das Unidades de Conservação e das “populações tradicionais” dentro dessas áreas no contexto nacional e internacional.

#### 1.1 – O conceito de natureza e ambiente na Geografia: aspectos introdutórios

A separação entre espírito e matéria, tão cara à filosofia medieval, assume feições modernas na separação entre sujeito e objeto. O homem – o sujeito – debruça-se sobre a natureza-objeto, tornada coisa. Não há problema, portanto, se dividirmos a natureza em tantos objetos científicos quanto possível, pois se trata de uma “natureza-morta”. Estranho seria se nos dias de hoje a natureza e os homens não estivessem devastados e massacrados em função desses pressupostos (GONÇALVES, 2006, p. 42).

A ciência moderna ao separar o homem da natureza permitiu que esta fosse internalizada ao sistema capitalista, passando assim, a ser vista enquanto mercadoria. Se em um primeiro momento a natureza foi e ainda é utilizada enquanto recurso, atualmente ela é vista também como paisagem valorizada.

As concepções sobre o significado de natureza são uma construção social dependente do contexto histórico do período tratado. De acordo com Schama (1996 apud RODRIGUES, 2000, p. 180) “*a natureza primitiva ou selvagem não demarca a si mesma, não se nomeia, quem o faz é a sociedade que assim se apropria do que ocorre na natureza*”. Sendo assim, nas sociedades do período pré-técnico a natureza era vista como mágica, mítica, misteriosa, “*independente da ação humana mas interferindo*

*mesmo no nível simbólico e no nível real de organização da vida*” (RODRIGUES, 1994, p. 37).

Na Geografia, a abordagem referente à natureza ou ao ambiente (num conceito mais atualizado, onde as discussões passaram da abordagem do conceito de natureza ao de ambiente, incluindo, além dos aspectos naturais, outros atinentes à sociedade: sociais, políticos, econômicos e culturais) assume diferentes posturas a depender do referencial teórico utilizado. A separação dicotômica natureza-homem (tão comum à Geografia clássica e com resquícios em alguns referenciais teóricos ainda hoje) é uma herança do pensamento ocidental, com raízes filosóficas na Grécia e Roma Clássicas. Seguindo um referencial positivista, o conceito de natureza, nesse caso, implica numa exterioridade da mesma, sendo que ela existe independente da sociedade, podendo ainda influenciar na organização social – o determinismo ambiental – como bem destaca Cattaneo (2004). No neopositivismo – característico da Geografia Pragmática, a concepção de natureza não se diferencia muito da anterior, porém é compreendida também de forma sistêmica.

Os sistemas abriram a possibilidade de uma integração maior entre o físico, o natural e o social e, mesmo que não representassem uma ruptura profunda com o paradigma científico da modernidade, fundamentaram a “sistematização” da Ecologia enquanto ciência [...] Ainda que esta concepção represente um avanço em relação às idéias disjuntivas e desagregadoras do positivismo, não rompe com a idéia de uma natureza externalizada e um ambiente que, embora mais heterogêneo, não apresenta contradições e conflitos internos (CATTANEO, 2004, p. 36).

Na concepção do materialismo histórico e dialético, Cattaneo (2004) propõe, para o tratamento das questões referentes à natureza e ao ambiente, a separação desse referencial em duas visões: a de Marx, caracterizada por um enfoque mais econômico e social, entendendo a natureza enquanto recurso e produto da ação humana; e, a de Engels, na qual a dialética aparece mais fortemente. A natureza em Engels é compreendida como um processo em constante transformação ao longo do tempo e *“oferece a idéia central e revolucionária da passagem da história natural à história da*

*natureza, onde se dá a incorporação do homem como consequência do processo evolutivo*” (CASSETI, 1999 apud CATTANEO, 2004, p. 38). Implicitamente há uma tentativa de unificação da relação homem-natureza na perspectiva do materialismo histórico e dialético, porém na análise de Cattaneo (2004, p. 38)

[...] filosoficamente ainda não há uma conjunção profunda das relações e das idéias que tornam a sociedade um elemento integrante, integrador e consciente da natureza e do ambiente. Isto porque há uma ênfase muito maior nos componentes sociais e principalmente materiais da relação homem x meio, em detrimento dos aspectos naturais e subjetivos/simbólicos de tal relação.

Nas tendências pós-modernas, consideradas por Cattaneo (2004) como todas as concepções que se diferenciam metodologicamente das surgidas pela ciência moderna, há uma maior flexibilidade no desenvolvimento científico e, referenciais que não se enquadram em parâmetros absolutos ou fechados, surgindo, no meio acadêmico as noções de complexidade, incerteza e interdisciplinaridade, além da diversidade de pensamentos e idéias. A natureza, nesse contexto, pode ser entendida sob diversos ângulos, sendo ela categorizada como externa, interna ou equiparada ao homem. Entretanto, o autor apresenta duas tendências mais aparentes nessa concepção:

A primeira é a noção, construída justamente a partir dos questionamentos à racionalidade moderna, de que homem e natureza não são termos necessariamente excludentes. A segunda, formada e usada em muitas pesquisas da Geografia contemporânea, é a noção de natureza transfigurada pelo homem, ou seja, a partir do desenvolvimento técnico alcançado pela humanidade, a natureza pode ter uma mudança não somente nas suas formas, mas também nos seus processos que geram tais formas (CATTANEO, 2004, p. 41).

Com relação ao ambiente, é nesse contexto que surgem as abordagens inter, multi e transdisciplinares, tentando mostrar que a complexidade da questão ambiental precisa ser tratada pelas várias disciplinas do meio científico e sob diversos olhares. A complexidade do período atual impõe às Ciências a proposição de novos conceitos e

novas formas de abordagens das questões que apresentam a sociedade.

Mendonça (2004) aponta modificações na abordagem geográfica da questão ambiental a partir das décadas de 1980 e 90, verificando mudanças de concepções baseadas no enfoque ecológico - naturalista - para outras fundamentadas no ambiente, "*na qual sociedade e natureza compõem as duas partes de uma interação dialética*" (MENDONÇA, 2004, p. 133). Segundo Suertegaray (2004), as tendências contemporâneas

tendem a pensar o ambiente sem negar as tensões sob as suas diferentes dimensões. E, na perspectiva da geografia, retoma-se um pensamento conjuntivo, onde meio ambiente vai sendo pensado como ambiente por inteiro, na medida em que em sua análise exige compreensão das práticas sociais, das ideologias e das culturas envolvidas (SUERTEGARAY, 2004, p. 117).

## **1.2 – As “áreas naturais protegidas” e as “populações tradicionais”: a historicidade do tema**

Diegues (1996a) fez uma reflexão de como alguns mitos modernos<sup>1</sup>, existentes, principalmente nos grupos conservacionistas da época, perpassaram a relação sociedade-natureza e influenciaram na criação das primeiras Unidades de Conservação nos Estados Unidos, em meados do século XIX. A concepção presente na criação dessas primeiras “áreas naturais protegidas” baseou-se num naturalismo que visava proteger os resquícios de vida selvagem e áreas naturais ainda intocadas da civilização urbana e industrial que as destruíam. No entanto, essas extensas áreas de natureza selvagem beneficiariam essa mesma população urbana que através da visitaçao desses lugares paradisíacos poderiam reverenciá-los e se refazer perante o estresse do cotidiano vivido nas grandes cidades.

---

<sup>1</sup> Os mitos modernos podem ser entendidos como representações alicerçadas em valores biocêntricos das relações sociedade-natureza, em que “o mundo natural tem direitos idênticos ao ser humano” (Diegues, 1996a, p. 283).

A noção de mito naturalista, da natureza intocada do mundo selvagem, diz respeito a uma representação simbólica, segundo a qual existiriam áreas naturais intocadas e intocáveis pelo homem, apresentando componentes num estado “puro”, até anterior ao aparecimento do homem. Esse mito supõe a incompatibilidade entre as ações de quaisquer grupos humanos e a conservação da natureza. O homem seria, desse modo, um destruidor do mundo natural e, portanto, deveria ser mantido separado das áreas naturais que necessitariam de uma “proteção total” (DIEGUES, 1996a, p. 283).

Essas concepções foram transportadas para os países em desenvolvimento, com destaque para o Brasil, onde, como já é sabido, existe uma grande diferença regional nos aspectos socioeconômicos, culturais e ecológicos. Além de uma grande diversidade de modos de vida diferenciados do hegemônico urbano-industrial, portadores de outros valores e concepções referentes à natureza e utilização de seus recursos. São as populações consideradas “tradicionais”, que se formaram, em grande parte, no período da colonização entre os grandes ciclos econômicos mercantilistas.

Com isolamento geográfico relativo, essas populações desenvolveram modos de vida particulares que envolvem uma grande dependência dos ciclos naturais, um conhecimento profundo dos ciclos biológicos e dos recursos naturais, tecnologias patrimoniais, simbologias, mitos e até uma linguagem específica, com sotaques e inúmeras palavras de origem indígena e negra (DIEGUES, 1996a, p.281).

As áreas habitadas por essas populações foram em grande parte as áreas eleitas para a implantação das primeiras Unidades de Conservação no Brasil, com destaque para as de proteção integral<sup>2</sup>, que não permitem a presença humana em seu interior, o que culminou em inúmeros conflitos socioambientais. Do ponto de vista dessas populações há uma invasão nos seus territórios e na posse e uso dos recursos necessários à sobrevivência de seus modos de vida em benefício dos interesses da

---

<sup>2</sup> De acordo com o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (Lei N° 9.985, de 18 de julho de 2000) as Unidades de Conservação são divididas em duas categorias: as de proteção integral permitem apenas o uso indireto de seus recursos naturais não envolvendo o consumo, a coleta, dano ou qualquer tipo de destruição dos recursos naturais. Incluem-se nesse grupo a Estação Ecológica, a Reserva Biológica, o Parque Nacional, o Monumento Nacional e o Refúgio de Vida Silvestre. A outra categoria – unidades de uso sustentável – permitem o uso sustentável de parte dos seus recursos naturais equilibrando-o com a conservação da natureza. Englobam as Áreas de Proteção Ambiental, as Áreas de Relevante Interesse ecológico, as Florestas Nacionais, as Reservas Extrativistas, as Reservas de Fauna, as Reservas de Desenvolvimento Sustentável e as Reservas Particulares do Patrimônio Natural.

população urbano-industrial – quando se justifica a criação dessas áreas naturais protegidas para a criação de espaços de lazer e contato com a natureza primitiva e selvagem para as camadas mais abastadas da sociedade – ou ainda, elas são prejudicadas em favor da preservação da biodiversidade; segundo uma visão mais contemporânea dos objetivos da criação dessas áreas de proteção da natureza (DIEGUES, 1996a, p.306). Há uma imposição do modelo racional e técnico do período atual – inserido no contexto urbano-industrial – a todas as culturas, desconsiderando outras formas de organização social e econômica existentes na totalidade da sociedade.

Em meados dos anos 90, no contexto internacional, inicia-se a discussão da importância das *“indigenous people”* ou *“native people”* para a conservação ambiental. Os *“indigenous people”* são considerados *“como aqueles habitantes originais – e seus descendentes – das terras que foram ocupadas pela expansão colonizadora européia, iniciada a partir do século XVI. Estes são definidos como etnicamente distintos das sociedades nacionais dominantes dos países onde vivem”* (VIANNA, 1996, p. 90). Essas populações já eram alvo de preocupações dos grupos de direitos humanos, porém nessa época alguns grupos conservacionistas começam a perceber o direito dessas populações de permanecerem em seus territórios (o que, em geral, localizavam-se nas áreas naturais protegidas ou a serem protegidas) e a sua importância para a conservação dos recursos, já que detêm um conhecimento sobre a natureza e sobre seu manejo.

No Brasil, o tema sociodiversidade foi incluído nas discussões sobre a conservação da biodiversidade a partir da década de 1980, após quase quatro décadas da criação da primeira Unidade de Conservação (Parque Nacional de Itatiaia, em 1937). Período no qual se começou a perceber dificuldades na criação e gerenciamento das *“áreas naturais protegidas”* e conflitos com as populações locais. Dentro desse cenário e das reflexões internacionais iniciou-se *“neste período discussões sobre a possibilidade de permanência no território das áreas naturais protegidas, de populações as quais convencionou-se chamar de ‘tradicionais’, que se refere aos índios e outros grupos populacionais”* (VIANNA, 1996, p. 92). Passou-se a se considerar outras populações – não somente os indígenas que já possuíam legislação específica que

permite, a partir do reconhecimento de suas terras, a criação de reservas que autorizam o direito ao uso dos recursos naturais – que possuíam características importantes, como o conhecimento e a vida harmoniosa com a natureza, na problemática da conservação da natureza.

De acordo com Vianna (1996), as discussões no país da tendência de se aliar a diversidade cultural dessas populações à conservação da biodiversidade podem ser entendidas sob dois aspectos: sob a concepção conservacionista que incorpora essas populações no discurso ecológico e analisa a possibilidade delas ocuparem o território das “áreas naturais protegidas” e, sob a visão dos movimentos sociais rurais, que partindo de questões sociais mais amplas ressignificam o discurso ambientalista e o utilizam para validação dos seus direitos e reconhecimento; um exemplo dessa segunda perspectiva foi o movimento dos seringueiros. Os seringueiros amazônicos começaram a se articular enquanto um movimento social agrário na década de 1980, passando a ser representantes do desenvolvimento sustentável, após a implantação das primeiras reservas extrativistas: unidades de conservação que rompem com a idéia de expulsão das populações, sendo estas as protagonistas de suas criações (GONÇALVES, 2002). A inserção desse movimento no cenário nacional teve como principal estratégia a posse do discurso ambientalista que forneceu notoriedade a um movimento que lutava principalmente por interesses corporativos, relacionados à sobrevivência de um modo de vida peculiar, dependente da obtenção de recursos da floresta.

A Reserva Extrativista expressa a Territorialidade Seringueira com os recursos materiais, políticos e simbólicos que o movimento dos seringueiros dispunha no momento que vai de 1985, quando a idéia é, pela primeira vez formulada como tal, a 1990 quando é con-sagrada e sancionada formalmente, tendo grafado a terra, construído seus varadouros não só com os memoriais com suas descrições e seus mapas necessários para a decretação legal mas, também, deixando rastros de sangue pela floresta (GONÇALVES, 1999, p. 77).

Uma das ações pioneiras na esfera governamental foi a implantação no estado de São Paulo do Núcleo Picinguaba no Parque Estadual da Serra do Mar, objeto de estudo desse trabalho. As primeiras propostas de implantação do Núcleo “*visaram*

*compatibilizar a presença das comunidades caiçaras e a conservação da biodiversidade da área*” (VIANNA, 1996, p. 96), impondo condições a essas populações – como a da proibição da caça e das plantações em sistema de rodízio – que se não cumpridas resultariam na saída dessas pessoas da área sob o pagamento de indenização.

Os argumentos utilizados pelos grupos conservacionistas inseridos nos órgãos governamentais estavam baseados na importância do conhecimento detido por essas populações no que se refere à conservação da natureza e a pouca degradação ocasionada nas áreas onde habitavam; fatores que poderiam contribuir para a elaboração de planos de manejo. No entanto, Vianna (1996) destaca – o que também foi um fator relevante para a realização dessa pesquisa – a dificuldade de se eleger quem estaria incluído nesse grupo das “populações tradicionais” e como estas seriam definidas e conceituadas. Discussão aprofundada nas seguintes páginas.

O referencial utilizado é a maior ou menor disposição do habitante “tradicional” em colaborar, ou se adaptar às regras da unidade de conservação, exercendo atividade pouco predatória, como atividades econômicas de subsistência e uso de técnicas e instrumentos simples (sem entretanto haver análise de impacto destas atividades), e considerando suas características de populações “não modernas” (VIANNA, 1996, p. 100).

### **1.3 – A definição de “populações tradicionais”: breve discussão necessária**

“Tradicional pra mim são raízes [...] são gerações que vieram de gerações e o modo de você viver no lugar [...] O modo de ser nosso é diferente. São os filhos nativos da terra [...]”<sup>3</sup>

Falar em populações, comunidades ou sociedades tradicionais, atualmente, torna-se tarefa difícil numa realidade cada vez mais complexa, acentuada pela expansão urbana e tomada pela tecnologia e pelo desenvolvimento científico, pela influência dos meios de comunicação, pela virtualidade e desenvolvimento de

---

<sup>3</sup> Parte de depoimento de uma moradora da Vila de Picinguaba obtido no trabalho de campo realizado em setembro de 2010 pela autora

equipamentos cada vez mais potentes que propiciam o aumento do conforto e das facilidades no cotidiano das pessoas.

O tradicional, em algumas concepções, nos remete ao passado, às raízes, à oposição à modernidade, a uma concepção de tempo e espaço diferenciada dos tempos atuais, a valores mais solidários, à harmonia entre as pessoas (por isso, muitas vezes, é utilizado o termo “comunidade” para se referir a esses grupos, já que no senso comum “*a noção de comunidade refere-se a uma coletividade na qual os participantes possuem interesses comuns e estão afetivamente identificados uns com os outros*” pressupondo uma harmonia nas relações, o que representa o “*ideal da vida social*” (DURHAM, 2004, p. 221)<sup>4</sup>), à outras formas de organização territorial diferenciadas da maioria da sociedade que caminha para o lado da homogeneidade propiciada pela expansão capitalista numa escala global.

Em grande parte das abordagens realizadas sobre essa temática, essa parcela da sociedade é vista, numa concepção romântica, como um grupo que retira sua subsistência dos recursos naturais, através de técnicas antigas que foram transmitidas de geração a geração, possuidoras de um grande conhecimento sobre os mecanismos da natureza e vivendo numa relação harmônica com ela. Cercadas de representações e simbologias próprias para a compreensão do mundo; como se as constantes transformações ao longo do período histórico não tivessem inserido esses grupos na lógica global: como produto das relações e contradições capitalistas.

Por vezes é utilizado o termo “sociedades tradicionais” para se referir a esses grupos, o que, segundo Vianna (1996) é um equívoco, já que este se refere “*a arquiteturas sociais mais amplas e abrangentes, que caracterizam um período da história da humanidade, anterior à formação das sociedades modernas*” (p. 119), que emergiu na Europa em meados do século XVII. Exemplificam-se aqui as sociedades feudais e as geridas pela monarquia absolutista. O poder político centralizado legitimava-se através de tradições culturais: de mitos, hereditariedade e por marcante

---

<sup>4</sup> De acordo com essa mesma autora, no meio científico a concepção de comunidade aparece tanto como um conceito formal que caracteriza aspectos das relações sociais ou, a partir de uma conceituação histórico-concreta, que distingue períodos ou formações sociais específicas. No entanto, nos dois casos, são associados ao termo comunidade: a proximidade espacial, o caráter homogêneo, a afetividade presente, o consenso e a inserção numa totalidade. Já à sociedade refere-se as características de heterogeneidade, forte racionalidade e interdependência, além da “*luta e confronto*”)

presença da religião; diferente das sociedades modernas, nas quais o poder advém da produção econômica e conseqüente acumulação de capital, predominando as relações de trabalho assalariado. Porém, nem todos os grupos participantes da sociedade moderna se encaixam nessas leis, coexistindo enquanto modos de produção pré-capitalistas – tradicionais – possuindo relações de trabalho e produção diferenciados, conferindo uma não homogeneização à sociedade. Contemporaneamente, até se pode considerar esses grupos, de acordo com Vianna (1996), como “resíduos tradicionais” não atingidos totalmente pela modernização da sociedade, mas hoje essa concepção apresenta novos conteúdos:

Mesmo sendo muito esquemática, esta aproximação tem alguma utilidade, mas deve ser amenizada, considerando-se que estas populações possuem uma história, tem diversidade cultural, não sendo apenas ‘sobras históricas’. Mesmo porque, na sociedade brasileira, esses que seriam resíduos do passado, estão articulados à sociedade dominante de diversas formas. Estes grupos sociais pertencem ao todo social (VIANNA, 1996, p. 120).

Esses segmentos da sociedade estão articulados à modernização e ao modo de produção dominante, mesmo que de forma periférica e, mantém alguns padrões culturais peculiares; participando, como exemplo, na venda da mão-de-obra ou oferecendo produtos e serviços para o mercado.

Com relação a esses padrões culturais, nas “populações tradicionais” percebe-se que as tradições – referente aos aspectos culturais, aos valores, as referências e concepções que os grupos possuem do mundo; somente fazendo sentido para os indivíduos que pertencem àquele grupo sob certas tradições e, contribuindo para a conservação de cada cultura – ainda possuem um papel fundamental na sua reprodução social.

Elas são a referência para a construção do futuro, que neste sentido busca repetir o passado. Nisto, diferem das formas sociais modernas, que também lidam com as tradições mas não as tomam como parâmetro decisivo para a construção do futuro. Os indivíduos, nas sociedades complexas, convivem com o desenvolvimento e o crescimento econômico como essência de suas vidas sendo, deste modo, marcados pela transformação constante (VIANNA, 1996, p. 121).

Canclini (1983) ao tratar desse assunto, seguindo um viés marxista, ressalta a importância de se compreender esses grupos (definido por ele como “culturas populares”) como o “*resultado de uma apropriação desigual do capital cultural*”, os quais “*realizam uma elaboração específica das suas condições de vida através de uma interação conflitiva com os setores hegemônicos*” (CANCLINI, 1983, p. 43-4). Contrapõe-se, assim, das abordagens idealistas, que consideram a cultura popular como a manifestação espontânea de um povo – uma entidade – sobrepondo-se às interações das relações sociais. Além de se opor ao romantismo, que possui suas raízes nos países europeus, e, que concebe o povo como um conjunto homogêneo e autônomo, “*cuja criatividade espontânea seria a mais alta expressão dos valores humanos e o modelo de vida ao qual deveríamos regressar*” (CANCLINI, 1983, p. 44), ou imaginado como o lugar onde estariam conservadas as características puras, as tradições e as essências ideais e, por vezes, “*irracionais*”, como a crença em tradições ancestrais e o apego a terra. É relevante compreender que toda produção cultural está relacionada com as condições materiais e com os processos resultantes das características de produção, circulação e consumo do sistema em que se inserem, criando, assim, suas próprias estruturas. Se as condições materiais se transformam, conseqüentemente, as relações culturais também mudam.

Hoje se torna necessário entender como esses grupos, ao longo do processo histórico, foram formando suas concepções de mundo, suas representações, seus valores; relacionando-os com a base material que lhes foi propiciada no decorrer do desenvolvimento capitalista. Ainda verificar, a partir das evidências históricas, como o capitalismo foi se propagando sem a eliminação das culturas populares; de maneira inversa, ele se apropriou, reestruturou e reorganizou os valores, significados e funções de suas práticas e crenças, através de recursos como o “*reordenamento da produção e do consumo no campo e na cidade, a expansão do turismo e a presença de políticas estatais de refuncionalização ideológica*” (CANCLINI, 1983, p. 13); além de integrar esses grupos ao desenvolvimento pela reorganização de suas produções simbólicas num sistema unificado.

Com a separação do econômico das bases culturais, como é visto no sistema capitalista, rompe-se a unidade entre a produção, a circulação e o consumo e, entre os indivíduos pertencentes a certos grupos e suas comunidades. Posteriormente *“recompõem os pedaços, subordinando-os a uma organização transnacional da cultura que é correlata à multinacionalização do capital”* (CANCLINI, 1983, p. 13). Já que no capitalismo há uma independência entre as funções econômicas e culturais, verificadas, por exemplo, na configuração das cidades, onde a segmentação é presente, onde há distritos industriais separados das áreas de lazer e dos centros de comando político. Diferentemente do que ocorre (ou ocorria) entre os grupos pertencentes às culturas populares, nos quais a interdependência entre o material e o simbólico é destacada: as produções agrícolas seguem os ciclos da natureza, algumas festas coincidem com a época das colheitas, as relações de parentesco organizam o trabalho e o território.

Portanto, no trabalho com as “populações tradicionais” ou “culturas populares” torna-se relevante analisar a conexão desses grupos com os conflitos de classe e com as condições de exploração e resistência, nas quais os mesmos se inserem, produzem e consomem, sob o ângulo de uma visão materialista histórica. E, na contemporaneidade, entender como os atores hegemônicos agem integrando às políticas de dominação e resistência os grupos que almejam dominar com as submissões respectivas de seus produtos culturais.

Situação que corresponde a uma necessidade de concentrarmos a investigação não nos fenômenos de “questionamento” e de “narcotização”, mas na própria estrutura do conflito, que por certo inclui estes fenômenos, mas que também abrange outros como a integração, a interpenetração, o encobrimento, a dissimulação e o amortecimento das contradições sociais (CANCLINI, 1983, p. 49).

Entretanto, esta abordagem não é a predominante, na maioria das vezes, nos estudos sobre essa temática, além do que ainda não há um consenso na comunidade científica, bem como nas organizações públicas e privadas acerca da conceituação e definição das chamadas “populações tradicionais”.

Diegues (1996 b) apresenta um panorama com os principais autores que conceitualizam as chamadas “populações tradicionais”. Para Foster (1971 apud DIEGUES, 1996 b) as culturas tradicionais podem ser inseridas nas “*sociedades parciais*”, incluídas dentro de uma sociedade mais abrangente, sendo que as cidades possuem aqui um papel fundamental para a reprodução dessas culturas, seja social, econômica ou culturalmente e, ainda, contribui para as transformações ocorrentes nessas culturas, já que as cidades são consideradas como pólos de inovações. De acordo com uma concepção marxista, segundo Diegues (1996 b, p. 82),

as culturas tradicionais estão associadas a modos de produção pré-capitalistas, próprios de sociedades em que o trabalho ainda não se tornou mercadoria, onde há grande dependência dos recursos naturais e dos ciclos da natureza, em que a dependência do mercado já existe, mas não é total. Essas sociedades desenvolveram formas particulares de manejo dos recursos naturais que não visam diretamente o lucro, mas a reprodução social e cultural; como também percepções e representações em relação ao mundo natural marcadas pela idéia de associação com a natureza e dependência de seus ciclos.

O território desses grupos, diferente dos grupos inseridos no contexto urbano, é “*descontínuo*” (no sentido do seu uso, porém não na dimensão simbólica), pois é formado por áreas as quais em algumas épocas do ano ficam “inutilizadas”, como as áreas em pousio<sup>5</sup>, áreas de pesca que ficam em resguardo na época de reprodução dos peixes, dentre outros. Justamente essas áreas foram escolhidas, em alguns casos, para o estabelecimento de unidades de conservação, já que do ponto de vista das autoridades não estavam sendo utilizadas por ninguém; fato que resultou em enormes conflitos entre os moradores locais e as autoridades (DIEGUES, 1996 b).

Seguindo um conceito próprio, Diegues (1996 b, p. 87) relata que, de certo ponto de vista, todas as culturas são tradicionais e são “*padrões de comportamento transmitidos socialmente, modelos mentais usados para perceber, relatar e interpretar o mundo, símbolos e significados socialmente compartilhados, além de seus produtos materiais, próprios do modo de produção mercantil*”. Aponta também algumas características desses grupos considerados como culturas e sociedades tradicionais,

---

<sup>5</sup> Período de descanso de terras agricultáveis para sua regeneração.

como: dependência dos ciclos e recursos naturais para a reprodução de seus modos de vida; conhecimento aprofundado sobre a natureza; importância do território como palco da reprodução social e econômica; importância das atividades de subsistência; acumulação de capital de forma reduzida; importância das relações familiares nas atividades econômicas, sociais e culturais; importância dos símbolos, mitos e rituais associados às atividades de subsistência, como a pesca e caça; baixa utilização de tecnologias modernas nas atividades; reduzida divisão do trabalho e, auto-identificação ou identificação pelos outros setores da sociedade pelo pertencimento a uma cultura distinta das outras. *“Esse auto-reconhecimento é freqüentemente, nos dias de hoje, uma identidade construída ou reconstruída, como resultado, em parte, de processos de contatos cada vez mais conflituosos com a sociedade urbano-industrial, e com os neomitos criados por esta”* (DIEGUES, 1996 b, p. 88).

Um fator relevante discutido por Diegues (1996 b, p.92) é que essas características apresentadas para os grupos inseridos nas “populações tradicionais” se baseiam na noção de um tipo ideal e que, empiricamente, podemos encontrar grupos sociais diferenciados possuidores de algumas dessas propriedades, consequência principal *“da sua maior ou menor articulação com o modo de produção capitalista dominante; ou seja, as populações e culturas tradicionais se acham hoje transformadas em maior ou menor grau”*.

É relevante citar que alguns autores que trabalharam com esse tema, trataram dessa conceituação num período histórico pretérito, no qual as mudanças eram evidentes, mas não como podemos observar na contemporaneidade; época na qual a velocidade das transformações é marcante. O estudo das abordagens apresentadas por esses autores é importante, no entanto precisamos pensar numa nova abordagem que possa auxiliar para o entendimento desses grupos na complexidade atual.

Grande parte da compreensão sobre esses grupos apresentados nas legislações, documentos e instituições que trabalham com essa temática estão baseadas em dados do passado ou, algumas, misturam características antigas com dados atuais, sugerindo que ainda há a manutenção dessas características hoje, o que pressupõe uma visão “congelada” desses grupos; não considerando as transformações e a inclusão destes no contexto urbano. A idealização do modo de vida desses grupos

remete a idéias, principalmente, associadas à relação harmônica deles com a natureza, o que serve para *“sustentar politicamente as argumentações relativas à permanência destas populações nas unidades de conservação, tanto por parte dos conservacionistas quanto das próprias populações”* (VIANNA, 1996, p. 109).

O “congelamento” está associado à consideração de que a possibilidade de mudanças e desenvolvimento para estas populações pode alterar os padrões e/ou os modelos de ocupação “tradicionais” e, portanto, “harmônicos”, considerados adequados para a conservação da biodiversidade. Tem-se uma expectativa de que o contexto de ocupação das “populações tradicionais” seja imutável. (VIANNA, 1996, p. 109).

O Plano de Manejo do Parque Estadual da Serra do Mar (um dos documentos utilizados nessa pesquisa) apresenta como tradicionais:

os moradores efetivos cujas famílias tenham origem de várias gerações nestas mesmas localidades, e cuja ocupação ou sobrevivência esteja diretamente relacionada às atividades de agricultura de subsistência, pesca artesanal, artesanato e outras tecnologias patrimoniais, bem como atividades que contribuam para o fortalecimento sócio-cultural da comunidade ou para alternativas econômicas compatíveis com o seu desenvolvimento sustentável. Um dos subsídios para esta definição são os laudos técnicos das instituições competentes (SÃO PAULO, 2005/2006, p. 278).

Já o Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007 compreende por “Povos e Comunidades Tradicionais” os

grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição.

Observa-se, no caso da definição apresentada pelo Plano de Manejo do PESH (2005/5006) que, apesar de se levar em consideração as características socioeconômicas e culturais atuais do grupo, o que finalizará essa definição se baseia

num estudo feito por pesquisadores de “fora”, portanto ainda essa parcela da população é vista como um objeto a ser descrito e observado, como a “natureza-objeto” da Ciência Moderna. O importante, considerando o atual período, levando em consideração o desenvolvimento de uma Ciência preocupada com a maior integração na relação sujeito-objeto ou pesquisador-objeto é verificar qual a concepção de “população tradicional” a partir da visão dos moradores. Para alguns dos entrevistados neste trabalho, o tradicional, ou no caso o caiçara tradicional, é somente aquele que nasceu no local não fazendo menção aos aspectos culturais nem ao modo como sobrevivem economicamente hoje. Eles possuem uma forte ligação com a terra, com as raízes. Ao ser perguntado se se considera um morador tradicional, o entrevistado responde: “*Sim nasci na beira da praia, sou caiçara né*”. Outra entrevistada confirma essa afirmação:

Acho que morador tradicional pra mim é quem nasceu no lugar né, vivem no lugar. Essa é uma questão que a gente pensa: esses turistas que vivem aqui há 20, 30 anos, eles seriam tradicionais? Prá mim tradicional é quem nasceu e vive aqui no local<sup>6</sup>.

Para um funcionário do poder público local, responsável pela gestão e implantação de políticas públicas no município de Ubatuba, a noção de tradicional se equivale à apresentada pelos moradores da Vila de Picinguaba, discutida a seguir:

De tradicionais. Famílias tradicionais são aquelas que possuem raízes no município, que nasceram no município, seus avos, tataravôs. Tem um número bastante expressivo hoje, porém menos do que o número das pessoas que vieram de fora, pra constituir famílias, que contribuiu para um grande aumento da população. Essa mistura de famílias tradicionais com essas não tradicionais começou nos anos 70 com a construção da rodovia, que foi um grande marco da cidade, eu não sei se positivo ou negativo, talvez positivo se se falar em desenvolvimento, mas negativo porque foi feito de uma forma muito atropelada, sem ter sido planejado<sup>7</sup>.

---

<sup>6</sup> Relatos obtidos em entrevistas realizadas em abril de 2010 com moradores da Vila de Picinguaba.

<sup>7</sup> Relato obtido em entrevista realizada em 13/04/10 com funcionário da Secretaria de Cidadania e Desenvolvimento Social do município de Ubatuba.

### **1.3.1. – A inserção das “populações tradicionais” na legislação: uma apresentação**

No que se refere às legislações destinadas às “populações tradicionais”, no contexto internacional, a Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), de 07 de junho de 1989 apresenta uma preocupação com os direitos das “populações indígenas” e outros povos tribais, que se distinguem de outros segmentos da população do país. Tentou de forma pioneira, estabelecer, num âmbito internacional os direitos dessa parcela da população no que se refere às relações de trabalho, educação, saúde, formas de reprodução de seus modos de vida – inclusive considerando as diferentes características culturais desses grupos – e, sua relação com a terra, incluindo a importância desse elemento na reprodução de seus modos de vida. Esta Convenção reconhece:

à esses povos o direito de posse e de propriedade e preceitua medidas a serem tomadas para a salvaguarda desses direitos, mesmo no caso de terras ocupadas não exclusivamente em determinados casos, por eles, mas às quais tradicionalmente tenham tido acesso para suas atividades e subsistência (p.12).

Os Estados membros da OIT, ao ratificarem essa Convenção, responsabilizaram-se a adequar suas legislações e ações, visando a aplicação integral da Convenção, além de manter a OIT informada sobre o andamento das ações e aceitar possíveis observações dos técnicos da instituição. O Brasil ratificou a Convenção em julho de 2002, aderindo “*ao instrumento de direito internacional mais abrangente na matéria, que trata de garantir aos povos indígenas e tribais os direitos mínimos de, se assim o desejarem, salvaguardar suas culturas e sua identidade no contexto das sociedades que integram*” (p. 12). A entrada em vigor da Convenção no país ocorreu um ano após sua ratificação, no mês de julho do ano de 2003. Será reproduzido, a seguir, os trechos da Convenção no que se refere ao uso da terra, elemento relevante para esse trabalho:

### Artigo 13

1. Ao aplicarem as disposições desta parte da Convenção, os governos deverão respeitar a importância especial que para as culturas e valores espirituais dos povos interessados possui a sua relação com as terras ou territórios, ou com ambos, segundo os casos, que eles ocupam ou utilizam de alguma maneira e, particularmente, os aspectos coletivos dessa relação.

2. A utilização do termo "terras" nos artigos 15 e 16 deverá incluir o conceito de territórios, o que abrange a totalidade do habitat das regiões que os povos interessados ocupam ou utilizam de alguma outra forma.

### Artigo 14

1. Dever-se-á reconhecer aos povos interessados os direitos de propriedade e de posse sobre as terras que tradicionalmente ocupam. Além disso, nos casos apropriados, deverão ser adotadas medidas para salvaguardar o direito dos povos interessados de utilizar terras que não estejam exclusivamente ocupadas por eles, mas às quais, tradicionalmente, tenham tido acesso para suas atividades tradicionais e de subsistência. Nesse particular, deverá ser dada especial atenção à situação dos povos nômades e dos agricultores itinerantes.

2. Os governos deverão adotar as medidas que sejam necessárias para determinar as terras que os povos interessados ocupam tradicionalmente e garantir a proteção efetiva dos seus direitos de propriedade e posse.

3. Deverão ser instituídos procedimentos adequados no âmbito do sistema jurídico nacional para solucionar as reivindicações de terras formuladas pelos povos interessados.

### Artigo 16

1. Com reserva do disposto nos parágrafos a seguir do presente Artigo, os povos interessados não deverão ser transladados das terras que ocupam.

2. Quando, excepcionalmente, o traslado e o reassentamento desses povos sejam considerados necessários, só poderão ser efetuados com o consentimento dos mesmos, concedido livremente e com pleno conhecimento de causa. Quando não for possível obter o seu consentimento, o traslado e o reassentamento só poderão ser realizados após a conclusão de procedimentos adequados estabelecidos pela legislação nacional, inclusive enquetes públicas, quando for apropriado, nas quais os povos interessados tenham a possibilidade de estar efetivamente representados.

3. Sempre que for possível, esses povos deverão ter o direito de voltar a suas terras tradicionais assim que deixarem de existir as causas que motivaram seu traslado e reassentamento.

4. Quando o retorno não for possível, conforme for determinado por acordo ou, na ausência de tais acordos, mediante procedimento adequado, esses povos deverão receber, em todos os casos em que for possível, terras cuja qualidade e cujo estatuto jurídico sejam pelo menos iguais aqueles das terras que ocupavam anteriormente, e que lhes permitam cobrir suas necessidades e garantir seu desenvolvimento futuro.

Quando os povos interessados preferirem receber indenização em dinheiro ou em bens, essa indenização deverá ser concedida com as garantias apropriadas.

5. Deverão ser indenizadas plenamente as pessoas transladadas e reassentadas por qualquer perda ou dano que tenham sofrido como consequência do seu deslocamento.

Artigo 17

1. Deverão ser respeitadas as modalidades de transmissão dos direitos sobre a terra entre os membros dos povos interessados estabelecidas por esses povos.

2. Os povos interessados deverão ser consultados sempre que for considerada sua capacidade para alienarem suas terras ou transmitirem de outra forma os seus direitos sobre essas terras para fora de sua comunidade.

3. Dever-se-á impedir que pessoas alheias a esses povos possam se aproveitar dos costumes dos mesmos ou do desconhecimento das leis por parte dos seus membros para se arrogarem a propriedade, a posse ou o uso das terras a eles pertencentes.

Artigo 18

A lei deverá prever sanções apropriadas contra toda intrusão não autorizada nas terras dos povos interessados ou contra todo uso não autorizado das mesmas por pessoas alheias a eles, e os governos deverão adotar medidas para impedirem tais infrações.

E com relação à reprodução de suas atividades de subsistência:

Artigo 23

1. O artesanato, as indústrias rurais e comunitárias e as atividades tradicionais e relacionadas com a economia de subsistência dos povos interessados, tais como a caça, a pesca com armadilhas e a colheita, deverão ser reconhecidas como fatores importantes da manutenção de sua cultura e da sua autosuficiência e desenvolvimento econômico. Com a participação desses povos, e sempre que for adequado, os governos deverão zelar para que sejam fortalecidas e fomentadas essas atividades.

O Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC (Lei N° 9.985, de 18 de julho de 2000) regulamenta o art. 225 da Constituição Federal, referente à preservação ambiental e garantia do direito do usufruto do “*meio ambiente ecologicamente equilibrado*” para as presentes e futuras gerações e, estabelece regras e critérios para a criação, implantação e gestão das unidades de conservação. No Art. 28 estabelece a proibição de ações e atividades que entrem em desacordo com os

objetivos da unidade de conservação, com seu Plano de Manejo e outros regulamentos; porém, em seu Parágrafo único diz que até que seja elaborado o Plano de Manejo as atividades das unidades de conservação de proteção integral devem ser restringidas àquelas focadas na garantia da integridade dos recursos que a área visa proteger, *“assegurando-se às populações tradicionais porventura residentes na área as condições e os meios necessários para a satisfação de suas necessidades materiais, sociais e culturais”*. Já no Capítulo VII, Art.42, o SNUC prevê que para as populações tradicionais residentes, nas quais a permanência não seja permitida – como as unidades de proteção integral, categoria na qual se inclui o Parque Estadual da Serra do Mar – haja indenizações ou compensações pelas benfeitorias existentes e que as mesmas sejam realocadas pelo Poder Público em condições e locais resultantes de acordos feitos com todos os envolvidos. Seguem os parágrafos referentes a esse artigo:

§ 1º O Poder Público, por meio do órgão competente, priorizará o reassentamento das populações tradicionais a serem realocadas.

§ 2º Até que seja possível efetuar o reassentamento de que trata este artigo, serão estabelecidas normas e ações específicas destinadas a compatibilizar a presença das populações tradicionais residentes com os objetivos da unidade, sem prejuízo dos modos de vida, das fontes de subsistência e dos locais de moradia destas populações, assegurando-se a sua participação na elaboração da referidas normas e ações.

§ 3º Na hipótese prevista no § 2º, as normas regulando o prazo de permanência e suas condições serão estabelecidas em regulamento.

Posteriormente, em 2004, foi criada a Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável das Comunidades Tradicionais, através do Decreto de 27 de dezembro, porém o mesmo foi revogado em 14 de julho de 2006, passando a valer o Decreto de 13 de julho de 2006 que alterou a denominação, competência e composição da Comissão criada em 2004. Com o Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007 é instituída a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT), com o objetivo de:

promover o desenvolvimento sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, com ênfase no reconhecimento, fortalecimento e garantia dos seus direitos territoriais, sociais, ambientais, econômicos e culturais, com respeito e valorização à sua identidade, suas formas de organização e suas instituições.

Alguns objetivos específicos da Política podem ser destacados:

- I – garantir aos povos e comunidades tradicionais seus territórios, e o acesso aos recursos naturais que tradicionalmente utilizam para sua reprodução física, cultural e econômica;
- II – solucionar e/ou minimizar os conflitos gerados pela implantação de Unidades de Conservação de Proteção Integral em territórios tradicionais e estimular a criação de Unidades de Conservação de Uso Sustentável;
- III – implantar infra-estrutura adequada às realidades sócio-culturais e demandas dos povos e comunidades tradicionais;
- XV – reconhecer, proteger e promover os direitos dos povos e comunidades tradicionais sobre os seus conhecimentos, práticas e usos tradicionais;
- XVI – apoiar e garantir o processo de formalização institucional, quando necessário, considerando as formas tradicionais de organização e representação locais; e
- XVII – apoiar e garantir a inclusão produtiva com a promoção de tecnologias sustentáveis, respeitando o sistema de organização dos povos e comunidades tradicionais, valorizando os recursos naturais locais e práticas, saberes e tecnologias tradicionais.

Como instrumentos de implantação da Política são apresentados os Planos de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, a Comissão Nacional – criada em 2006 e já citada anteriormente, os fóruns locais e regionais e o Plano Plurianual. Os Planos de desenvolvimento sustentável possuem como objetivo: *“fundamentar e orientar a implementação da PNPCT e consistem no conjunto das ações de curto, médio e longo prazo, elaboradas com o fim de implementar, nas diferentes esferas do governo, os princípios e os objetivos estabelecidos por esta Política”*.

A inclusão dessas minorias na legislação brasileira pode ser considerada como uma forma de mostrar à sociedade a importância histórica desses grupos na formação territorial brasileira. As políticas de planejamento e gestão apoiadas nessas leis, se não trazem benefícios imediatos, colocam em discussão os direitos desses grupos, principalmente, referentes ao direito de permanência em seus territórios. Conflitando, assim, com os diversos interesses envolvidos, sejam estes econômicos ou ambientais, presentes nos atores e agentes hegemônicos que interferem no uso do território. Reconhece-se, também, do ponto de vista ambiental, o conhecimento detido por esses grupos e sua relevância para a efetivação de práticas socioespaciais mais coerentes no que diz respeito à relação sociedade/natureza.

## **CAPÍTULO II**

### **O TERRITÓRIO E A TERRITORIALIDADE CAIÇARA: SEU PASSADO HISTÓRICO E AS REFERÊNCIAS PARA UMA COMPREENSÃO ATUAL**

Neste capítulo serão discutidos os conceitos de território e territorialidade, contextualizando-os historicamente e destacando as concepções mais adequadas ao objeto de estudo desta pesquisa. A seguir, serão apresentados os principais aspectos históricos pertinentes à compreensão da configuração territorial atual do extremo norte do litoral de São Paulo e o cenário atual da Vila de Picinguaba, destacando-se os principais conflitos existentes e informados a partir das entrevistas realizadas com os atores envolvidos.

#### **2.1 - Um panorama do conceito de território e de territorialidade**

Existe uma vasta literatura que trata do conceito de território na Geografia e de como ele foi e é interpretado ao longo do período histórico, bem como trabalhos que mostram as várias concepções existentes em torno dessa categoria de análise da sociedade. Concepções que são baseadas nos diferentes referenciais teóricos que permeiam a ciência geográfica; nas transformações intrínsecas que ocorrem na Ciência como um todo, as quais influenciam no desenvolvimento da Geografia e, nas agitações sociais e nos diferentes conjuntos de idéias existentes em um determinado período histórico, que acabam influenciando na construção de novas formas de existência do pensamento e do conhecimento.

Esse trabalho baseou-se numa análise do contexto histórico e atual, propondo uma leitura do conceito de território e da sua utilização empírica, dando ênfase aos aspectos socioambientais e culturais presentes no território. É o uso que se faz do território que o torna uma categoria de análise da sociedade, baseado em Santos

(2005). A partir do uso podem-se detectar os conflitos resultantes das relações de poder entre os vários atores e agentes que interferem em determinado local. Além disso, enquanto categoria de análise do conhecimento geográfico, o território pode ser considerado como a parte do espaço geográfico onde foi empreendido um trabalho, ou seja, como sinônimo das relações sociais resultante da convivência sociedade e natureza. *“Para construir um território, o ator projeta no espaço um trabalho, isto é, energia e informação, adaptando as condições dadas às necessidades de uma comunidade ou de uma sociedade”* (RAFFESTIN, 2009, p. 26).

O levantamento da historicidade do conceito tornou-se imprescindível para a escolha daquele que mais se adequasse à temática trabalhada nesta dissertação. Sendo assim, será apresentado um pequeno perfil de como o conceito de território foi abordado por alguns intelectuais dentro da Geografia e de como o mesmo é utilizado atualmente, dando destaque ao conceito de territorialidade, o qual possui uma maior relação ao objeto desta pesquisa.

Torna-se relevante citar que a abordagem territorial é trabalhada na Geografia a partir de diversas escalas, desde a do Estado Nacional até a que possibilita seu entendimento como identidade, apropriação do espaço e reprodução de um modo de vida de determinado grupo social, o que para Saquet (2007), a partir da leitura de Bagnasco (1999) é interpretado enquanto territorialidade: *“[...] a identidade se refere à vida em sociedade, a um campo simbólico e envolve a reciprocidade. Na geografia, significa, simultaneamente, espacialidade e/ou territorialidade”* (SAQUET, 2007, p.147).

Saquet (2007) apresenta as diferentes concepções do conceito de território, sobretudo a partir do movimento de renovação da Geografia (com início nos anos de 1950 – 60), partindo de um referencial dialético, contextualizando-o aos diferentes períodos históricos, procurando identificar suas raízes e principais autores envolvidos e, preocupando-se com a elaboração de uma abordagem territorial que leve em consideração *“as articulações/interações existentes entre as dimensões sociais do território, em unidade entre si e com a natureza exterior ao homem, o processo histórico e a multiescalaridade de dinâmicas territoriais”* (SAQUET, 2007, p. 13). A partir do movimento de renovação por qual passou a ciência geográfica, o autor identificou quatro tendências relacionadas à abordagem do conceito de território: a primeira

econômica com referenciais do materialismo histórico e dialético, “*na qual se entende o território a partir das relações de produção e das forças produtivas*” (SAQUET, 2007, p. 15); a segunda baseada numa concepção geopolítica do território; a terceira de base fenomenológica, que enfatiza as dinâmicas político-cultural e simbólico-identitária do território; e, a última, principalmente a partir da década de 1990, “*voltada às discussões sobre sustentabilidade ambiental e ao desenvolvimento local, tentando articular, ao mesmo tempo, conhecimentos e experiências de maneira interdisciplinar*” (SAQUET, 2007, p. 15).

Com relação às bases de referência para a abordagem territorial, os autores são divididos em três grupos: um primeiro grupo da escola francesa – bastante difundida no Brasil – com as argumentações de Gottmann, Robert Sack e Entrikin; outro com os estudos de Deleuze, Guattari, Foucault, H. Lefebvre e Raffestin; e um terceiro com as contribuições de Dematteis, Bagnasco, Indovina, Magnaghi, Becattini e Massimo Quaini.

É importante citar que as diferentes vertentes apresentam pontos divergentes, mas também especificidades e características comuns, dentre estas pode-se destacar a crítica à ciência praticada na época (anos de 1950 e 60) “*meramente descritiva, classificatória e acrítica*” (SAQUET, 2007, p.16). Ciência, que na Geografia passou a ser denominada Geografia Pragmática, também denominada de Quantitativa ou Teorética, que possuía como principais características a oposição à Geografia Tradicional, além da busca de novos métodos, como as modelagens, análise de sistemas, uso de estatísticas objetivando o alcance de maior precisão na análise da realidade, quantificação possuindo como meta a explicação de fatos e variáveis analisadas enquanto probabilidades, além da busca de padrões de causalidade entre as variáveis. Nota-se, nesse momento, a dispersão da Geografia além das fronteiras das escolas nacionais; reflexo do que ocorria no contexto político e econômico (SANTOS, 2004).

Segundo Moreira (2004) a partir dos anos de 1970 verificou-se uma crise nos modelos de representação do mundo propostos pela Ciência, conseqüentes do advento da teoria da incerteza dos físicos do início do século e da Teoria da

Relatividade de Einstein, o que colocou em debate o paradigma físico-matemático então reinante. A racionalidade técnica e econômica do período que se apossou da natureza entendida enquanto recurso para a produção capitalista também entrou em xeque devido às intensivas catástrofes ambientais. *“O tema ambiental junta-se ao tema das representações da natureza, levando o debate a centrar-se na reformulação da idéia paradigmática de natureza, espaço e tempo”* (MOREIRA, 2004, p. 51).

Em decorrência desses fatores, novas formas de apreensão do real surgiram no campo científico, além de concepções que criticaram as ocorrências do período. *“Crítica da técnica, do modelo econômico centrado no lucro industrial, do primado da razão sobre a sensibilidade humana, e, mais para a frente, de toda forma de metanarrativa”* (MOREIRA, 2004, p. 52).

Nesse contexto os discursos da Geografia Pragmática começaram a mostrar as suas limitações. Apareceram movimentos de crítica tanto de caráter teórico-metodológico como direcionada ao pragmatismo ideológico dessa Geografia. A primeira diz respeito à utilização de modelos econômicos neoclássicos ou neoliberais para análise do comportamento da sociedade, os quais consideram que a conduta social se baseia na racionalidade em busca da satisfação máxima de suas necessidades, desconsiderando a complexidade do comportamento humano e sua subjetividade (GOMES, 2000). A Geografia absorve, dentre outros, referenciais da Fenomenologia e do Materialismo Histórico e Dialético. *“Debate-se conceitos como os de paisagem, espaço e território, entre outros, na tentativa de se produzir uma explicação geográfica coerente com a nova complexidade socioespacial”* (SAQUET, 2007, p. 37).

Saquet (2007) destaca que nesse período de renovação da Geografia, o conceito de território ganha destaque na literatura anglo-saxônica, porém há uma predominância de trabalhos baseados no conceito de região. Na Itália o conceito de território entra em evidência a partir dos anos 60-70, possibilitando a compreensão de conflitos territorializados surgidos com as políticas de desenvolvimento nos países industrializados. No Brasil, a reelaboração da ciência geográfica se baseia, inicialmente, no conceito de espaço geográfico.

Inicialmente, o conceito de território era trabalhado com base nas ciências naturais, entendido enquanto suporte ou conjunto de recursos naturais ou com base na atuação do Estado-Nação, como trabalhado por Friedrich Ratzel no século XIX, o qual entendia o território como substrato (solo) para a efetivação da vida humana, essencial a todos os povos, sob o domínio do poder estatal. Posteriormente, o conceito assumiu uma postura relacional e processual, abrangendo diferentes tipos e escalas de relações de poder, conflitos, apropriação e dominação do espaço e, o contexto histórico.

No Brasil, nos anos de 1980, iniciam-se os trabalhos com o conceito de território. Saquet (2007) salienta os trabalhos de Goldenstein e Seabra, Bertha Becker, preocupando-se com o uso político do território e contribuindo para a expansão das idéias de Raffestin no país e, Milton Santos inicialmente com sua obra *Metamorfoses do Espaço Habitado*, na qual realiza uma abordagem materialista e dialética do espaço, destacando o papel do capital e do Estado, sob o viés econômico, porém sem deixar de reconhecer os fatores políticos, culturais e naturais presentes na configuração territorial.

A partir da década de 90, os estudos territoriais assumem uma maior importância nas ciências sociais – com destaque para o Brasil – tanto os que apresentavam uma menor profundidade teórico-metodológica, como os baseados nos processos econômicos e políticos, como os que incluíam a abordagem cultural. Em Saquet (2007) são citados Roberto Lobato Corrêa que apresenta uma significação para o território pautada na apropriação e controle político de certa área sendo que a territorialidade corresponde a um grupo de práticas e suas manifestações – materiais e simbólicas – realizadas para a manutenção do controle do território e, Manuel Correa de Andrade, para quem o conceito assume uma postura político-administrativa, relacionada à área de dominação ou gestão pelo Estado ou por empresas, sendo que a territorialidade significa pertencimento e se relaciona com o nacionalismo.

Segundo Saquet (2007), uma maior expansão dos estudos territoriais no Brasil ocorreu a partir dos anos de 92 e 93 com a tradução para o português do livro de Raffestin (*Por uma Geografia do Poder*) e com a realização em São Paulo do seminário *O novo mapa do mundo e Território: globalização e fragmentação*.

Com relação aos autores brasileiros, Saquet (2007) destacou três que apresentam abordagens diferentes sobre o conceito de território, mas que, por vezes, coexistem e se complementam. São eles: Milton Santos apresentando uma abordagem materialista concentrada no conceito de espaço geográfico; Rogério Haesbaert, com uma abordagem integradora ou híbrida, na qual une as dimensões materiais e ideais, enfatizando os processos culturais e políticos e, Marcos Aurélio Saquet preocupado com um entendimento (i) material do território, através da relação matéria-ideia e dos processos político-econômicos.

Saquet (2007) cita seu artigo intitulado “*O tempo, o espaço e o território*” (2000), no qual destaca uma abordagem (i) material do território, baseada na relação espaço-tempo. “*O território é produto das relações sociedade-natureza e condição para a reprodução social; campo de forças que envolvem obras e relações sociais (econômicas-políticas-culturais), historicamente determinadas*” (SAQUET, 2007, p.127). As construções dos territórios se dão pelas ações de poder realizadas pelos grupos ou classes sociais, pelas territorialidades do cotidiano. Estas entendidas como conseqüências, condicionantes e caracterizadoras do território e do processo de territorialização. Os territórios podem ser permanentes ou temporários, ocorrerem em diversas escalas, mas sempre considerando “*a síntese dialética do natural e do social que residem no homem*” (SAQUET, 2007, p.128). O processo de territorialização ocorre na relação sociedade-natureza, interceptada pelas territorialidades.

O mesmo autor também cita o potencial das territorialidades agirem enquanto instrumento de organização política e transformação. “*O território é compreendido, antes de qualquer ‘coisa’, como um espaço de organização e luta, de vivência da cidadania e do caráter participativo da gestão do diferente e do desigual*” (SAQUET, 2007, p.129). Este desigual se refere à coexistência de diferentes tempos na configuração espacial e nas peculiaridades dos diferentes lugares – resultado de forças locais e forças externas – questões que devem ser consideradas na abordagem territorial em uma perspectiva baseada na compreensão território-rede-lugar.

Penha (2005) mostra que o conceito de território tradicionalmente esteve relacionado às Ciências Jurídicas, nos séculos XVII e XVIII, que entendiam o território

como área de jurisdição de certa autoridade e, às Ciências Naturais, nos séculos XVIII e XIX que o estipulavam como área de disseminação de espécies animais e vegetais. Dentro da Geografia, o desenvolvimento do conceito de território baseou-se numa leitura jurídica, “*a partir do momento em que Ratzel procurará assimilar a idéia de território desenvolvida pela Filosofia da História e pela Biologia, sintetizando os dois pontos de vista*” (PENHA, 2005, p. 8). Desde a época mercantilista que o território assume uma postura mais econômica em detrimento da concepção jurídica, porém essa postura se tornou notável a partir do século XIX, com a intensificação da industrialização. Penha (2005) cita Marx para dizer que a partir daí o território não se define mais pelo domínio e sim pelo uso.

A análise desse mesmo autor ainda mostra que o conceito de território na Geografia historicamente esteve mais atrelado ao poder do Estado e suas ações inerentes. Com a crise estatal caracterizada pelo neoliberalismo, a legitimidade do Estado juntamente com o conceito de território passaram a sofrer questionamentos. Estes, conseqüentes das características do regime neoliberal: a esfera privada sobrevalorizada em detrimento da pública, juntamente com o excesso de garantia dos direitos individuais em contraposição às ações coletivistas atribuídas ao Estado e, o processo de mundialização, no qual houve um deslocamento da atuação estatal em defesa da sociedade e do mercado, abrindo-se a uma organização econômico-cultural sob responsabilidade das grandes corporações transnacionais. Redefinições e atualizações do conceito de território foram empregadas: “*Definido enquanto área de jurisdição, de relações de poder, de controle, de práticas sociais, de uso, de consumo e de conflitos sociais, o “território” passou a ser concebido em todas as dimensões da sociedade*” (PENHA, 2005, p. 14).

Moraes (2005) discorre sobre a abordagem territorial (entendendo-a enquanto a escala de atuação do poder estatal) destacando como uma concepção positivista da Ciência Geográfica, que permaneceu até as últimas décadas do século XX, influenciou na compreensão do conceito de território e da formação territorial. Os estudos sob o viés positivista não possibilitavam o entendimento do território como um processo histórico resultando em uma determinada formação; este era visto enquanto um objeto dado, passível de descrição e caracterização. Com os movimentos de crítica ao

positivismo essa visão é rompida e o território passa a ser visto enquanto um resultado da relação da sociedade com o espaço ao longo da história, sendo compreendido através de sua formação e desenvolvimento. Trata-se:

de captar uma articulação de processos sociais que resultaram em intervenções humanas nos lugares e na criação de materialidades e ordenamentos no espaço terrestre. A análise sincrônica de tais processos num mesmo âmbito espacial – que envolve as dimensões econômica, política e cultural da vida social – permite o resgate da história de como se conformaram os atuais territórios existentes no mundo contemporâneo (MORAES, 2005, p. 52-3).

Com relação à territorialidade, Raffestin (1993) aponta que ela revela as multifacetadas do território vivido pelos participantes de uma sociedade, através das relações de poder. O autor define a territorialidade como sendo uma relação entre o indivíduo – o sujeito – com a exterioridade, esta entendida tanto como um lugar, mas também como “*um espaço abstrato, como um sistema institucional, político ou cultural, por exemplo*” (RAFFESTIN, 1993, p.160). Entretanto, como a vida social é formada por uma rede de relações, a territorialidade pode ser compreendida como “*um conjunto de relações que se originam num sistema tridimensional sociedade – espaço – tempo em vias de atingir a maior autonomia possível, compatível com os recursos do sistema*” (RAFFESTIN, 1993, p.160); sendo assim dinâmica, já que os fatores que constituem a relação do indivíduo com o exterior sofrem variações ao longo do tempo, interferindo na configuração territorial. O mesmo autor propõe – questionando – a territorialidade como categoria de análise ternária que romperia com a dicotomia homem – meio na Geografia.

A territorialidade se cria a partir do território usado pelas diferentes relações sociais e “*não provém do simples fato de viver num lugar, mas da comunhão que com ele mantemos*” (SANTOS, 2000, p. 62). No caso da Vila de Picinguaba – objeto de estudo desse trabalho – verificou-se uma nova territorialidade conseqüente de novas relações, como a urbanização acelerada, a especulação imobiliária, principalmente ocasionada pelo turismo, a inserção da Vila numa área de preservação da natureza (Parque Estadual da Serra do Mar - SP), o zoneamento e a proposição da re-

categorização da Vila com o Plano de Manejo do Parque Estadual da Serra do Mar (2005/ 2006). Esses fatores estão transformando o cenário e a vida dos moradores, principalmente dos caiçaras.

Uma abordagem territorial que dê conta da complexidade do período contemporâneo precisa avançar além dos dualismos trabalhados por algumas concepções científicas na análise da sociedade: “*tempo-espaço, fixação-mobilidade, funcional e simbólico*” (ARAUJO; HAESBAERT, 2007, p. 37); e dar atenção às relações e aos processos responsáveis pelas territorializações, as diferentes temporalidades e velocidades em que a territorialização acontece e, a relação existente entre os territórios mais funcionais e aqueles em que há uma maior atuação do poder simbólico. E, a territorialidade considerada enquanto o conjunto de características legitimamente necessárias à existência do território, nesse sentido, não pode ser reduzida somente à dimensão simbólico-cultural do território, como aparece em algumas vertentes mais estreitas da Geografia, devendo-se considerar para sua compreensão todos os fatores, processos, agentes e atores que participam da construção dos territórios e que resultam na totalidade social do período atual (ARAUJO; HAESBAERT, 2007).

## **2.2 – Contextualização histórica e territorial dos grupos caiçaras do litoral norte do estado de São Paulo: apropriação e usos do território**

A análise do processo histórico fornece os primeiros parâmetros para o entendimento de qualquer problemática e da configuração social pretérita e atual de determinado território, ou seja, como este foi ocupado e apropriado pelos grupos sociais. Através da compreensão do contexto das diferentes épocas estudadas consegue-se abarcar os aspectos da sociedade em sua totalidade – os fatores econômicos, sociais, políticos e culturais – chegando-se à estrutura e configuração territorial atual.

A formação do litoral norte do estado de São Paulo, assim como em outras regiões do país está baseada na sua inserção nos períodos econômicos mercantilistas.

No primeiro período, anterior à colonização, assim como em outras regiões do Brasil, o território encontrava-se ocupado pelos indígenas – os Tupinambás, no caso de Ubatuba – os quais viviam com os indígenas de São Vicente (Tupiniquins) até a chegada dos colonizadores portugueses e franceses, o que culminou em episódios de guerrilhas entre os grupos indígenas e, posteriormente com a Confederação dos Tamoios, sob a liderança do cacique Cunhambebe, na qual os grupos se uniram para o combate dos colonizadores (LUCHIARI, 1999, p.81). “*A resistência dos indígenas e as condições peculiares do Litoral Norte não favoreceram, no início do século XVI, a colonização ou o povoamento europeu dessa região de comunicação difícil com o interior*” (SILVA, 1975, p.75). Com a chegada dos jesuítas Manoel da Nóbrega e José de Anchieta, em 1563, a paz é restabelecida e a posse da região é assegurada aos portugueses que iniciam a exploração do meio natural e da mão-de-obra indígena (PEREIRA LEITE, 1998 apud LUCHIARI, 1999, p.82). Iniciou-se a imposição de uma nova dinâmica à paisagem com a construção dos “*engenhos de cana-de-açúcar, serrarias, fornos de olaria, ampliação das vias de transporte, construção de pequenas indústrias, uma rede urbana sob a forma de tabuleiro de xadrez, implantada pelos portugueses nas sedes dos povoados, os casarões, as vilas e as fazendas*” (LUCHIARI, 1999, p.83). O povoado de Exaltação da Santa Cruz do Salvador de Ubatuba se elevou à categoria de vila em 1637 (BRUNO, 1957 apud SILVA, 1975, p.78).

O período da produção açucareira não se estendeu muito na região devido à competição com a produção nordestina, de posição geográfica mais favorável para o mercado consumidor europeu (ELLIS JÚNIOR, 1946 apud SILVA, 1975, p.23); pelas técnicas rudimentares de produção associadas à baixa qualidade dos solos para a produção e clima desfavorável (PETRONE, 1965 apud SILVA, 1975, p.23) e, pelo interesse dos colonizadores na busca de metais preciosos nas regiões planálticas (SILVA, 1975, p. 23).

Nos séculos XVII e XVIII com a descoberta do ouro em Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso, o Litoral Norte, com os portos de São Sebastião e Ubatuba, passou a ser ponto de articulação entre as áreas mineradoras e o exterior. As trilhas indígenas correspondiam aos caminhos que interligavam o Vale do Paraíba Paulista ao Litoral Norte (SILVA, 1975, p. 79). Porém, em 1710 houve a abertura de um novo caminho que

ligava diretamente as áreas de mineração ao Rio de Janeiro e, em 1713 com a elevação de São Paulo a Vila, o Vale do Paraíba entrou em decadência e, conseqüentemente o Litoral Norte apresentou um declínio econômico e populacional (PETRONE, s/d apud SILVA, 1975, p.79).

Almeida (1946) mostra que a prosperidade das cidades do litoral paulista, destacando Iguape, Cananéia, São Sebastião e Ubatuba, nesse período da história perdurou até o final do século XVIII “*quando em setembro de 1787, ao toque de caixa, publicavam os capitães-mores, por ordem do capitão-general Bernardo José de Lorena, o terrível edito, pelo qual, tôdas as embarcações que zarpassem dos portos do litoral ficavam obrigadas a escalar em Santos*” (ALMEIDA, 1946, p. 38). Essa medida favoreceu a Capital que necessitava de gêneros e a vila de Santos, que sofria pela falta de comércio, enquanto as outras vilas da Capitania progrediam comercializando diretamente com outras regiões do país e do exterior. Esse processo contribuiu para o despovoamento dessas áreas do litoral. Ubatuba se destacava nesse cenário, pois ainda se beneficiava com as relações que mantinha com as vilas localizadas acima da serra, como Taubaté e São Luiz do Paraitinga. Com o estabelecimento do governo imperial, a realização de melhorias no serviço de cabotagem dos portos da Província e o retorno do livre comércio para os outros portos as vilas começaram a se restabelecer.

A região recuperou-se na primeira metade do século XIX (PETRONE, s/d apud SILVA, 1975, p.80) devido a sua inserção na economia cafeeira.

Com seu ingresso no ciclo cafeeiro, no início do século XIX, o litoral norte conhece uma fase de grande dinamização. A abertura do caminho do Padre Dória, ligando São Sebastião à Salesópolis, e Ubatuba a São Luiz do Paraitinga, ambas no reverso da escarpa, além da ligação entre Caraguatatuba e Paraibuna, possibilitaram o desenvolvimento do novo produto monocultor. O apogeu desta fase culmina com uma grande produtividade do café, principal produto da então província de São Paulo, o que resulta no aumento demográfico, numa prosperidade semelhante aos distritos do interior, e na intensa utilização do solo, inclusive nas encostas da Serra do Mar (LUCHIARI, 1999, p.85).

Diegues (1973) organizou em seu trabalho de mestrado alguns dados das receitas municipais que mostram que em 1836 o município de Ubatuba situava-se em 14º lugar dentro da província de São Paulo. Após dez anos passou a ocupar a 1ª

posição, participando com 13,8% da receita dos municípios devido à produção e exportação do café. Esse período de positividade perdurou até 1860; momento, a partir do qual, iniciou-se o declínio da produção no Vale do Paraíba. Em 1896, Ubatuba já ocupava a 110ª posição nas receitas municipais entre os 130 municípios da província.

Novamente a economia da região entra em declínio com a construção, em 1867, da ferrovia que ligava São Paulo a Santos e, em 1877, da que ligava São Paulo ao Rio de Janeiro, além da desagregação do sistema servil no final do século XIX, já que o litoral norte não contou com a participação da mão-de-obra imigrante em suas produções (SILVA, 1975, p.81). “[...] *com a construção das estradas de ferro ligando a região de Serra Acima à Capital e esta ao porto de Santos, veio o litoral a sofrer o mais rude golpe, sendo quase que a totalidade da produção central desviada para aquele porto [...]*” (ALMEIDA, 1945, p. 74).

Ainda, segundo Luchiari (1999), o ciclo do café propiciou uma ocupação interiorana no estado de São Paulo, destacando a capital paulista como ponto de articulação entre o interior e o Porto de Santos, além de propiciar investimentos em infra-estrutura nesse eixo, o que culminou com o advento da indústria e com uma nova configuração territorial em detrimento da economia agroexportadora.

Diegues (1973) mostrou que o asfixiamento da economia do Litoral Norte se deu pelo esgotamento das terras e pelo deslocamento da produção de café para o oeste paulista, verificando que “*a abertura da estrada de Ferro Santos-Jundiaí não foi diretamente a causa do declínio da agricultura. Antes, o deslocamento do eixo cafeeiro do Litoral Norte fez com que a exportação se polarizasse em Santos*” (DIEGUES, 1973, p. 55).

Esse processo trouxe como consequência a marginalização do litoral norte paulista: “*Já no final do século XIX, esta região encontra-se à margem dos processos de urbanização e de modernização que moviam o estado e o país, retraindo a sua economia para uma produção baseada na subsistência*” (LUCIARI, 1999, p. 86). Houve, nesse período, uma economia mais voltada à produção familiar e ao fortalecimento da cultura caiçara, a qual era representada, segundo Luchiari (1999), pelas canoas de voga, pelas lavouras, pela caça e pesca artesanal, fundamentos de

uma economia de subsistência, pequena produção mercantil e posse de uma certa autonomia.

Como estratégia de sobrevivência nos períodos de crise dos ciclos dominantes, viu-se o surgimento do pequeno sitiante, do meeiro, do posseiro na região, não configurando na “*existência de uma situação pré-capitalista ou de restos feudais*”, mas sim na “*existência de um capitalismo dependente e satelitizado, extremamente débil e insuficiente. O fraco desenvolvimento das forças produtivas não se deve a ausência de ‘fatores de mercado’ ou do capitalismo mas sim a presença, durante todo o período analisado, do chamado capitalismo dependente*” – reflexo das relações metrópole x colônia (DIEGUES, 1973, p.79-0).

As áreas inseridas nesse capitalismo dependente – áreas satelitizadas – sofreram limitações no seu processo de desenvolvimento, pois sempre estavam submissas a uma economia central e oscilavam conforme os estímulos e retrocessos do mercado externo. Foram caracterizadas como áreas de insuficiência econômica onde se encontram pouca acumulação de capital, insuficiente capacidade de investimento e um processo de escoamento dos recursos da área, levando a uma alta incidência de empregos de baixa produtividade, sub-empregos e a formação de populações marginalizadas da economia mercantilista das diferentes épocas, “*além de setores que vão e voltam à economia de subsistência, segundo os impulsos do mercado e sua capacidade de absorvê-los*” (DIEGUES, 1973, p. 81).

Nesse cenário, é relevante citar que a cultura caiçara nunca se caracterizou como uma economia fechada ou uma cultura estática; ela sobreviveu aos momentos de integração e de marginalização promovidos pela economia agro-exportadora e foi influenciada pelos processos decorrentes deste contexto (LUCHIARI, 1992, p.13).

O caiçara surgiu como um resíduo de segmentos desprivilegiados (índios e negros) que se somaram aos agentes da ocupação (os europeus). A cultura caiçara sobreviveu a todos os ciclos que dominaram a economia do país e penetraram no litoral paulista entre os séculos XVII e XIX, sendo fundamental à economia local nos interstícios desses ciclos. Sua presença persistiu no espaço litorâneo, fortalecendo-se nos momentos de declínio econômico dos produtos para exportação (LUCHIARI, 1999, p.86).

Em meados do século XVIII, as comunidades caiçaras do município de Ubatuba, sobretudo de sua porção norte, estavam organizadas com base numa economia camponesa, obtendo a maior parte de seus recursos através da exploração da terra. *“A terra forjou, também, a diferenciação entre seus ocupantes; na posse e uso da terra repousam, ainda, as origens de conflitos e tensões maiores entre seus moradores”* (MARCÍLIO, 2006, p.52).

Na época em questão, essa população organizava-se em grupos domésticos ou fogos, que tinham por base a família (incluindo, por vezes, agregados e escravos), responsáveis pelo trabalho, consumo, produção e reprodução dos fatores atinentes à sobrevivência do grupo. Seu sistema de produção – agricultura de subsistência – organizava-se de modo a suprir, primeiramente as necessidades do grupo doméstico, mas contribuindo, também, com a economia global, principalmente sob a forma de impostos. Os grupos eram dispersos uns dos outros, porém não isolados, e possuíam relações com os núcleos de povoamento geralmente por fatores econômicos, políticos e religiosos (MARCÍLIO, 2006). Eles estavam em constante circulação dentro de sua região,

solicitados a sair de seus bairros ora pelas atividades econômicas, ora pelas práticas religiosas, e servindo-se de todos os pretextos para não ficarem isolados e trancados dentro de seu grupo de vizinhança. Verificou-se que quando todos os outros fatores que arrancam o sitiante à sua vida no bairro estão praticamente desaparecidos – quando não registra seus filhos nem casa legalmente; quando não vota por ser analfabeto; quando comparece somente às festas religiosas de seu bairro e não freqüenta romarias, – ainda assim a economia o força a sair do círculo restrito em que vive, mesmo que seja para vender o excedente de um produto qualquer na sede municipal (QUEIROZ, 1973, p. 13-4).

Em Ubatuba, a maioria das roças, moradias e fazendas estavam localizadas ao longo das praias. Já no fim do século XVIII, através de levantamentos realizados, haviam aquelas situadas no interior das terras, nos sertões, formando os bairros rurais, ligados entre si por trilhas ou veredas. A comunicação com as outras localidades se dava pelos rios, pelas praias. *“A comunicação com o mundo exterior, com a economia*

*global envolvente, era feita ‘por fora’, pelo mar, pelas pequenas canoas de pesca, ou pelas maiorzinhas, as ‘canoas de voga’ (MARCÍLIO, 2006, p.42).*

Em 1765, houve a primeira organização militar desses fogos, influenciada pela racionalidade de ocupação da colônia que reinava no período, a qual dividiu Ubatuba em três companhias de milícias da terra: a do sul, do centro e do norte. Esta possuía como limites a Praia de Itamambuca, o canto do Iriri, a Praia da Almada e o limite norte de Ubatuba. Contava com 220 fogos no ano de 1824, distribuídos da seguinte maneira: *“40 no Perequemirim, 18 na Praia Vermelha, 18 no Feliz, 43 na Praia do Promerim e Peruba, 70 na vasta Ubatumirim e 31 na pequena Picinguaba, somada à do Camburi”* (MARCÍLIO, 2006, p.60).

A produção agrícola correspondia às necessidades do grupo doméstico: a mandioca era cultivada para a farinha, feijão, cana-de-açúcar para o fabrico também da aguardente, café (nos últimos anos do século XVIII), além do consumo do peixe, ovos, galinhas e frutas, que, em geral, existiam naturalmente no ambiente, não necessitando de cultivo. O contexto econômico dos diferentes períodos influenciaria esses grupos em suas produções, produzindo não somente para o autoconsumo, mas com um excedente destinado à exportação, sobretudo de açúcar e aguardente e café, participando, assim, da economia colonial (MARCÍLIO, 2006).

Com relação à população de Ubatuba, Marcílio (2006) aponta que em 1771 esta somava 1.338 pessoas, entre livres e escravos; em 1799 esse número passou para 2.652 e em 1872 já eram 7.565 habitantes. Já em meados do século XX (1940), o número regrediu para um pouco mais de 3.000 habitantes e em 1970, devido ao advento da atividade turística na região, ao maior desenvolvimento técnico e científico que propiciou o controle de epidemias e endemias no litoral e a queda de mortalidade, esse número passou para 15.203 habitantes. De acordo com a mesma autora:

A partir de então, a estrutura e posse da terra deixam de ser aquelas típicas de uma economia camponesa, do sistema de queimada e da roça de alimentos, desmanteladas cruelmente pelo capitalismo selvagem. A especulação desenfreada e o turismo anárquico e desgovernado expulsaram o velho caiçara de suas terras e, em seu lugar, implantaram a destruição ecológica, a avidez fundiária e o vazio humano das casas de fim de semana (MARCÍLIO, 2006, p. 61-2).

Com a organização militar e a conseqüente restauração da capitania paulista pós 1765, os ideais mercantilistas acabam por penetrar em Ubatuba e surgem as tentativas de racionalização da agricultura com uma produção voltada a exportação, inserindo assim o lugar na economia global. As conseqüências na estrutura fundiária foram as mais diversas, dentre elas o interesse na titulação das terras e transformação destas em propriedades particulares; em contraposição com o uso tradicional das terras, que se dava pela posse simples, sem a necessidade da titulação. Além disso, as legislações de 1822 a 1850, relacionadas à terra contribuíram para a criação de necessidade de demarcação e definição dos limites das propriedades e das posses, juntamente com seus registros e titulação. Esses fatores culminaram em modificações na estrutura social então existente no local:

Proprietários e posseiros diferiam entre si pelo tamanho de suas terras, pelo número de escravos, pelo *status* que os marcava na comunidade local e na sociedade envolvente. Ambos compunham apenas uma parcela das famílias e da população local. A maioria, porém, era a dos “sem-terra”, somada aos escravos (MARCÍLIO, 2006, p.65).

Na economia camponesa a terra também tinha um papel de definição social, além de ser meio de produção, já que com o aumento da superfície a ser produzida, o grupo doméstico necessitava aumentar a força de trabalho, aumentando o número de agregados ou escravos ou arrendando parte de suas terras para que outros a cultivassem. Dessa maneira, o chefe do grupo doméstico aumentava o seu status e a segurança de seus familiares e dos outros membros do grupo. No entanto, essa nova racionalidade veio a inovar impondo o direito de propriedade individual.

Outro fator que veio a interferir na época, conseqüência das modificações ocorrentes na estrutura fundiária, foi a concentração de terras nas mãos de poucos proprietários. Na região norte de Ubatuba – região que engloba a área desse estudo – verificou-se, no ano de 1817, que 96% das propriedades poderiam ser classificadas como grandes (área com mais de 20 alqueires) e somente 2% eram de pequenas propriedades (área de até 10 alqueires), sendo que aqui se encontrava a maioria dos grupos domésticos participantes de uma economia camponesa, os quais, por

praticarem uma agricultura extensiva e itinerante, precisavam de amplas áreas cultiváveis, o que não era possível nesse contexto. Necessitavam os pequenos proprietários e sem-terra, de complementarem sua alimentação com a pesca, caça e coleta de frutos (MARCÍLIO, 2006).

Do início do século XX até a década de 1950, a configuração dessa área se limitou “*ao modo de vida tradicional caiçara*”, o qual nos períodos posteriores encontrou fatores que influenciaram na sua configuração territorial. A pequena produção agrícola realizada nos sertões (área entre a Serra do Mar e a orla Marítima), a comercialização dos excedentes através das canoas de voga<sup>8</sup> para as outras áreas do litoral, o artesanato e a pesca artesanal caracterizaram esse período e contribuíram para a reprodução social dos caiçaras. Havia uma configuração estabelecida, principalmente no que se refere à relação dessas comunidades com os seus territórios. “*As roças, as casas, os pontos e os ranchos de pesca, a praia, a capela, o sertão, as trilhas... todos esses lugares remetiam a um conteúdo sócio-espacial específico!*” (LUCHIARI, 1999, p.93).

---

<sup>8</sup> Canoas confeccionadas de um só tronco e escavadas com machado, enxó ou fogo. Herança da cultura indígena, as canoas foram um dos primeiros tipos de transporte utilizado na circulação de pessoas e mercadorias no litoral paulista. A partir de 1920, as embarcações a motor começaram a substituir as canoas, principalmente no transporte de mercadorias (LUCHIARI, 1992).

Figuras 2.1 e 2.2: As canoas caiçaras, presentes, ainda, na paisagem da Vila de Picinguaba (município de Ubatuba)



Fonte: Fotografias tiradas pela autora em trabalho de campo realizado em abril de 2010.

A partir da década de 1950 acelerou-se o processo de urbanização no território brasileiro que priorizou certas áreas, com destaque para aquelas do entorno dos eixos industriais e acabou por criar diferenças territoriais marcantes entre as diversas regiões do país. O crescimento das grandes cidades não trouxe benfeitorias para a totalidade da população, culminando num movimento migratório para as cidades menores em busca de melhores condições de vida. No entanto, esse crescimento desorganizado acabou por diminuir a qualidade de vida das populações com melhor poder aquisitivo nos grandes centros, as quais começaram a buscar áreas menos urbanizadas para um

maior contato com a natureza preservada, seja para viver ou para os momentos de lazer. Destacou-se, nesse momento, o início da organização da atividade turística no Litoral Norte, propiciado, em grande parte pela melhoria da infra-estrutura viária na região:

A rodovia dos Tamoios (SP-99) foi inaugurada em 1939, ligando Caraguatatuba a São José dos Campos. A SP-55 (hoje reformada e transformada em um trecho da Rio-Santos) interligou, em 1955, as cidades de Ubatuba, Caraguatatuba e São Sebastião. A rodovia entre Ubatuba e Taubaté (SP-125) só foi entregue ao tráfego na década de sessenta (LUCHIARI, 1992, p.46).

Além disso, outros fatores como a instalação do terminal marítimo da Petrobrás (TEBAR) ao norte da cidade de São Sebastião em 1969; a instalação da Companhia Nacional de Frigoríficos S/A (CONFRIO) no mesmo município; a transformação de Ubatuba e São Sebastião em terminais de pesca, bem como a construção da BR-101 na década de 70 (com aprovação nos anos 60, incluída no programa federal de integração nacional e ocupação dos espaços vazios, pelo governo Castelo Branco) e a implementação do projeto TURIS<sup>9</sup> (desenvolvimento turístico do litoral Rio-Santos), o qual objetivava organizar o eixo Rio-Santos semelhantemente ao Languedoc-Roussillon, no litoral francês; contribuíram para as transformações ocorrentes na dinâmica dos lugares e no modo de vida caiçara (LUCHIARI, 1992).

Segundo Luchiari (1999), na década de 1960, a atividade pesqueira tornou-se a principal atividade econômica do litoral, levando os caiçaras a se transformarem exclusivamente em pescadores, o que ocasionou uma desarticulação em sua dinâmica baseada na autonomia e auto-suficiência, principalmente alimentar e, na sua relação com os outros indivíduos e com o meio natural. Nos períodos anteriores, esses grupos possuíam uma relação secundária com o mar, sendo que este não era considerado como um referencial cultural primordial ao seu modo de vida.

---

<sup>9</sup> “O projeto TURIS foi concluído em 1972 e dividia o litoral em três categorias: 1) privatização das praias (lotes particulares) 2) Hotéis e casas particulares e 3) Áreas de camping, reservando as melhores praias para os turistas da categoria 1”. (LHOTE, 1982, p.81-2 *apud* LUCHIARI, 1992, p.49).

Sua visão de mundo, suas festas, seus rituais, suas noções de tempo e espaço não acenavam prioritariamente para uma relação entre sua comunidade e o meio marítimo, mas, antes, se assentavam, sobretudo na sua relação com a terra, com os ritmos da produção agrícola (SILVA, 2004, p. 50).

De acordo com Silva (2004), desde o início do século XX existiam interesses de diversos setores da sociedade para a transformação do caiçara de “pescador-lavrador” para “pescador exclusivo”. Destacam-se a criação das colônias de pescadores no Estado de São Paulo<sup>10</sup> – pós década de 1920 – as quais, além de serem comandadas pela Marinha de Guerra, dividiam o controle com grandes proprietários de empresas comerciantes de pescado, que objetivavam a destruição de velhos hábitos tradicionais dos caiçaras – contrários à racionalização do trabalho – os quais não contribuíam para um crescimento lucrativo de pescado a ser oferecido no mercado. Foi assim intensificada a inserção desses grupos na dinâmica do capital.

---

<sup>10</sup> No ano de 1924 foi inaugurado o mercado de peixe da colônia Z-13 de Ubatuba (SILVA, 2004).

Figura 2.3: Barcos pesqueiros ancorados na Vila de Picinguaba: retrato da influência da pesca industrial na vida dos caiçaras



Fonte: Fotografia tirada pela autora em trabalho de campo realizado em abril de 2011.

Mussolini (1953) também afirma que a pesca em plano capitalista, assim como o maior desenvolvimento do porto de Santos anteriormente, foram fatores que contribuíram para a alteração das relações sociais estabelecidas. Esses motivos foram suficientes “*para os moradores dos pequenos núcleos litorâneos se entregarem a uma mobilidade pronunciada, com a conseqüente quebra de organização dos grupos locais e a perda dos elementos de sua cultura de ‘folk’*” (MUSSOLINI, 1953, p. 93).

Não bastasse isso, alguns caiçaras inseridos em questões fundiárias conseqüentes da especulação das terras para o turismo, acabaram por vendê-las a preços irrisórios.

A ruptura definitiva do isolamento da economia e da cultura caiçaras ocorre na década de 1970. As transformações econômicas e sócio-culturais materializaram-se no espaço urbano e nas atividades produtivas: as construções residenciais multiplicaram-se, novas tecnologias foram introduzidas na pesca, na construção civil, nos transportes, nos sistemas de comunicação e na vida cotidiana. O comércio e os serviços de abastecimento e infra-estrutura despertaram nas comunidades locais novas necessidades de consumo, e o contato direto com as populações dos centros urbanos delineou uma outra transformação: a dos hábitos e dos costumes (LUCHIARI, 1999, p. 95).

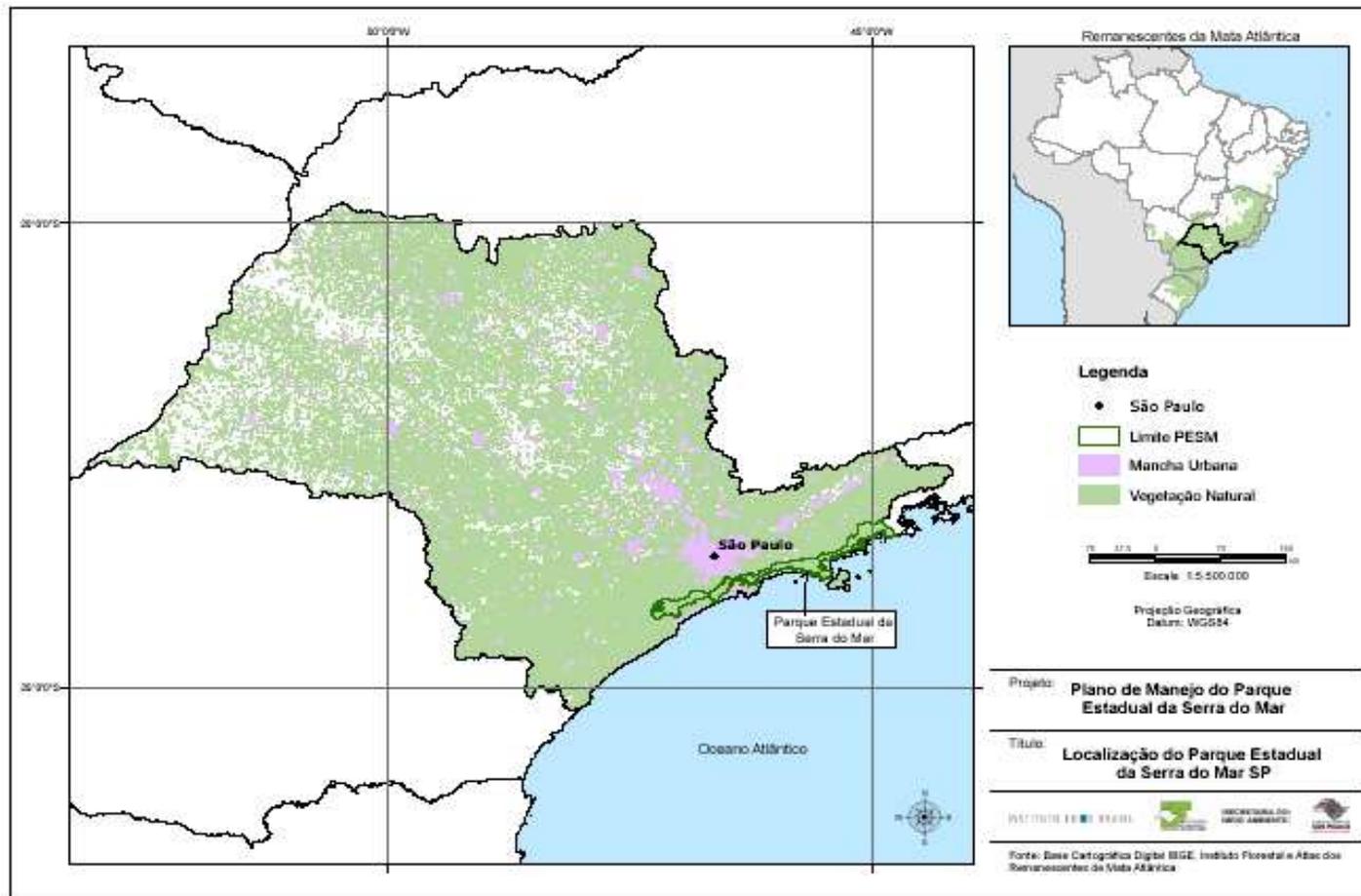
Outro fator relevante que contribuiu para a desestruturação do modo de vida caiçara foi a criação em 1977 do Parque Estadual da Serra do Mar<sup>11</sup> (sua localização pode ser observada na figura a seguir) e, em 1979 de sua ampliação, incluindo o Núcleo Picinguaba – área que mais concentra as comunidades tradicionais, incluindo os caiçaras.

O Parque Estadual da Serra do Mar possui 315.390 ha e engloba parte de 23 municípios do Estado de São Paulo, numa área que se estende desde Pedro de Toledo no litoral sul até o município de Ubatuba, na divisa com o Rio de Janeiro. A administração do Parque ocorre através dos seus oito núcleos administrativos (como pode ser observado na figura 2.5). Ubatuba encontra-se no Núcleo Picinguaba, possuindo 79,58% de sua área municipal incluída dentro dos limites do Parque, cerca de 54.271 ha (SÃO PAULO, 2005/2006).

---

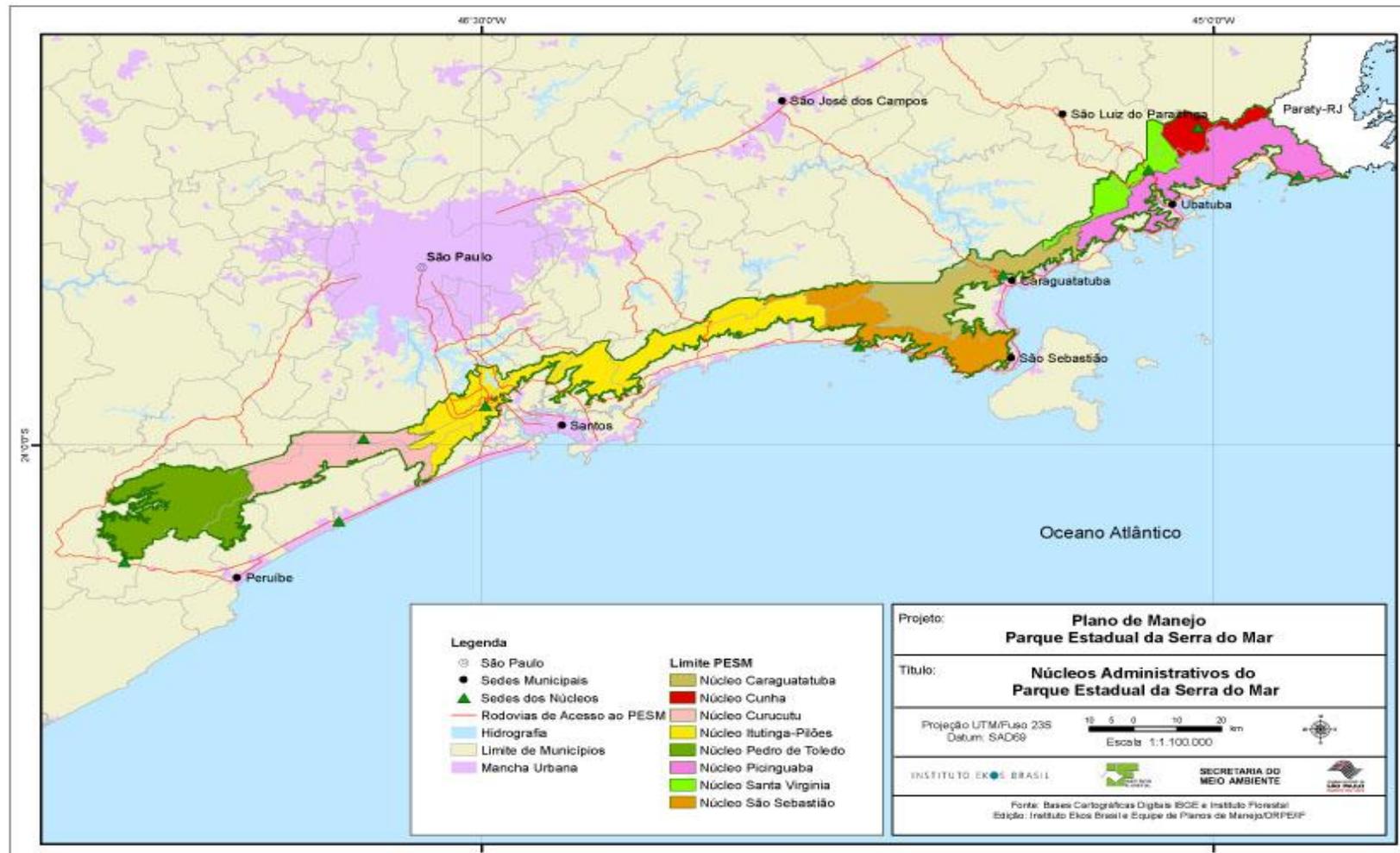
<sup>11</sup> O Parque Estadual da Serra do Mar foi criado em 1977, através do Decreto nº 10.251 (SÃO PAULO, 2005/2006).

Figura 2.4: Localização do Parque Estadual da Serra do Mar



Fonte: SÃO PAULO (Estado). Secretaria do Meio Ambiente. *Plano de Manejo do Parque Estadual da Serra do Mar*. São Paulo, Instituto Florestal, 2005/2006. Disponível em: [http://www.iflorestal.sp.gov.br/Plano\\_de\\_manejo/PE\\_SERRA\\_MAR/Mapas/M01\\_Localiza%E7%E3o%20do%20PESH\\_A4.pdf](http://www.iflorestal.sp.gov.br/Plano_de_manejo/PE_SERRA_MAR/Mapas/M01_Localiza%E7%E3o%20do%20PESH_A4.pdf).

Figura 2.5: Núcleos administrativos do Parque Estadual da Serra do Mar



Fonte: SÃO PAULO (Estado). Secretaria do Meio Ambiente. *Plano de Manejo do Parque Estadual da Serra do Mar*. São Paulo, Instituto Florestal, 2005/2006. Disponível em:  
[http://www.iflorestal.sp.gov.br/Plano\\_de\\_manejo/PE\\_SERRA\\_MAR/Mapas/M04\\_N%FAcleos%20Administrativos\\_A4.pdf](http://www.iflorestal.sp.gov.br/Plano_de_manejo/PE_SERRA_MAR/Mapas/M04_N%FAcleos%20Administrativos_A4.pdf)

A criação do Parque foi uma medida de conter o avanço acelerado da urbanização na tentativa de manter áreas naturais ainda em um estado bom de preservação. No entanto, restringiu a utilização dos recursos naturais pelas comunidades tradicionais, fato inerente à sua existência. Esse processo ocasionou uma migração de parte dessas comunidades para as áreas urbanas em busca de empregos do setor de serviços, construção civil, órgãos públicos ou funções relacionadas ao turismo; ou transformaram-se em pescadores profissionais. Nesse momento, as bases da cultura tradicional caiçara já estavam destruídas. De acordo com Luchiari (1999, p.96): “*Defender a sobrevivência da cultura tradicional caiçara neste contexto significa negar os dados da realidade e admitir que a cultura é estática e não dinâmica*”. Esse contexto acabou por transformar essas comunidades em excluídos que possuem suas estratégias de sobrevivência semelhantes a grande parte da população de baixa renda do país (LUCHIARI, 1999).

Silva (2004) destaca que os incentivos destinados à transformação do caiçara em pescador profissional e a intensificação, pós década de 1960, da atividade turística, da especulação imobiliária, dos problemas fundiários e a criação das Unidades de Conservação configuraram num processo de crise de um modo de vida.

É necessário considerar que as características do contexto histórico influenciam na construção dos padrões culturais, “*estes sobrevivem na medida em que persistem as situações que lhes deram origem, ou alteram seu significado para expressar novos problemas*” (DURHAM, 2004, p. 230).

Diegues (2004) aponta o equívoco de se considerar a cultura caiçara como algo estático e imutável, já que essa parcela da população desde o seu surgimento sempre teve sua reprodução associada aos ciclos econômicos mais amplos, possuindo uma relação intensa com as vilas e cidades, as quais sempre sofreram influência das mudanças sociais ao longo do seu processo histórico. As culturas tradicionais estão em constante transformação, porém a apropriação de padrões de consumo da sociedade capitalista “*não significa necessariamente mudança radical de padrões culturais básicos, uma vez que toda cultura tem capacidade de assimilar elementos culturais externos*” (DIEGUES, 1996 apud DIEGUES, 2004, p. 41).

No último período da periodização proposta por Luchiari (1999), iniciado na década de 1980, verificou-se uma nova contextualização regional propiciada pela intensificação da urbanização e pela valorização turística da região: a pavimentação de toda a extensão da BR-101; a construção de condomínios fechados horizontais e de segundas residências, os fluxos do turismo de elite e turismo popular; acabaram por unir ou segregar diversos grupos sociais com suas respectivas territorialidades.

Luchiari (1999) destaca que na década de 80, ao longo do município de Ubatuba, poucas áreas ainda permaneciam como redutos de caiçaras, porém com forte tendência de alterações pela implantação de loteamentos e pela valorização turística. “Ao sul, os sertões do Rio Escuro e Corcovado, a praia do Bonete, o sertão da Quina. Ao Norte, os sertões do Taquaral, de Itamambuca, Prumirim, Puruba, Ubatumirim, as praias do Almada, do Justa, Picinguaba, Cabeçuda, Camburi e outros” (SETTI, 1985, p.5).

A região norte do município é a mais preservada do ponto de vista natural e cultural, predominando a ocupação espalhada de comunidades caiçaras organizadas em vilas. Até a década de 1970 o único núcleo urbano da costa norte era a Vila de Picinguaba com 267 moradores, número que, após a implantação da BR-101, passou para 1098, no ano de 1980; sendo que a paisagem era caracterizada, principalmente, por segundas residências destinadas ao turismo. Após essa configuração, em 1983, a Vila de Picinguaba foi tombada pelo CONDEPHAAT, através do processo nº 20130/1976 – “Tombamento dos aglomerados humanos ou unidades de habitação de Picinguaba, Ubatuba” (ANGELO, 1992). Na década de 90 os conflitos entre os diversos grupos de interesses se intensificaram:

Acirram-se as contradições entre a legislação da unidade de conservação, a expansão do turismo de segunda residência, a população local e os projetos imobiliários. A cultura caiçara não foi preservada. Hoje ela é o resultado de uma nova convivência com a sociedade urbana que é atraída pelas paisagens naturais, estas sim, relativamente preservadas (LUCHIARI, 1999, p. 181).

Raimundo (2007) também aponta as transformações ocorridas a partir da década de 1970, período no qual a função turística e de veraneio passaram a predominar na área, impondo um processo de descaracterização ao caiçara, sendo seus espaços, relacionados à agricultura camponesa e à pesca, destinados aos interesses dos processos da especulação imobiliária. Percebeu-se uma modificação na paisagem, na qual, lentamente, as casas dos caiçaras e seus ranchos de pesca foram substituídos por segundas residências de veranistas, além da transformação dos significados e da função dos lugares. Como exemplo Raimundo (2007, p.140) cita a Vila de Picinguaba que *“mudou sua função camponesa com residências e práticas das atividades caiçaras ligadas à pesca e à agricultura tradicional para assumir uma função urbana, com segundas residências e outros estabelecimentos turísticos: pousadas e restaurantes”*. Porém o autor destaca que as atividades agrícolas e pesqueiras das comunidades locais não foram completamente eliminadas da paisagem, mantendo-se *“na região de maneira subordinada à função turística e de veraneio, seja em sua materialidade com o fornecimento de insumos aos turistas e pousadas e restaurantes, seja em seu caráter simbólico, também consumido como mercadoria nas trocas culturais com os turistas”*.

Diegues (2004) aponta que a partir da década de 1960 uma quantidade cada vez maior de caiçaras passou a migrar para as áreas periféricas das cidades e em conjunto com migrantes de outras áreas do país ocuparam bairros mais pobres dessas localidades, onde passaram a exercer atividades diferentes das tradicionais, relacionadas principalmente aos serviços urbanos.

As dificuldades de exercer as atividades pesqueiras, em bairros muitas vezes distantes do mar, o contato direto e permanente com os padrões da cultura urbana, o predomínio crescente das igrejas evangélicas têm acelerado a desorganização do modo de vida tradicional das populações caiçaras criando, ao mesmo tempo, outras relações sociais e formas de solidariedade (DIEGUES, 2004, p.22).

Segundo Vieira e Sandeville Junior (2007), por volta da década de 1970 já havia iniciado o processo de destruição da economia caiçara veiculado, principalmente, pelo capital especulador paulista e pela ação do setor de turismo na região. Os caiçaras

vendiam as suas terras localizadas na orla marítima e migravam para as partes mais centrais do município de Ubatuba, aonde se tornariam marginalizados em relação ao mercado de trabalho e a moradia, tendo que adquirir terras menos valorizadas nas regiões periféricas do município. Juntamente com migrantes (com destaque para os de origem mineira) atraídos pela venda de mão-de-obra devido ao crescimento do setor de construção civil, foram ocupando esses bairros mais periféricos, conhecidos como sertões, caracterizados por uma baixa qualidade de vida e contribuindo para a configuração de uma estrutura social urbana segregadora. A construção da BR-101 também contribuiu para a segregação espacial no município, separando de um lado os bairros valorizados pelo turismo – os próximos à orla, e, de outro os sertões com carência de infra-estrutura e serviços destinados à população; além de potencializar o crescimento dos sertões e deslocá-los cada vez mais em direção às áreas de proteção ambiental. De acordo com depoimento fornecido por um integrante da Secretaria de Cidadania e Desenvolvimento Social do município de Ubatuba:

Na construção da rodovia veio um pessoal com essa visão mais futurística e começou a comprar muitas terras aqui, principalmente as terras de caiçaras, eles compravam terras que sabiam que teriam um aumento de valor, principalmente pela rodovia que ia passar. Eles compravam essas terras por um preço baixo, porque o morador tradicional não tinha essa visão... Era mais o valor de uso e não o valor comercial mesmo. E esses moradores tradicionais eles se afastaram do mar e foram morar nos sertões, porque a parte que interessava pra essas pessoas que vinham de fora era a parte de frente pro mar, com maior apelo turístico e com isso a maioria das famílias tradicionais passaram a viver nos sertões, com pouco dinheiro porque aquele dinheiro no momento parecia um montante vantajoso, o que na verdade não era e essas pessoas ocuparam áreas de encosta, áreas de preservação permanente (APP) na beira dos rios (Relato obtido em entrevista realizada em 13/04/10 pela autora).

Luchiari (1999) aponta a construção da BR-101 como a principal causa da desorganização dos “redutos caiçaras” de Ubatuba, além de ser fator causador de transformações na paisagem e da organização do meio urbano. Com isso, os processos de especulação imobiliária, impulsionados pelo setor turístico provocaram uma reorganização na economia local, provocando uma nova dinâmica carregada de

inovações técnicas e culturais, características do período atual, que acabou por contribuir para a maior inserção das “comunidades” locais na dinâmica do território.



Figura 2.6: A rodovia BR-101 na região norte do município de Ubatuba (próximo ao bairro Ubatumirim)

Fonte: Fotografia tirada pela autora em trabalho de campo realizado em setembro de 2010

Contudo, a expansão desse mercado, além de descaracterizar estas áreas fisicamente preservadas e desestabilizar o equilíbrio previamente existente entre cultura de subsistência, atividade artesanal e ajuda mútua, criou uma organização espacial e sócio-econômica excludente, marginalizando e levando à miséria a população caiçara (LUCHIARI, 1999, p. 184).

### **2.3 – A Vila de Picinguaba: cenário de conflitos**

A Vila de Picinguaba localiza-se no leste do município de Ubatuba (SP), a aproximadamente 40 km da região central, próxima ao km 7 da BR-101 e distante 3 km da mesma rodovia. Conta, atualmente, com 231 edificações, sendo 32% de moradores considerados tradicionais, 50% de turistas e 18% de outros tipos de proprietários, segundo dados obtidos na Prefeitura Municipal de Ubatuba. De acordo com o Censo Demográfico do IBGE do ano de 2000, o bairro possui uma população residente de 515 habitantes. Outro estudo mostra a existência de cerca de 1113 moradores pertencentes às populações tradicionais nos bairros inseridos na Zona Histórico-Cultural Antropológica do Parque Estadual da Serra do Mar, consistindo em 367 na Vila de Picinguaba (ASSOCIAÇÃO DE ENGENHEIROS, 2007 apud SIMÕES; FERREIRA, 2008).

A Vila está totalmente inserida no Parque Estadual da Serra do Mar e naquela localização o Parque atinge a quota zero, isto é, seu território se estende até a área de praia. *“As casas da Vila estão localizadas da cota 10 até a 100, em meio ao relevo serrano e à mata atlântica, pois a área da planície é muito reduzida, devido aos esporões da Serra do Mar que penetram na direção do oceano, geomorfologicamente chamado de morraria costeira”* (RISSO, 2005, p.108).

Figura 2.7: A estrada que leva à Vila de Picinguaba



Fonte: Fotografia tirada pela autora em trabalho de campo realizado em abril de 2010.

Considerando seu contexto histórico, a Vila sofreu influência dos fatores citados anteriormente para o litoral norte do estado de São Paulo e, na segunda metade do século XX passou por transformações significativas, que a modificaram de um “*sítio de povoamento tradicional de pescadores-agricultores*” para um local influenciado pela pesca industrial, pela inserção no Parque Estadual da Serra do Mar, pela apropriação capitalista da terra pelo setor turístico, pela “*ambigüidade de ter sido considerada patrimônio histórico e ambiental da cultura caiçara*” e pelo avanço da urbanização e conseqüências inerentes a esta (Ângelo, 1992, p.63). Atualmente, a Vila de Picinguaba já se apresenta como um espaço urbano consolidado, possuindo uma ocupação intensa e grande parte de suas posses nas mãos de turistas com suas segundas residências, veranistas e população migrante (SÃO PAULO, 2005/2006). Segundo resultados obtidos através de entrevistas realizadas com moradores locais, cerca de

metade dos moradores considerados tradicionais ainda dependem da pesca, o restante depende economicamente do turismo, vendendo sua mão-de-obra em serviços ligados às pousadas, jardinagem, serviços de caseiros, entre outros.

Figura 2.8: Vista parcial da Vila de Picinguaba



Fonte: Fotografia tirada pela autora em trabalho de campo realizado em abril de 2010.

Figura 2.9: O cenário da Vila de Picinguaba



Fonte: Fotografia tirada pela autora em trabalho de campo realizado em abril de 2010.

Figura 2.10: A beleza cênica da Vila: um atrativo turístico



Fonte: Fotografia tirada pela autora em trabalho de campo realizado em abril de 2010.

De acordo com Ângelo (1992) as legislações impostas a partir da criação do Parque Estadual da Serra do Mar além de não considerarem as questões fundiárias, colocaram severas regras à parte da população que ainda utilizava-se do extrativismo, não relevando as particularidades culturais dos grupos caiçaras, impedindo “os pescadores de coletarem matéria prima para sua reprodução material” (ÂNGELO, 1992, p. 67). Na Vila de Picinguaba viu-se uma redução do espaço físico, o qual cedeu lugar às casas de veraneio; no Sertão da Fazenda a legislação do Parque Estadual da Serra do Mar proibiu a criação de novas roças, bem como o manejo de áreas antigas, contribuindo para a repressão do morador local (ÂNGELO, 1992). “A criação do Parque e o tombamento inibiu, timidamente, a especulação imobiliária na região (principalmente na Vila), mas coibiu o morador do lugar” (ÂNGELO, 1992, p.65). O tombamento da Vila possuía os seguintes objetivos: a preservação de toda sua bacia hidrográfica, a preservação de seu conjunto paisagístico visto do mar e, a preservação das ilhas do entorno da Vila; e, possuía como recomendações a manutenção de sua densidade populacional, a criação de condições de conservação das características do espaço, incluindo sua arquitetura e os valores culturais e, a conservação da paisagem, topografia e suas relações com as atividades econômicas e ambientais (ÂNGELO, 1992). Porém, o tombamento não impediu que a área sofresse com as conseqüências da urbanização. Como pode ser ilustrado pela fala de um dos entrevistados:

Tombaram Picinguaba para proteger. Isso é não usar, não acontecer mudanças. Só que logo em seguida virou Parque, só que o que era esse Parque que ninguém entendia nada... Não tinha diálogo, eles vinham e faziam, mas até pouco tempo também, não tinha reuniões. (Parte de depoimento fornecido por participante da Associação de Moradores da Vila de Picinguaba, em setembro de 2010).

O que se observa, atualmente, é que a Vila apresenta um cenário de enormes conflitos. Apesar de ser uma área já urbanizada, ela não é regularizada do ponto de vista fundiário, os moradores não possuem título de propriedade das suas terras, sendo considerada uma área de posses, como outras áreas do município de Ubatuba; os

moradores não contam com serviços de infra-estrutura, como o saneamento básico, já que a área está incluída numa Unidade de Conservação de Proteção Integral, que somente permite o uso indireto de seus recursos naturais.

### **2.3.1 – Principais problemas encontrados na Vila de Picinguaba sob o olhar dos interlocutores**

As informações coletadas nas entrevistas realizadas com os moradores e com funcionários do poder público local (Secretarias da Cidadania e Desenvolvimento Social e de Meio Ambiente da Prefeitura Municipal de Ubatuba) mostraram inúmeros problemas encontrados no local.

Com relação à educação, o principal descontentamento dos moradores se refere ao oferecimento de ensino somente até a 4ª série do ensino fundamental na Escola Municipal Iberê Ananias Pimentel. Nos problemas ligados à saúde foram citados nas entrevistas com os moradores da Vila a precariedade no atendimento médico (os médicos atendem a cada quinze dias no único posto de saúde da Vila, que funciona somente das 7 às 14 horas), a inexistência de atendimento dentário e de farmácias na Vila. O alcoolismo e o uso de drogas também foram destacados, juntamente com a gravidez precoce, que preocupa os moradores. Esses fatos podem ser ilustrados através deste relato de uma moradora da Vila:

[...] a gente tem problema com droga e álcool. Às vezes a gente fica até com medo de falar sobre isso. Às vezes as pessoas lêem alguma coisa e ficam chateadas. Mas é uma realidade da vila. As pessoas ficam muito a margem das coisas, até por falta de oportunidade dentro da vila, de ter alguma outra coisa para fazer [...] Gravidez precoce das meninas de 12, 13, 14 anos é muito triste também[...].

No serviço de transporte público foi citado um déficit no oferecimento de ônibus que liga a Vila ao centro de Ubatuba. Além disso, o trânsito excessivo no período de feriados e temporadas na região central do município acarreta num atraso no horário

dos ônibus e no aumento do tempo de chegada ao extremo norte do município. A viagem chega a durar mais de duas horas, caminho que nos dias comuns é feito em 40 minutos, em média.

A falta de postos de trabalho e os baixos salários pagos, principalmente por proprietários de estabelecimentos na Vila foram os principais problemas diagnosticados referentes ao trabalho e renda. Relativos à moradia, a regularização fundiária apareceu como uma necessidade imediata e as dificuldades de realização de reparos e reformas nas casas, devido à necessidade de pedido de autorização à administração do Parque foram citadas pela maioria dos participantes das entrevistas.

A administração do Parque não admite interferências na área por se tratar de uma Unidade de Conservação de Proteção Integral e a prefeitura também não possui esse poder de ação em favor da população, fornecendo somente o mínimo como a coleta de lixo, transporte coletivo e a escola dos primeiros anos do ensino fundamental. Para a continuidade nos estudos, os estudantes precisam ir até um bairro próximo (Puruba), onde há escola até a 8ª série do ensino fundamental e, o ensino médio somente é oferecido nas escolas do centro do município. Segundo relato de um integrante da Secretaria de Cidadania e Desenvolvimento Social do município:

Na questão de escola o município fornece o transporte dependendo da série. A localização da Vila perto da rodovia também facilita o acesso, também para a coleta de lixo, essas coisas. De infra-estrutura é isso, eles não têm água tratada, tratamento de esgoto, nada disso, isso é algo que precisa ser repensado. Mas eu diria que Picinguaba é uma das vilas mais antigas de Ubatuba, então você tem que imaginar que naquela época não se pensava em nada disso e a cidade acabou crescendo muito.

Sendo assim, grande parte das reivindicações dos moradores passam pela administração do Parque e pela prefeitura e seguem numa luta constante. Pode-se observar esse fato no depoimento fornecido por uma participante da Associação de Moradores de Picinguaba: “[...]  *você leva pra prefeitura e eles falam que não é lá que tem que resolver, direcionam para o Parque. Inclusive tem coisas que você leva no*

*Parque e eles falam que é na prefeitura, aí você leva na prefeitura e eles falam que depende do Parque, fica aquele empurra".* Outro relato de um morador e comerciante que está na Vila há 30 anos mostra indignação quanto à não realização de ações pela prefeitura. Segundo ele: *"Se não é administrado pela prefeitura por que paga imposto então?"*

Com relação às interferências da administração do Parque na vida dos moradores da Vila, a principal reclamação provém da necessidade de pedido de autorização para a realização de qualquer reforma ou reparo em suas casas. O que pode ser observado no relato de uma moradora e participante da Associação de Moradores de Picinguaba:

[...] trocar telhado, pintar, rebocar, tudo isso tem que pedir autorização, troca de porta, janela. Tem um problema que hoje os filhos casam e os pais querem pelo menos dar, construir um quarto com cozinha e banheiro e não podem construir e os turistas constroem sem autorização. A lei fica bem clara ou é pra todos ou não é para ninguém, porque nós tamos fazendo tudo dentro dos conformes. O Parque pediu que para fazer uma reforma tem que fazer o pedido de autorização. A maioria está fazendo, o cara que tem dinheiro não faz.

Com a análise das informações obtidas nas entrevistas realizadas foi possível fazer uma sistematização dos principais problemas citados classificando-os pelo seu conteúdo. Diante disso, os mesmos foram classificados em: problemas econômicos, socioambientais, socioculturais e políticos. É relevante citar que os problemas socioambientais foram fundamentados no conceito de ambiente que engloba as relações sociedade x natureza. Assim sendo, conseqüentemente, os problemas não são somente relativos à degradação dos recursos naturais, mas àqueles que coloquem em risco a boa condição de vida da população.

### **1- Problemas econômicos:**

- ✓ Falta de infra-estrutura comercial que ofereça produtos básicos aos turistas e aos donos de pousadas;
- ✓ Dificuldade na abertura de estabelecimentos comerciais, devido à legislação do Parque que não permite essas intervenções por se tratar de uma Área de Proteção Integral.

### **2- Problemas socioambientais:**

- ✓ Existência de moradias em áreas de risco, principalmente em áreas com declividade acentuada;
- ✓ Falta de saneamento básico;
- ✓ Existência de fossas sépticas próximas aos cursos d'água, o que aumenta o risco de contaminação da água que é captada e utilizada pelos moradores;
- ✓ Poluição das águas;
- ✓ Excesso de lixo;
- ✓ Deficiência no sistema de coleta de lixo e reciclagem;
- ✓ Impactos na atividade pesqueira, principalmente referente à diminuição do pescado ocasionada pela pesca industrial.

### **3- Problemas socioculturais**

- ✓ Mudanças de comportamento das pessoas influenciadas pela religião. A ação da Igreja Evangélica foi a mais citada;
- ✓ Mudanças de comportamento dos jovens – reflexo da sociedade de hoje – referente à modificação de valores e interesses, impactando nos aspectos culturais relacionados às tradições familiares das populações caiçaras;
- ✓ Perda das tradições.

#### **4- Problemas políticos**

- ✓ Questões relacionadas à falta de autonomia no uso do território, por parte dos moradores, devido à legislação do Parque Estadual da Serra do Mar;
- ✓ Conflitos de interesses, desentendimentos e divergências entre os moradores “tradicionais” e aqueles que moram há menos tempo ou são proprietários de residências e estabelecimentos comerciais na Vila.

Nos aspectos políticos, a falta de convergência de interesses dos moradores da Vila de Picinguaba foi citada pela maioria dos entrevistados. Isso se deve a não homogeneidade encontrada no tipo de morador que se encontra no local: há os mais antigos criados na Vila (“tradicionais”), os provenientes de bairros próximos, como do Cambury, que moram há menos tempo e ocupam parte do Morro do Baú (segundo informação obtida em entrevista realizada com participante da Associação de Moradores) e, os turistas residentes que moram na Vila também há alguns anos, alguns há mais de 20 anos. No Morro do Baú, se encontram, além dos moradores mais recentes, parte dos caiçaras “tradicionais” da Vila que venderam suas propriedades localizadas próximas ao mar – área, atualmente, mais ocupada por casas de veraneio. Os ranchos de pesca que antes faziam parte dessas casas dos caiçaras próximas da praia, hoje ocupam a faixa de areia, como pode ser observado na figura a seguir:

Figura 2.11: A presença dos ranchos de pesca na faixa de areia da praia



Fonte: Fotografia tirada pela autora em trabalho de campo realizado em abril de 2010.

Figuras 2.12 e 2.13: Ocupação no Morro do Baú



Fonte: Fotografias tiradas pela autora em trabalho de campo realizado em abril de 2011.

A atividade turística é vista como positiva para a maioria dos moradores entrevistados, principalmente por oferecer empregos na área de construção civil e nas pousadas, onde alguns moradores trabalham como cozinheiros, camareiras, faxineiras. As críticas se referem ao número expressivo de casas de veraneio e de pousadas de proprietários “de fora”, que competem com o aluguel das casas dos moradores tradicionais tirando a oportunidade deles conseguirem uma renda financeira nas épocas de temporada.

Lembrando, porém, que o turismo na Vila se caracteriza por ser de veraneio e não de visitação. O de visitação levaria maiores benefícios aos moradores, os quais poderiam investir na realização de atividades, como o oferecimento de passeios e trilhas, relacionadas à educação ambiental; o que tem possibilidade de acontecer se a Vila for re-categorizada para uma unidade de conservação de uso sustentável. De acordo com uma participante da Associação de Moradores de Picinguaba:

O turista vem passar o fim de semana e vai embora, nós que moramos aqui, que sofremos as conseqüências de tudo. Eles só vêm passear e vão embora, tiram tudo que podem, alugam as casas deles. A gente espera o ano todo para alugar casa. A maioria dos caiçaras que tão aqui construíram um barraquinho, daí na temporada alugam suas casas e ficam no barraquinho. Pra ter uma renda pra ajudar. Nós não quer mais pousada...quer matar a gente de fome? Peixe ta acabando, é pousada e mais pousada, tira o aluguel da gente. Daqui a pouco a gente vai fazer o quê? (Relato obtido em entrevista realizada em trabalho de campo pela autora em setembro de 2010).

Figuras 2.14 e 2.15: A presença dos turistas na Vila num feriado chuvoso (Páscoa de 2011) verificada pela quantidade de automóveis



Fonte: Fotografias tiradas pela autora em trabalho de campo realizado em abril de 2011.

A perda das tradições citada nos aspectos socioculturais, nas entrevistas, foi comentada, principalmente, pela inexistência das festas que aconteciam no passado. O progresso (urbanização e modernização tecnológica) e o advento de outras religiões na Vila, diferentes da católica, foram os principais fatores levantados como responsáveis por essas modificações. O que pode ser observado no relato a seguir:

Antes tinha festa, dança. A única coisa que a gente faz é uma festa em julho, tem quadrilha. Só. Agora são tudo evangélico, a igreja fica fechada anos e anos (*referência a Igreja Católica, cuja imagem pode ser observada na figura 2.16*). Ninguém vai mais. Era São Gonçalo, Folia de Reis, a gente ia dançar em outros lugares. Divino. Hoje não tem mais. O progresso veio e detonou com tudo rapidamente. Você pergunta pra uma criança dessa ela não sabe dizer quem são meus avós e meus bisavós, da onde eu vim. (Depoimento fornecido por moradora da Vila de Picinguaba e participante da Associação de Moradores. Grifo da autora).

A mesma entrevistada continua:

Ou a gente resgata a nossa cultura de novo ou então acabou. Antes você comia biju da farinha de mandioca. Comia raízes (mandioca, cará). Hoje não tem mais isso, hoje é o pão fermentado. Antes tinha plantação de cana, mandioca. Apesar de que hoje não pode mais nada disso né!

[...] O melhor era quando a gente morava sozinho. A gente era feliz e não sabia, não tinha muro e todo mundo respeitava todo mundo. Era tudo limpinho, os caminhos passavam dentro dos terrenos. Hoje já muraram tudo e cada vez tá murando mais. Hoje você não entra dentro da casa do turista pra passar né [...]

Figura 2.16: O “sincretismo religioso”:  
A Igreja Católica da Vila de  
Picinguaba



Figura 2.17: O “sincretismo religioso”:  
A Igreja Evangélica da Vila de Picinguaba



Figura 2.18: O “sincretismo religioso”: a Igreja Adventista da Vila de Picinguaba



Fonte: Fotografias tiradas pela autora em trabalho de campo realizado em abril de 2010.

Interessante citar que essa participante da Associação de Moradores pretende realizar uma festa na Vila, porém gostaria que fosse “*uma festa que vire tradição*”, e discute sobre a dificuldade de se encontrar, atualmente, algo que identifique a cultura caiçara e contribua para a construção de uma nova história ou para o resgate da tradição passada, ressignificada nos dias de hoje.



## CAPÍTULO III

### REVELANDO A TERRITORIALIDADE CAIÇARA ATRAVÉS DE UMA ANÁLISE COMPARATIVA: DO PLANO DE MANEJO ÀS VOZES DOS INTERLOCUTORES

Neste capítulo serão apresentados os principais aspectos do Plano de Manejo do Parque Estadual da Serra do Mar (PESM) de 2005/ 2006 que instigaram essa pesquisa, contrapondo o que foi proposto para a Vila de Picinguaba – destaca, ainda, sua inclusão na Zona Histórico-Cultural Antropológica – com os conflitos observados nas vozes dos interlocutores: a compreensão dos atores envolvidos acerca da situação atual no local.

#### 3.1 – Análise documental do Plano de Manejo do Parque Estadual da Serra do Mar (2005/2006)

Eu tenho dúvida pela questão da administração, como que funcionaria isso exatamente, como que seria, como que as coisas realmente iriam acontecer né[...] porque é bonito tá no papel, é muito lindo, vai favorecer a comunidade, por exemplo o desenvolvimento sustentável é uma coisa bacana né[...] é a coisa mais bonita que se tem, agora a gente tem medo da administração, como que tudo isso vai se desenvolver [...]. (Relato de uma moradora da Vila de Picinguaba referente às alternativas atuais destinadas à Vila: a re-categorização ou a desafetação).

O plano de manejo é um documento técnico, fundamentado nos objetivos de uma Unidade de Conservação mediante o qual *“se estabelece o seu zoneamento e as normas que devem presidir o uso da área e o manejo dos recursos naturais, inclusive a implantação das estruturas físicas necessárias à gestão da unidade”* (BRASIL. Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000). Possui como principais objetivos: contribuir para que a Unidade de Conservação cumpra os seus objetivos instituídos na sua criação; orientar a gestão da Unidade de Conservação; desenvolver o manejo da Unidade de

Conservação através da produção de conhecimento da área ou utilização daquele já existente; realizar um zoneamento que permita a proteção dos recursos naturais e culturais; determinar normas e ações objetivando compatibilizar os objetivos da Unidade de Conservação com a presença de populações residentes, até a realização de realocações ou indenizações; estabelecer normas de uso e ocupação para a zona de amortecimento (entorno da Unidade de Conservação) e dos corredores ecológicos visando à proteção da Unidade de Conservação; contribuir para a integração social e econômica dos moradores do entorno da área protegida; orientar a aplicação adequada dos recursos financeiros encaminhados à Unidade de Conservação (IBAMA, 2002).

Os planos de manejo possuem três elementos básicos: o diagnóstico da área, no qual são levantados e produzidos conhecimentos da área da Unidade de Conservação e de seu entorno, relacionadas às características físicas (vegetação, geomorfologia, recursos hídricos, dentre outros), socioeconômicas e culturais, contextualizando-as, também, às escalas regionais, nacionais e internacionais, de acordo com a relevância dos recursos a serem preservados. A partir das informações é realizado o zoneamento (segundo elemento) que implica na normatização do uso do território e; por fim, o plano de ações – o estabelecimento de regras para a realização das atividades, serviços de infra-estrutura e outros relacionados ao zoneamento.

O último Plano de Manejo do Parque Estadual da Serra do Mar foi finalizado em 2005/2006. Realizado pelo Instituto Florestal e Instituto EkosBrasil, utilizou recursos provenientes do Projeto de Preservação da Mata Atlântica. De acordo com o documento, a metodologia utilizada para a sua confecção foi participativa, contando com a realização de reuniões com a comunidade e instituições relacionadas aos núcleos inseridos no Parque Estadual da Serra do Mar, realização de oficinas regionais e uma conclusiva. O estabelecimento da utilização das metodologias participativas partem da concepção de que é necessário *“o comprometimento da Instituição com a promoção de mudanças na situação existente na unidade de conservação e mesmo em suas imediações. Se não acontecerem as mudanças no sentido do aumento da conscientização ambiental da sociedade, dentro e fora da UC, a sua proteção poderá ficar comprometida”* (IBAMA, 2002, p. 25). Objetivando, assim, inserir a sociedade em ações da Unidade de Conservação para que esta se comprometa com as estratégias

estabelecidas nos planejamentos realizados, além de permitir que sejam identificadas lideranças importantes que possam auxiliar na solução de conflitos ocorrentes dentro e no entorno da Unidade de Conservação. “*Trata-se de uma oportunidade para se obter o reconhecimento da importância da Unidade de Conservação e de sua contribuição para a sociedade, sendo a sua proteção um ato de cidadania*” (IBAMA, 2002, p. 25). Essa participação da sociedade na elaboração do plano de manejo é destacada no SNUC (Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000), sobretudo nas Reservas Extrativistas, Reservas de Desenvolvimento Sustentável e Áreas de Proteção Ambiental.

Assim, elaborado sob o enfoque participativo, o plano de manejo é organizado e implementado, envolvendo a sociedade, as organizações governamentais e as não-governamentais, e em especial, no caso de unidades localizadas em faixa de fronteira, as instituições de segurança nacional, constituindo-se em um instrumento verdadeiramente democrático e socializado para as UC (IBAMA, 2002, p. 26).

O zoneamento apresentado pelo Plano de Manejo (PESM – 2005/2006) dividiu a área do Parque em 12 zonas, definidas de acordo com suas características naturais e culturais, suscetibilidade, necessidades específicas de proteção e conflitos atuais no seu uso e apropriação. São elas:

1. Zona Intangível
2. Zona Primitiva
3. Zona de Uso Extensivo
4. Zona Histórico-Cultural Arqueológica
5. Zona Histórico-Cultural Antropológica
6. Zona de Uso Intensivo
7. Zona de Recuperação
8. Zona de Uso Especial
9. Zona de Uso Conflitante/ Infra-estrutura de Base
10. Zona de Ocupação Temporária
11. Zona de Amortecimento
12. Zona de Superposição Indígena

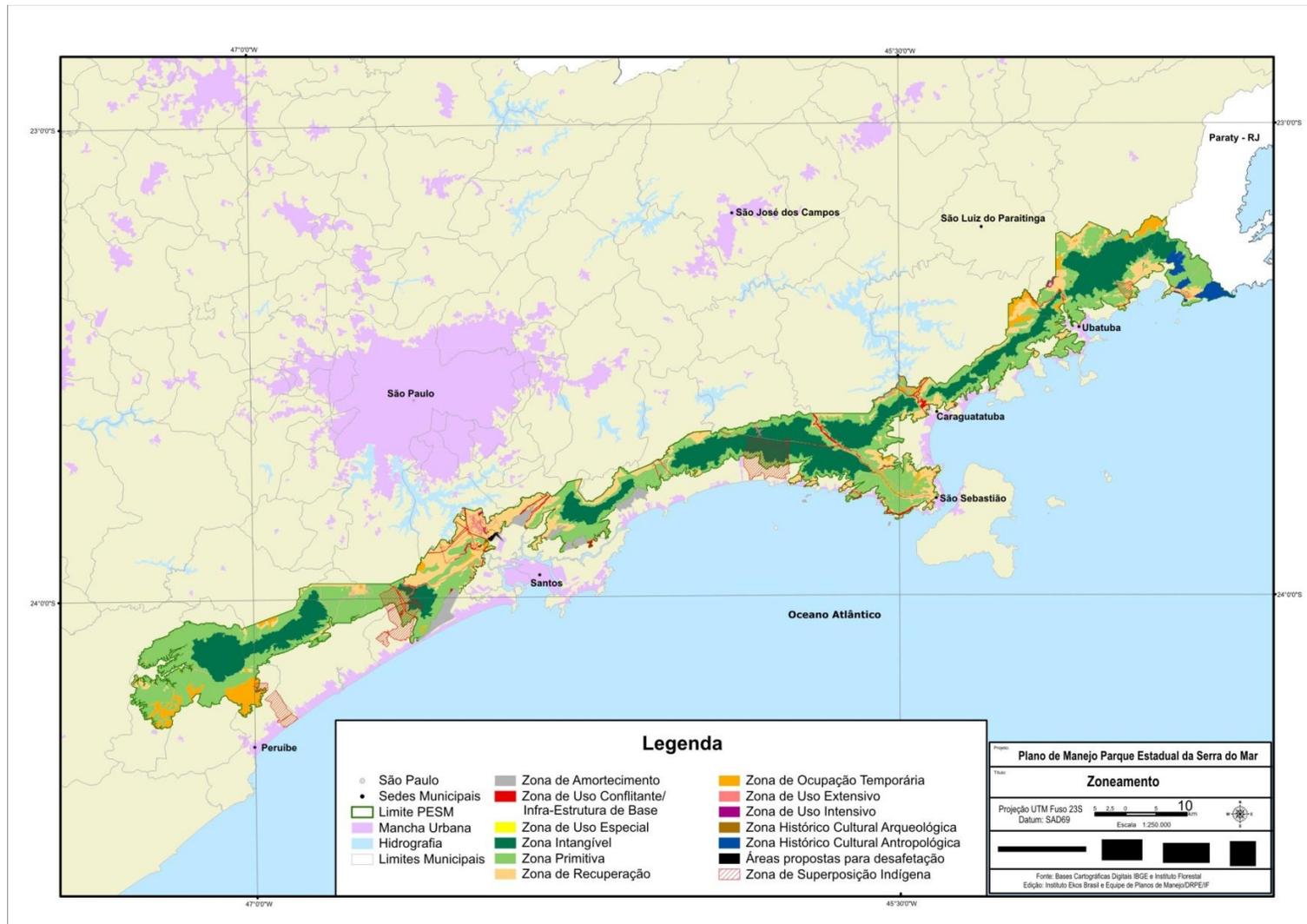
Uma das principais inovações realizadas apontadas pelo Plano de Manejo foi o estabelecimento da Zona de Ocupação Temporária, área em que foram definidos procedimentos visando o atendimento das necessidades básicas dos moradores do Parque, até que seja realizada a regularização fundiária e, a criação da Zona Histórico-Cultural Antropológica, que será melhor apresentada no item seguinte.

### **3.1.1 – A Zona Histórico-Cultural Antropológica (Núcleo Picinguaba – Parque Estadual da Serra do Mar - SP)**

Em anos recentes, foi proposto um zoneamento apresentado pelo Plano de Manejo do Parque Estadual da Serra do Mar (PESM) elaborado em 2005/ 2006, no qual foi estipulada a Zona Histórico-Cultural Antropológica, como pode ser observado nas figuras seguintes. A Zona possui cerca de 1.076 ha (0,37% da área do Parque), de acordo com dados apresentados no Plano de Manejo e inclui – dentro do Núcleo Picinguaba – as comunidades de caiçaras e quilombolas do Cambury, os caiçaras de Ubatumirim, do Sertão da Fazenda e da Vila de Picinguaba. Localidades onde residem há várias gerações, famílias caiçaras e/ou quilombolas, as quais sofrem, principalmente, pela especulação imobiliária que visa a aquisição de suas terras para fins turísticos. Há um interesse, por parte das comunidades, no desenvolvimento de atividades sustentáveis relacionadas a agrofloresta, a agricultura de subsistência, artesanato e realização de atividades turísticas de bases sustentáveis (São Paulo, 2005/2006). Ainda, segundo o Plano de Manejo, as comunidades apresentam características particulares dentro da Zona :

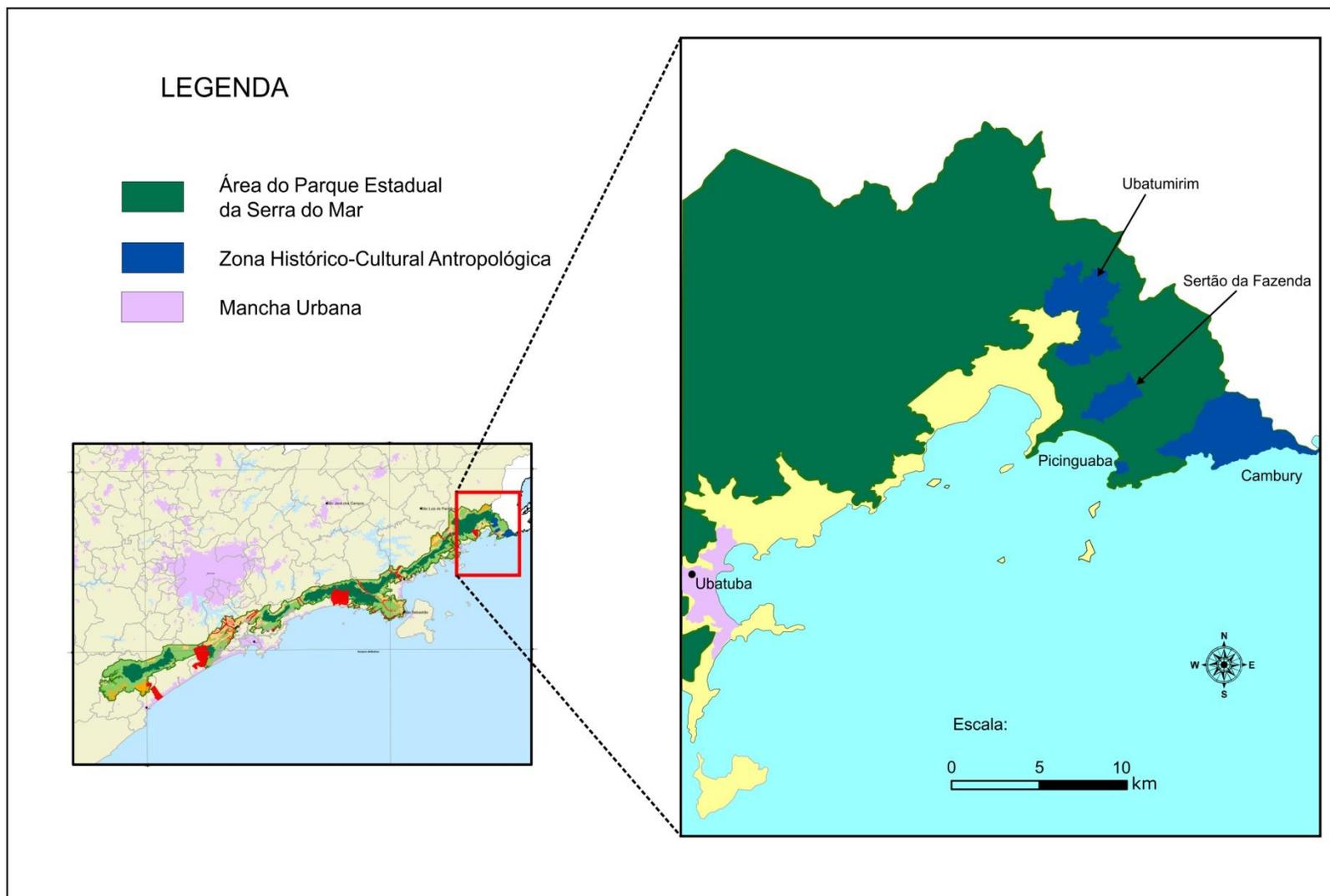
a Vila de Picinguaba já se constitui em um espaço urbano consolidado, apesar de inúmeros problemas decorrentes do seu desenvolvimento desordenado, com excessivo parcelamento e grande parte das áreas nas mãos de veranistas, artistas ou comerciantes de fora. Ubatumirim é uma comunidade essencialmente rural, com tradição na produção de banana e mandioca. O Sertão da Fazenda, onde fica a Casa de Farinha do Núcleo Picinguaba, é ocupado por pequenos agricultores cujos descendentes já buscam maior integração com o mercado de trabalho voltado para os serviços e o turismo. No Cambury, em parte abrangido também pelo Parque Nacional da Serra da Bocaina, reconhecido em parte como território Quilombola, ocupado por pescadores e agricultores em situação semelhante ao sertão da Fazenda, a comunidade um pouco mais organizada, e com maior contato com veranistas, que freqüentam e também ocupam posses na região, surgiu o embrião da própria Zona Histórico-Cultural Antropológica (São Paulo, 2005/2006, p. 431).

Figura 3.1: O zoneamento proposto pelo Plano de Manejo 2005/2006



Fonte: SÃO PAULO (Estado). Secretaria do Meio Ambiente. *Plano de Manejo do Parque Estadual da Serra do Mar*. São Paulo, Instituto Florestal, 2005/2006. Disponível em: <[http://www.iflorestal.sp.gov.br/Plano\\_de\\_manejo/PE\\_SERRA\\_MAR/Mapas/M20\\_Zoneamento%20do%20PESH\\_A0.pdf](http://www.iflorestal.sp.gov.br/Plano_de_manejo/PE_SERRA_MAR/Mapas/M20_Zoneamento%20do%20PESH_A0.pdf)>. Adaptado por: Paula da Silva Bespalec e Salvador Carpi Júnior.

Figura 3.2: Destaque para a Zona Histórico-Cultural Antropológica



Fonte: SÃO PAULO (Estado). Secretaria do Meio Ambiente. *Plano de Manejo do Parque Estadual da Serra do Mar*. São Paulo, Instituto Florestal, 2005/2006. Disponível em: <[http://www.iflorestal.sp.gov.br/Plano\\_de\\_manejo/PE\\_SERRA\\_MAR/Mapas/M20\\_Zoneamento%20do%20PESM\\_A0.pdf](http://www.iflorestal.sp.gov.br/Plano_de_manejo/PE_SERRA_MAR/Mapas/M20_Zoneamento%20do%20PESM_A0.pdf)>. Adaptado por Paula da Silva Bespalec e Salvador Carpi Júnior.

Estudos revelam a existência de mais de 1.100 moradores pertencentes às populações tradicionais nesses bairros, como já citado anteriormente, sendo 308 indivíduos no Cambury (IF, 2004 apud SIMÕES; FERREIRA, 2008); 367 na Vila de Picinguaba (Associação de Engenheiros, 2007 apud SIMÕES; FERREIRA, 2008); 73 no Sertão da Fazenda (IF, 2005 apud SIMÕES; FERREIRA, 2008), sendo que a totalidade dos ocupantes do local é considerada tradicional e, 365 no Sertão de Ubatumirim (DEVIDE, 2004 apud SIMÕES; FERREIRA, 2008). Para os moradores que se encontram nessas localidades, mas não se enquadram como tradicionais serão estipuladas normas e diretrizes referentes à Zona de Ocupação Temporária também exposta no Plano de Manejo do PESM 2005/2006.

Os objetivos da implantação da Zona Histórico-Cultural Antropológica se alicerçam na tentativa de usos que possibilitem a coexistência da preservação ambiental e do modo de vida tradicional, dentre eles:

conservar a paisagem natural e cultural desta região, ocupada por comunidades caiçaras e quilombolas há várias gerações; apoiar o fortalecimento das comunidades caiçaras e quilombolas a fim de evitar a perda da posse do seu território e conseqüente descaracterização da organização espacial, social e cultural típica destas culturas tradicionais e conseqüentemente dificultando a especulação imobiliária; garantir o direito “da satisfação das necessidades materiais, sociais e culturais” da comunidade tradicional, caiçara e quilombola que vive nestes bairros, conforme o artigo 28 do SNUC (Lei nº 9.985/2000), e os artigos 215 e 216 da Constituição Federal; articular, incentivar e apoiar atividades relacionadas ao fortalecimento cultural e comunitário, objetivando viabilizar alternativas para a geração de emprego e renda, sobretudo a partir da estruturação e operação do ecoturismo e uso sustentável dos recursos naturais (São Paulo, 2005/2006, p. 277).

O poder público almeja a mudança de categoria dessa parte da Unidade de Conservação, passando a classificá-la como de uso sustentável,

desde que não implique na secção da unidade, no comprometimento dos seus atributos paisagísticos e naturais nem no aumento da sua vulnerabilidade à especulação imobiliária crescente na região litorânea, e condicionando ainda à processos de negociação e tomada de decisão compartilhada com as populações tradicionais residentes (SÃO PAULO, 2005/2006, p. 278).

O Plano de Manejo não estabeleceu qual categoria seria a mais adequada para as áreas inseridas na Zona Histórico-Cultural Antropológica. No grupo das de Uso Sustentável, de acordo com o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC (Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000), destaca-se a Reserva de Desenvolvimento Sustentável que é:

uma área natural que abriga populações tradicionais, cuja existência baseia-se em sistemas sustentáveis de exploração dos recursos naturais, desenvolvidos ao longo de gerações e adaptados às condições ecológicas locais e que desempenham um papel fundamental na proteção da natureza e na manutenção da diversidade biológica.

E a Área de Proteção Ambiental que poderia se adequar melhor à realidade presente da Vila de Picinguaba, devido as suas características de ocupação e inserção no contexto urbano, pois é:

uma área em geral extensa, com um certo grau de ocupação humana, dotada de atributos abióticos, bióticos, estéticos ou culturais especialmente importantes para a qualidade de vida e o bem-estar das populações humanas, e tem como objetivos básicos proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais.

De acordo com o artigo 22 do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000) essa re-categorização de parte da Unidade de Conservação de Proteção Integral somente pode ocorrer se forem incorporadas novas áreas contíguas à área da Unidade a serem protegidas; não podendo haver redução da área da Unidade de Conservação de Proteção Integral para a transformação em áreas de uso sustentável.

Após esta etapa da pesquisa que tratou sobre o que preconizam os documentos teremos, no item a seguir, uma segunda etapa que mostra as controvérsias nas informações obtidas através da análise das entrevistas com os pesquisados.

### **3.2– As controvérsias nas falas dos entrevistados**

Durante a realização das entrevistas com os atores envolvidos na pesquisa, algumas perguntas foram feitas para verificar qual o nível de conhecimento, principalmente dos moradores “tradicionais”, com relação aos instrumentos de gestão existentes para a Vila de Picinguaba. Principalmente, aquelas que afetam diretamente o uso do território por esses moradores, ditando normas e/ou modificações aplicadas as suas vidas cotidianas. Questionou-se acerca do Plano de Manejo do Parque Estadual da Serra do Mar (2005/ 2006), com o respectivo zoneamento proposto, no qual a Vila de Picinguaba foi incluída na Zona Histórico-Cultural Antropológica e, a efetiva participação dos moradores na elaboração desse Plano.

Com relação à compreensão do Plano de Manejo pelos entrevistados, somente os participantes da Associação de Moradores ou os mais engajados politicamente possuem a noção de que se trata de um instrumento de gestão da área. Dentre as respostas obtidas ao se perguntar sobre o que é o Plano de Manejo, destacam-se:

- ✓ *“Uma forma de tirar o pessoal da área de risco”* (resposta fornecida por uma moradora da Vila há seis anos).
- ✓ *“Regras a serem estabelecidas [...] embargaram a Vila no parque e deixaram sem regras”* (relato de uma proprietária de pousada na Vila).
- ✓ *“Controverso, não é claro. Não diz o que vai acontecer, só gera insegurança”* (relato de um “ex-turista”, hoje morador da Vila há um ano e meio)
- ✓ *“O Plano é bem complexo para a comunidade”* (opinião de uma participante da Associação de Moradores de Picinguaba).

- ✓ “*Mais não foi nada efetivado*” (resposta de um morador de Picinguaba há trinta anos e comerciante na Vila).

De acordo com a fala de uma participante da Associação de Moradores:

Acredito que muitos ainda não têm conhecimento que existe essa zona. O Plano de Manejo pelo conheço (têm umas 30, 40 páginas). Pelo que eu li, ele favorece, mas a gente tem a preocupação desse favorecimento para a comunidade. Quando você ler você vai entender o que eu estou falando porque ele é bem complexo, o próprio plano é bem complexo para a comunidade. Toda vez que a gente senta para discutir esse plano dá briga, discussão e a gente acaba não chegando a um acordo se é bom ou se ele vai ser ruim. A prefeitura sabe desse plano, tem esse plano nas mãos, mas é uma preocupação para nós, se ele vai ser bom ou não.

Com relação à participação dos moradores nas reuniões de elaboração do Plano foi apontado por uma das entrevistadas que:

Teve a participação sim, mas assim muitas coisas ali foram colocadas. Foi feito com a participação da comunidade, mas quem montou o documento foram os turistas né. E a maior parte das idéias ali dentro são dos turistas. Tem muitas coisas que até foram comentadas: seria legal se fizesse isso. Mas tem coisas ali que não foram muito estudadas, devidamente estudado, e aí acho que provocou uma precipitação por parte desse plano.

A utilização de termos técnicos nas reuniões também foi um fator que dificultou a efetiva participação dos moradores. Como disse um dos moradores: “*reunião era feita entre eles, não com a comunidade, a comunidade participava, mas era feita em palavras que a comunidade não entendia*”.

A inclusão da Vila de Picinguaba, assim como as outras áreas, na Zona Histórico-Cultural Antropológica pode ser analisada como um mecanismo de discussão na legislação ambiental vigente. A zona foi estipulada enquanto área, porém não foi efetivamente consolidada e não houve modificações consideráveis no uso do território pela população caiçara residente. A partir do Plano de Manejo foram criados o Conselho Gestor e as Câmaras Técnicas de discussões das problemáticas

apresentadas pelos bairros inseridos na Zona Histórico-Cultural Antropológica. Para parte dos responsáveis do poder público municipal, o zoneamento pode ser considerado enquanto um avanço por se tratar de uma Unidade de Conservação de Proteção Integral, além de ter permitido uma integração entre os agentes que interferem no local: o poder municipal, o poder estadual e a população.

No entanto, uma das principais discussões que acontecem nas reuniões das Câmaras Técnicas e da Associação de Moradores de Picinguaba é a possibilidade de desafetação da Vila, ou seja, retirá-la da área do Parque Estadual da Serra do Mar, sendo a sua administração transferida para o poder municipal, o que somente pode ocorrer mediante lei específica, segundo o § 7º do Art.22 da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000.

De acordo com relato de um administrador público municipal foi dito o que se segue:

Existem duas situações, uma de você regularizar aquilo dentro do Parque ou o Estado bater o pé e dizer que não vai regularizar; que vai tirar as casas de veraneio. A outra é fazer a desafetação da área, tirar a Vila de Picinguaba de dentro do Parque e excluí-la do Parque, na verdade, e passá-la por um processo de regularização feito pelo município. Um problema porque quando você tirar de dentro de uma Unidade de Conservação passa a ser uma Área de Preservação Permanente (APP) porque você tem vários cursos d'água lá dentro. Aí o município não consegue regularizar porque está dentro de uma APP. É necessário que se faça alguma coisa, sim é necessário, mas pra isso é preciso que se haja boa vontade, bom senso e consenso de todos, mais eu diria que principalmente por parte do Estado onde a gente encontra esses entraves principalmente na área ambiental. Mas é possível. Eu diria que se fosse só do ponto de vista social, se fosse só a comunidade caçara que morasse lá seria possível regularizar porque a gente tem base legal para isso, legislações novas que inovaram de um tempo pra cá e que dá pra gente fazer a regularização dessas famílias dentro de área de APP considerando ser de interesse social, mas como os "turistas" fazem parte de um grupo de interesse específico, não é interesse social, não dá pra você colocar no mesmo patamar para fazer a regularização dessas pessoas.

Outra alternativa que é apresentada pelo Plano de Manejo é a re-categorização das áreas inseridas na Zona Histórico-Cultural Antropológica, passando a categoria de

Unidade de Conservação de Uso Sustentável. O depoimento de uma participante da Associação de Moradores de Picinguaba mostra insegurança em relação a essas ações:

Eu tenho dúvida pela questão da administração, como que funcionaria isso exatamente, como que seria, como que as coisas realmente iriam acontecer né? Porque é bonito, está no papel, é muito lindo, vai favorecer a comunidade, por exemplo, o desenvolvimento sustentável é uma coisa bacana né! É a coisa mais bonita que se tem. Agora a gente tem medo da administração, como que tudo isso vai se desenvolver. Será que vai ser uma realidade realmente ou vamos ter problemas também em relação a isso. Agora a desafetação também me preocupa bastante, porque com a desafetação você tem aí os perigos que podem ocorrer numa vila. Vai urbanizar a vila? Então eu fico assim preocupada, como todo mundo, me preocupa as duas coisas. Acho que tem que ser muito bem estudado, ficar muito bem claro para a comunidade, mesmo os próprios órgãos competentes deveriam passar para a gente essa segurança do que seria.

Apesar das dúvidas, a entrevistada disse ser a favor da re-categorização da Vila:

[...] mas eu sou a favor da re-categorização da vila numa nova Unidade de Conservação, sabe? Acho que eu sou mais favorável a isso. Tem várias divisões dentro da própria vila, metade quer uma coisa. Várias idéias [...] reuniões aqui geralmente são bem difíceis. É terrível a gente chegar a uma decisão.

Um dos principais conflitos verificados se houver a transformação da área numa Unidade de Conservação de Uso Sustentável, onde somente seria permitida a presença dos moradores tradicionais é a interferência na economia do local, já que hoje esses moradores dependem do turismo para sua sobrevivência e reprodução social. Segundo depoimento do Secretário de Cidadania e Desenvolvimento Social quanto à problemática da regularização da área:

Existe uma possibilidade de se resolver isso, desde que faça a desafetação da área mais já em comum acordo com os órgãos ambientais do Estado, em Ministério Público, assinando um termo de ajustamento de conduta, prevendo a regularização da área, mesmo estando dentro de APP, mais aí existiriam algumas soluções, desde recuperação de algumas áreas que ainda são possíveis de se recuperar e dando uma destinação para o esgotamento sanitário. Seria possível

você conciliar o meio ambiente com as pessoas que estão lá, mesmo porque se você parar para pensar a Vila de Picinguaba ela dependia muito da pesca, hoje é menor essa força na pesca. Então hoje eles vivem mais com esses turistas, eles prestam serviços para esses turistas e sobrevivem disso. Então se você for ver hoje e falar que não vamos regularizar porque é APP, mas consegue regularizar os moradores tradicionais (esses ficariam e saem os turistas), mas saindo os turistas você os quebra economicamente, então você não consegue manter a sustentabilidade do local e eles vão ter que sair de lá. Então se torna inviável. Então hoje eu diria que isso é quase uma situação irreversível. É necessário que você faça uma regularização com todos lá dentro, até para você conseguir manter esse equilíbrio do ponto de vista ambiental, social e econômico.

Na opinião do Secretário, representante do poder público municipal, a situação deve ser mantida – regularização da Vila com todos os moradores e proprietários de residências – desde que se façam as devidas recuperações e adaptações necessárias do ponto de vista ambiental. Como mostra a sua fala:

Então eu acho que deve se manter (os turistas – a situação atual) desde que, lógico, observando essas questões ambientais e que se faça um projeto de recuperação, para que você possa manter essas casas lá, principalmente no que se refere ao esgotamento sanitário, que é o principal problema que eles têm lá. São vários cursos d'água que correm lá e ela é um morro.

Outros conflitos observados pelo Secretário se referem às legislações da esfera estadual que influenciam nas políticas públicas urbanas do município de Ubatuba e, em grande parte das vezes, não se adequam às realidades, por não considerarem as particularidades territoriais dos diferentes locais. De acordo com o depoimento do Secretário:

Acho que o maior entrave nosso hoje é o gerenciamento costeiro. Existe uma legislação estadual que eu acho que tem que ser revista, alguns conflitos entre ela e a lei de uso e ocupação do solo, que ainda não foi aprovada por conta desses conflitos. Acho que hoje o que deve ser revisto é o gerenciamento costeiro porque é uma legislação estadual. Esse gerenciamento foi feito sem ouvir a comunidade ou ouvindo precariamente e a lei de uso e ocupação do solo foi feita pela comunidade. Acho que quem decide o que é bom ou não é quem mora na cidade e não quem mora no Estado. Então acho que a gente está um

pouco atrasado, porque não temos uma lei de uso e ocupação do solo que seja muito clara. A que tem que foi mais clara ainda não foi aprovada...

Ao ser questionado sobre seu conhecimento acerca do Plano de Manejo, da Zona Histórico-Cultural Antropológica e da desafetação da Vila, um pescador, morador da Vila há quase 50 anos, não possui conhecimento desses termos técnicos, mas ao ser esclarecido de que a desafetação tratava-se da retirada da Vila do Parque, ele concordou dizendo:

Bota a turma livre. Tão todo mundo amarrado, com medo. Eu não tô com medo. Se alguém cuidar de subir na minha casa, me esbarrar porque eu vou trocar uma porta, sinto muito, mas o meu pai educou certo. Eu não vou deixar a minha casa caindo uma porta, uma janela em cima do meu filho, do teu filho, porque quem vem aqui, as criancinhas que vem de São Paulo passar o fim de semana vão tudo pra sua casa, pra casa do caçara.

A desafetação traria uma maior autonomia no uso do território para esses moradores, com relação principalmente à realização de reparos e modificações em suas moradias, sem a necessidade de pedido de autorização à administração do Parque.

Um comerciante morador há mais de 20 anos e que participou de algumas reuniões de elaboração do Plano de Manejo (PESM – 2005/2006) e da Câmara Técnica de Picinguaba também concorda com a desafetação da Vila. Para ele a Vila não pode permanecer dentro do Parque, pois já se trata de uma área urbanizada.

A presidente da Associação de Moradores de Picinguaba, moradora há mais de 50 anos e que faz parte de uma geração de família tradicional e fundadora da Vila, possui um posicionamento a favor da re-categorização da área e transformação numa Unidade de Conservação de Uso Sustentável. O principal argumento colocado por ela é o medo de se perder o direito de morar, de utilizar um território que sempre lhes pertenceu. Com o Parque ou com a criação de outra categoria de proteção da natureza eles se sentem protegidos quanto as suas permanências no local, no presente e também garantindo a estabilidade de suas famílias no futuro, já que uma das bases da

cultura caiçara está alicerçada na família. “*Eu queria uma reserva de desenvolvimento sustentável. É nós que tinha o direito, porque os que viveram lá atrás venderam, venderam e nós como é que fica?*”

Quanto à possibilidade de desafetação, ela disse:

Eu penso assim a hora que desafetar manda quem pode e obedece quem tem juízo, porque a prefeitura é dinheiro, então nós, caiçaras, não temos dinheiro pra competir com os grandões. Então eles vão fazer tudo, acabar de comprar o resto dos caiçaras e adeus Picinguaba. A gente não pode expandir. E daí como ficariam os nossos filhos, vão casar e vão morar aonde? Vão ter que embora do lugar deles. Ah não! Daí que a gente bate de frente com eles.

Para uma proprietária de pousada, a Vila tem que ser desafetada e citou a questão do pagamento de indenizações para os proprietários de casas e estabelecimentos comerciais, caso a Vila seja re-categorizada.

No caso de uma Unidade de Conservação de Uso Sustentável, foi dito:

[...] Pelo menos nossos filhos e netos morariam em Picinguaba. Nós vamos viver na verdade do turismo. Porque hoje o turismo que dá dinheiro pra nós é o que vem visitar não o que tem casa. Eles pensam: mais o turista vai embora e nós vamos morrer de fome, mas como morrer de fome? Uma reserva de desenvolvimento sustentável vai atrair turista, porque tá preservado. Temos poucos pescadores porque hoje o mar não está muito pra peixe. Mas temos que pensar que o caiçara vai pegar pouco peixe mesmo, só para comer. Mas hoje a gente tem que pensar no turismo. Mas aonde a gente vai viver do turismo? Não tem casa mais pra gente fazer pousada. O caiçara tem que abrir a mente. Todos deveriam se juntar e abrir a nossa mente: é nós que dependemos do lugar pra gente viver. O caiçara não tem mais lugar, mais espaço pra nada aqui! Tá acabando tudo e com o tempo vai mudar mais. Cada um que vende uma casa é mais um que vai embora. Eu penso que pro futuro vai virar um condomínio. Mas eu gostaria que o parque nos ajudasse mais, desse valor aos tradicionais.

## Considerações finais

Observou-se na Vila de Picinguaba - SP, se comparada às nossas grandes cidades brasileiras, uma complexidade e um quadro de graves problemas. Estes são de ordem tanto social, econômica, política como cultural e configuram um cenário, no qual se misturam tempos e concepções diferentes coexistindo formas e funções que se transformam constantemente. Esta complexidade que envolve o contexto atual culmina na necessidade de uma nova leitura do território, a partir dos seus usos pelos diversos atores, como forma de compreender a sua dinâmica e encontrar estratégias de intervenções mais adequadas às suas realidades locais. Nessa leitura, os processos históricos e urbanos precisam ser descobertos através de uma integração dos diferentes aspectos, da compreensão das diferentes escalas espaciais inerentes aos fatos e processos conseqüentes das relações sociais (BORTOLOZZI, 2008).

Sendo a territorialidade um reflexo das relações sociais construídas, a partir, do uso que se faz do território ao longo do processo histórico, verificou-se, no estudo realizado, a existência de uma nova territorialidade, fruto da acelerada expansão urbana no litoral norte do estado de São Paulo, incluindo, aqui, a Vila de Picinguaba. O que reflete numa transformação no cenário local e na vida dos moradores, com destaque para os chamados “tradicionais”.

A Vila já está relacionada ao contexto urbano, o que pode ser verificado com os principais problemas relatados nas entrevistas, além de estar inserida no Parque Estadual da Serra do Mar – uma Unidade de Conservação de Proteção Integral, o que aumenta os conflitos.

No entanto, nas discussões atuais há a proposta da re-categorização ou da desafetação da Vila. Entendemos que a re-categorização para uma Unidade de Conservação de Uso Sustentável “protegeria” os moradores “tradicionais” no que se refere ao direito de uso da terra, à moradia, mas também, à realização de outras práticas de sobrevivência, como o artesanato, utilizando-se dos recursos naturais do local, a pesca, os cultivos agrícolas e atividades turísticas (realização de trilhas e

atividades de educação ambiental com os turistas). Propostas que poderiam aumentar as oportunidades de trabalho e oferecer uma renda financeira aos moradores, sem entrar em conflito com a administração do Parque (PESM), já que novas regras seriam estabelecidas para essa categoria menos restritiva de Unidade de Conservação. Estaria, diante disso, em acordo com os objetivos iniciais propostos com a criação da Zona Histórico-Cultural Antropológica. Ou seja, a conciliação de usos para essas áreas que permitam a preservação ambiental aliada ao modo de vida “tradicional”. Este já descaracterizado, na Vila de Picinguaba, perante a análise do processo histórico de formação territorial da região. Porém, passível de ressignificações nos dias atuais.

O impasse, no caso da re-categorização, refere-se ao processo histórico de ocupação da Vila por moradores não “tradicionalistas” e pela existência de um grande número de propriedades de casas de veraneio, que, diante da nova categoria da Vila, talvez, não pudessem continuar estabelecidas no local.

Por outro lado, com a desafetação da Vila – interesse, principalmente, dos proprietários de casas de veraneio, comércios e pousadas, como pôde ser verificado nas entrevistas – a área estaria sujeita, ainda mais, à especulação imobiliária, à utilização turística e, ao abandono dos moradores “tradicionalistas”.

Os maiores entraves para a resolução dessa problemática são: a divergência de interesses existentes na Vila, resultado do grupo sociocultural a que o indivíduo está inserido (moradores “tradicionalistas”, moradores não “tradicionalistas”, proprietários de casas de veraneio, proprietários de estabelecimentos comerciais); a falta de discussão e a descontinuidade na implantação das políticas e programas de gestão destinados à Vila por parte dos governantes e, a falta de organização política dos moradores “tradicionalistas”. Esta que pode ser considerada como um fator cultural, já que não está na base da cultura caçara. Ela se apóia em outras bases, como a família e seus valores intrínsecos, por exemplo.

De fato, qualquer que seja a opção destinada, já é observada na Vila de Picinguaba, a necessidade imediata de infra-estrutura, como um dos fatores, dentre outros, do desenvolvimento local, como rede de esgoto, tratamento de água, serviços

de saúde, transporte e melhorias na educação, para a inserção social efetiva dos moradores “tradicionais” – caiçaras na Vila.

O apontamento de caminhos para a melhoria das condições de vida dos caiçaras, visando melhorar as políticas públicas urbanas relacionadas à Vila de Picinguaba, deveria apoiar-se numa gestão integrada do território.

O tema gestão territorial refere-se aos diferentes processos de tomada de decisões sobre a apropriação e usos do território, considerando os âmbitos sociais, econômicos e institucionais inerentes à configuração socioespacial (DALLABRIDA, V. R. et al, 2009). Dentro dessa visão, esse tipo de gestão precisa ser compreendido como um processo que leva em consideração diferentes concepções de mundo e interesses de diversos atores e agentes inseridos nas diversas escalas socioeconômicas atuantes nas relações sociais. Isto para que haja e efetuação de um desenvolvimento territorial formulado por uma sociedade organizada territorialmente, com base na maximização dos capitais e recursos materiais e imateriais de determinado local, objetivando não apenas a potencialização da economia, mas, principalmente a melhoria das condições de vida da população.

As reflexões sobre o território e sua dinâmica, podem nos levar a novos caminhos, capazes de incluir na gestão territorial a participação da comunidade local, como maneira mais adequada de melhorar as condições de vida nas diferentes áreas do nosso país. Já que, concordando com Santos (2000, p. 116), “*é impossível imaginar uma cidadania concreta que prescindia do componente territorial*”.

Como apontado por Bortolozzi (2008), tanto os espaços urbanos como os rurais são produtos do mesmo processo histórico de formação territorial que, no nível local, diz respeito, sobretudo, à gestão das cidades. Isto ,principalmente, no atual contexto de acelerada expansão urbana. E para que haja uma gestão territorial integrada das cidades que venha a contribuir com o desenvolvimento local da Vila de Picinguaba, através da melhoria de suas políticas públicas urbanas é preciso haver diálogo entre as esferas municipal, estadual, federal e global, assim como, também, uma participação democrática de todos os atores envolvidos na escala local.



## Referências bibliográficas

ALMEIDA, A. P de. Da decadência do litoral paulista. *Revista do Arquivo Municipal*, São Paulo, ano XII, v. CVII, p. 37- 57, 1946.

ALMEIDA, A. P de. Usos e costumes praianos. *Revista do Arquivo Municipal*, São Paulo, ano XII, v. CIV, p. 67- 80, 1945.

ANGELO, S. Picinguaba: três décadas numa vila de pescadores do litoral norte do estado de São Paulo. *Boletim Paulista de Geografia*, São Paulo, n. 69, p. 61-73, 1992.

ARAUJO, F.G.B de; HAESBAERT, R. (org.). *Identidades e territórios: questões e olhares contemporâneos*. Rio de Janeiro: Acess, 2007, 136 p.

BORTOLOZZI, A. Educación Ambiental, território urbano y nuevas prácticas socio-espaciales: repensando el proceso de “gentrificación” para la sustentación de las ciudades brasileñas. *Revista Internacional de Filosofía Iberoamericana y Teoría Social*, Maracalbo - Venezuela, año 14, n.44, p. 125-129, ener/mar. 2009. Disponível em :<<http://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=2985724>>. Acesso em: 04 nov. 2009.

BORTOLOZZI, A. Patrimônio cultural em território urbanizado e a reconstrução das cidades contemporâneas: caminhos e possibilidades da educação patrimonial. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL DE GEOCRÍTICA, 10., 2008, Barcelona. *Actas...* Barcelona: Universidad de Barcelona, 2008. Disponível em: <<http://www.ub.es/geocrit/xcol/157.htm>> . Acesso em: 07 jul. 2011.

BRASIL. Congresso. Decreto de 13 de julho de 2006. Altera a denominação, competência e composição da Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável das Comunidades Tradicionais e dá outras providências. Disponível em: [http://ccr6.pgr.mpf.gov.br/institucional/grupos-de-trabalho/quilombos-1/povos-e-comunidades-tradicionais/14\\_07\\_2006.pdf](http://ccr6.pgr.mpf.gov.br/institucional/grupos-de-trabalho/quilombos-1/povos-e-comunidades-tradicionais/14_07_2006.pdf). Acesso em: 23 nov. 2010.

BRASIL. Congresso. Decreto de 27 de dezembro de 2004. Cria a Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável das Comunidades Tradicionais e dá outras providências. Disponível em: < [http://ccr6.pgr.mpf.gov.br/institucional/grupos-de-trabalho/quilombos-1/povos-e-comunidades-tradicionais/27\\_12\\_2004.pdf](http://ccr6.pgr.mpf.gov.br/institucional/grupos-de-trabalho/quilombos-1/povos-e-comunidades-tradicionais/27_12_2004.pdf)>. Acesso em: 23 nov. 2010.

BRASIL. Congresso. Decreto n. 5.051, de 19 de abril de 2004. Promulga a Convenção n. 169 da Organização Internacional do Trabalho - OIT sobre Povos Indígenas e Tribais. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2004/decreto/d5051.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5051.htm)>. Acesso em: 23 nov. 2010.

BRASIL. Congresso. Decreto n. 6.040, de 7 de fevereiro de 2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais – PNPCT. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6040.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6040.htm)>. Acesso em: 23 nov. 2010.

BRASIL. Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000. Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L9985.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9985.htm)>. Acesso em: 23 nov. 2010.

CANCLINI, N. G. *As culturas populares no capitalismo*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1983, 149 p.

CATTANEO, D. *Identidade territorial em unidades de conservação: ponto de apoio para uma análise epistemológica da questão ambiental*. 2004. 119 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

CHIZZOTTI, A. *Pesquisa em ciências humanas e sociais*. São Paulo: Cortez, 1991. 136 p.

DALLABRIDA, V. R. et al. Gestão territorial e multiescalaridade na descentralização político-administrativa de dois Estados do Sul do Brasil. In: COLOQUIO INTERNACIONAL SOBRE PODER LOCAL, 11., 2009. Salvador. *Anais eletrônicos...* Disponível em: <[http://www.cni.unc.br/.../ARTIGO\\_GESTÃO\\_TERRITORIAL-Colóquio\\_Bahia-.pdf](http://www.cni.unc.br/.../ARTIGO_GESTÃO_TERRITORIAL-Colóquio_Bahia-.pdf)>. Acesso em: 15 jun. 2011.

DIEGUES, A.C. A mudança como modelo cultural: o caso da cultura caiçara e a urbanização. In: DIEGUES, A. C. S. (Org.). *Enciclopédia Caiçara*. São Paulo: Hucitec: Nupaub: CEC/USP, 2004.

DIEGUES, A. C. O mito do paraíso desabitado: as áreas naturais protegidas. In: FERREIRA, L. da C.; VIOLA, E. (Org.). *Incertezas de sustentabilidade na globalização*. Campinas: Ed. Unicamp, 1996 a. 331p.

DIEGUES, A. C. O mito moderno da natureza intocada. São Paulo: Hucitec, 1996 b. 169 p.

DIEGUES, A. C. S. *Pesca e marginalização no litoral paulista*. 1973. 190 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

DURHAM, E. R. *A dinâmica da cultura: ensaios de antropologia*. São Paulo: Cosac Naify, 2004. 477 p.

GOMES, P. C. da C. *Geografia e Modernidade*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000. 368 p.

GONÇALVES, C. W.P. A territorialidade seringueira: geografia e movimento social. *GEOgraphia*, Niterói, ano 1, n. 2, p. 67 - 88, 1999. Disponível em: <<http://www.uff.br/geographia/ojs/index.php/geographia/article/view/19/17>>. Acesso em: 18 jun. 2011.

GONÇALVES, C. W.P. O latifúndio genético e a r-existência indígena-camponesa. *GEOgraphia*, Niterói, v. 4, n. 8, p. 30 - 44, 2002. Disponível em: <<http://www.uff.br/geographia/ojs/index.php/geographia/article/view/86/84>>. Acesso em: 18 jun. 2011.

GONÇALVES, C. W. P. *Os (des)caminhos do meio ambiente*. 14ª ed. São Paulo: Contexto, 2006. 148 p.

IBAMA. *Roteiro metodológico de planejamento*. Parque nacional, reserva biológica, estação ecológica. Edições Ibama, 2002. 136 p.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. *Metodologia científica*. São Paulo: Atlas, 1983. 231 p.

LUCHIARI, M. T. D. P. A relação do homem com o meio ambiente no universo caíçara. *Ambiente e sociedade: possibilidades e perspectivas de pesquisas*. Textos NEPAM, Campinas, n. 2, p. 164 - 193, 1992.

LUCHIARI, M. T. D. P. *Caiçaras, migrantes e turistas: a trajetória da apropriação da natureza no litoral norte paulista (São Sebastião – Distrito de Maresias)*. 1992. 192 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

LUCHIARI, M. T. D. P. *O lugar no mundo contemporâneo: turismo e urbanização em Ubatuba-SP*. 1999. 218 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

MARCÍLIO, M. L. *Caiçara: terra e população*. Estudo de demografia histórica e da história social de Ubatuba. 2ª ed. São Paulo: Edusp, 2006. 280p.

MENDONÇA, F. Geografia socioambiental. In: MENDONÇA, F.; KOZEL, S. (Org.). *Elementos de epistemologia da geografia contemporânea*. Curitiba: Ed. da UFPR, 2004. p. 121-144.

MORAES, A. C. R. *Bases da Formação Territorial do Brasil: o território colonial brasileiro no “longo” século XVI*. São Paulo: Hucitec, 2000. 432 p.

MORAES, A. C. R. *Território e história no Brasil*. 2ª ed. São Paulo: Annablume, 2005. 154 p.

MOREIRA, R. Velhos temas, novas formas. In: MENDONÇA, F.; KOZEL, S. (Org.). *Elementos de epistemologia da geografia contemporânea*. Curitiba: Ed. da UFPR, 2004. p. 47- 62.

MUSSOLINI, G. Aspectos da cultura e da vida social no litoral brasileiro. *Revista de Antropologia*, São Paulo, v.1, n.2, p. 81- 97, 1953.

OIT (Ed.). Convenção nº 169 sobre povos indígenas e tribais em países independentes e resolução referente à ação da OIT sobre povos indígenas e tribais. 4ª ed. Brasília: OIT, 2009. 64 p. Disponível em: <<http://www.oitbrasil.org.br/info/downloadfile.php?fileId=485>>. Acesso em: 04 jul. 2011.

PENHA, E. A. Território e territorialidade: considerações histórico-conceituais. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, v. 59, n. 1, p. 7- 24, 2005.

QUEIROZ, M. I. P. de. *O campesinato brasileiro: ensaios sobre civilização e grupos rústicos no Brasil*. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1973. 242 p.

RAFFESTIN, C. A produção das estruturas territoriais e sua representação. In: SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. (Org.). *Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos*. São Paulo: Expressão Popular, 2009. 368 p.

RAFFESTIN, C. *Por uma geografia do poder*. São Paulo: Ed. Ática, 1993, 269 p.

RAIMUNDO, S. *As ondas do litoral norte (SP): difusão espacial das práticas caiçaras e do veraneio no Núcleo Picinguaba do Parque Estadual da Serra do Mar (1966-2001)*. 2007. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

RISSO, L. C. Memória caiçara e história da vila Picinguaba, Parque Estadual da Serra do Mar - Núcleo Picinguaba, Litoral de Ubatuba – SP. *Revista Vivência*, Natal, n. 28, p. 105 - 113, 2005.

RODRIGUES, A. M. A questão ambiental e a (re)descoberta do espaço: uma nova relação sociedade/natureza? *Boletim Paulista de Geografia*, São Paulo, n. 73, 1994.

RODRIGUES, A. M. Desenvolvimento sustentável e atividade turística. In: SERRANO, C.; BRUHNS, H. T.; LUCHIARI, M. T. D. P. (Org.). *Olhares contemporâneos sobre o turismo*. 3ª ed. Campinas: Papirus, 2000. 206 p.

SANTOS, M. *Da totalidade ao lugar*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005. 170p.

SANTOS, M. *O espaço do cidadão*. 5ª ed. São Paulo: Studio Nobel, 2000. 142p.

SANTOS, M. *Por uma geografia nova: da crítica da geografia a uma geografia crítica*. 6ª ed. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 2004. 285 p.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria do Meio Ambiente. *Plano de Manejo do Parque Estadual da Serra do Mar*. São Paulo: Instituto Florestal, 2005/2006. Disponível em: <[http://www.iflorestal.sp.gov.br/Plano\\_de\\_manejo/PE\\_SERRA\\_MAR/index.asp](http://www.iflorestal.sp.gov.br/Plano_de_manejo/PE_SERRA_MAR/index.asp)>. Acesso em: 23 set. 2008.

SAQUET, M. A. *Abordagens e concepções de território*. São Paulo: Expressão Popular, 2007. 200p.

SETTI, K. *Ubatuba no canto das praias: estudo do caiçara paulista e de sua produção musical*. São Paulo: Ática, 1985. 293p.

SILVA, A. C. da. *O litoral norte do estado de São Paulo: formação de uma região periférica*. 1975. 273 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geografia, Universidade de São Paulo, São Paulo.

SILVA, L. G. Da terra ao mar: por uma etnografia histórica do mundo caiçara. In: DIEGUES, A. C. S. (Org.). *Enciclopédia Caiçara*. São Paulo: Hucitec: Nupaub: CEC/USP, 2004.

SIMÕES, E.; FERREIRA, L. da C. Gestão Compartilhada entre Caiçaras, Quilombolas e Técnicos no Núcleo Picinguaba do Parque Estadual da Serra do Mar (NP/PESM). In: Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ambiente e Sociedade, 4., 2008. Brasília. *Anais eletrônicos...* Disponível em:<<http://www.anppas.org.br/encontro4/cd/ARQUIVOS/GT2-851-998-20080519003446.pdf>>. Acesso em: 17 jun. 2009.

SUERTEGARAY, D. M. A. Geografia física (?) geografia ambiental (?) ou geografia e ambiente (?).In: MENDONÇA, F.; KOZEL, S. (Org.). *Elementos de epistemologia da geografia contemporânea*. Curitiba: Ed. da UFPR, 2004. p. 111-120.

VIANNA, L. P. *Considerações críticas sobre a construção da idéia de população tradicional no contexto das unidades de conservação*. 1996. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

VIEIRA, R.; SANDEVILLE JUNIOR, E. A construção das paisagens dos sertões litorâneos. *OLAM*, Rio Claro, v.7, p. 1-27, 2007. Disponível em: <<http://www.espiral.org.br/paisagens/7-bd2-publicacoes.html>>. Acesso em: 22 out. 2009.



## Anexo 1

### Transcrição das entrevistas realizadas no trabalho de campo de abril de 2010

#### **Entrevista realizada em 13/04/10 com o Secretário da Cidadania e Desenvolvimento Social do município de Ubatuba**

Sobre Picinguaba

Paula: É porque lá a maioria é casa de turistas né... Do pessoal de fora

Secretário: Eu diria que é algo entorno de 200, 200 e poucas casas no total e destas cerca de 140, 150 é de veraneio, então se você pegar por esses números vai perceber que a maior parte é de turistas. Se você contar que 50 casas de moradores mesmo, você pode multiplicar isso a média de 4 pessoas por unidade habitacional, então você teria algo entorno de 200 habitantes, 200 pessoas morando hoje na Vila de Picinguaba, esse é um número aproximado.

Paula: Então essa pressão para regularizar será que vem mais do pessoal de fora?

Secretário: Então eu cheguei a participar de algumas reuniões com eles, inclusive temos um senador que tem casa lá, que participou isso teve um peso muito grande e o município acabou expondo ali sua opinião a respeito disso. Existe duas situações, uma de você regularizar aquilo dentro do parque ou o Estado bater o pé e dizer que não vai regularizar, que vai tirar as casas de veraneio, seria uma possibilidade. A outra é fazer a desafetação da área, tirar a Vila de Picinguaba de dentro do parque e excluí-la do parque na verdade e passá-la por um processo de regularização feito pelo município, até mesmo vai se encontrar dificuldade. Um problema porque quando você tirar de dentro de uma Unidade de Conservação passa a ser uma área de preservação permanente porque você tem vários cursos d'água lá dentro. Ai o município não consegue regularizar porque ta dentro de uma APP.

Paula: Acaba dando na mesma do ponto de vista ambiental.

Secretário: é do ambiental, porém existe uma possibilidade de se resolver isso, desde que faça a desafetação da área mais já em comum acordo com os órgãos ambientais do Estado, em Ministério Público, assinando um termo de ajustamento de conduta, prevendo a regularização da área, mesmo estando dentro de APP, mais aí existiriam algumas soluções, desde recuperação de algumas áreas que ainda são possíveis de se recuperar e dando uma destinação para o esgotamento sanitário. Seria possível você conciliar o meio ambiente com as pessoas que estão lá, mesmo porque se você parar para pensar a Vila de Picinguaba ela dependia muito da pesca, hoje é menor essa força na pesca. Então hoje eles vivem mais com esses turistas, eles prestam serviço para esses turistas e sobrevivem disso. Então se você for ver hoje e falar que não vamos

regularizar porque é APP, mas consegue regularizar os moradores tradicionais (esses ficariam e saem os turistas), mas saindo os turistas você os quebra economicamente, então você não consegue manter a sustentabilidade do local e eles vão ter que sair de lá. Então se torna inviável. Então hoje eu diria que isso é quase uma situação irreversível. É necessário que você faça uma regularização com todos lá dentro, até para você conseguir manter esse equilíbrio do ponto de vista ambiental, social e econômico.

Paula: É porque Picinguaba já está inserida totalmente no contexto urbano, até os caiçaras.

Secretário: até os caiçaras, mas você vê a pesca economicamente falando ela não sustenta a vila...

Paula: não...é muito mais o turismo mesmo

Secretário: Então eu acho que deve se manter (os turistas – a situação atual) desde que, lógico, observando essas questões ambientais e que se faça um projeto de recuperação, para que você possa manter essas casas lá, principalmente no que se refere ao esgotamento sanitário, que é o principal problema que eles tem lá. São vários cursos d'água que correm lá e ela é um morro...

Paula: corre tudo pro mar...

Secretário: daqui a pouco turisticamente falando eles não tem mais nada, daí não vai interessar nem pros turistas mais

Paula: é eu vi umas notícias que a praia já não estavam muito boa

Secretário: é necessário que se faça alguma coisa, sim é necessário, mas pra isso é preciso que se haja boa vontade, bom senso e consenso de todos, mais eu diria que principalmente por parte do Estado onde a gente encontra esses entraves principalmente na área ambiental. Mas é possível é eu diria que se fosse só do ponto de vista social, se fosse só a comunidade caiçara que morasse lá seria possível regularizar porque a gente tem base legal para isso, legislações novas que inovaram de um tempo pra cá e que dá pra gente fazer a regularização dessas famílias dentro de área de APP considerando ser de interesse social, mas como os "turistas" é interesse específico, não é interesse social, não da pra você colocar no mesmo patamar para fazer a regularização dessas pessoas, é isso que eu falei, aí quebra a sustentabilidade do local. É na minha opinião acho que tem que se manter sim todo mundo mesmo desde que respeitadas as questões ambientais

Paula: e será que nos outros bairros as questões são diferentes, que nem no sertão da fazenda... que não deve ter apelo turístico tão grande como Picinguaba?

Secretário: não tem mesmo porque não tá próxima do mar, mas em contra partida lá nós temos a casa da farinha que tá se criando assim um atrativo turístico muito grande em cima daquilo lá

Paula:em cima da cultura né?

Secretário :é, isso eu também acho bacana, inclusive foi lançado acho que ano passado o projeto furnas com alguma universidade sobre a fazenda da caixa. Inclusive um projeto se sustentabilidade, criando um restaurante ali mesmo, num anexo ali para a comunidade tradicional mesmo, com cursos pra eles...

105Paula: usando a mão-de-obra deles lá ?

Secretário: É, na verdade o projeto é pra eles mesmo. Tá faltando um pouco de estrutura pra atender os turistas. Até da parte sanitária mesmo, então o projeto previa exatamente isso, montar um restaurante pra que eles possam se sustentar lá. Na fazenda da caixa, que é o que você chama de sertão da fazenda...

Paula: e como é que fica as questões de atendimento daquela população pelo poder municipal e pelo estadual sendo uma área de parque. Questões de saúde, escolas, infra-estrutura?

Secretário: Na questão de escola o município fornece o transporte dependendo da série. A localização da Vila perto da rodovia também facilita o acesso, também para a coleta de lixo, essas coisas. De infra-estrutura é isso, eles não têm água tratada, tratamento de esgota, nada disso, isso é algo que precisa ser repensado. Mas eu diria que Picinguaba é uma das vilas mais antigas de Ubatuba, então você tem que imaginar que naquela época não se pensava em nada disso e a cidade acabou crescendo muito...

A gente tem que se preocupar com a questão ambiental, mas também com a questão econômica, se não você quebra o convívio social daquela comunidade e a relação da comunidade com o meio ambiente, se você quebrar a economia. Na verdade é um tripé que você tem que achar um equilíbrio em ter os três pra resolver a questão. Hoje o sertão a situação deles é essa... O parque também tem se demonstrado bastante favorável a esse tipo de tratamento, com exceção da vila que ainda a um impasse em relação a isso.

Paula: quanto tempo o senhor esta na secretaria e quais são as atribuições dessa secretaria?

Secretário: na prefeitura desde 2005, nessa secretaria eu assumi em março de 2007 e na verdade a secretaria é de cidadania junto com o desenvolvimento social, mas na verdade quando eu vim pra cá a gente acabou inserindo também as questões habitacionais dentro da secretaria, então a regularização, urbanística e fundiária ficou tudo com a gente aqui

Paula: podia ser da secretaria de planejamento?

Secretário: é, mais essa foi uma sacada muito interessante, porque politicamente nós temos uma cidade muito complexa para se lidar, porque se você colocar a secretaria da arquitetura ou do meio ambiente pra tá discutindo essas questões de ocupação irregular a sensação que se daria é que o município estaria preocupado com o meio ambiente. Isso aos olhos da comunidade, principalmente da comunidade mais tradicional que são aquele pessoal mais antigo, mais bravo, é difícil você convencê-los dessa necessidade de se preocupar com o meio ambiente. Então trazendo isso para o social a sensação que se dá é que você tem um olhar social e não ambiental. Obviamente que a consequência disso será ambiental, vai ser econômica, principalmente social, mais é um olhar diferente dos que a gente conhece em outras cidades, então a habitação, a regularização fundiária é feita pela secretaria de cidadania e desenvolvimento social.

Paula: Por se tratar da Secretaria de Cidadania e Desenvolvimento Social o que o senhor entende por cidadania?

Secretário: na realidade na cidadania você não tem um foco exatamente... Eu acho que existia uma visão de cidadania como aquele direito seu a voto, a escolher a sua administração enfim... Era muito ligado a isso politicamente, hoje não ... Você fala de cidadania relacionado aos direitos do cidadão e a seus deveres também, suas obrigações. Então eu acho que essa visão abriu um leque nesse sentido.

Antes pra ser cidadão era ter direito a voto. Hoje ter cidadania é muito mais que isso...é você conhecer seus direitos, brigar pelos seus direitos e cumprir com suas obrigações. Quando você fala do ponto de vista social, que é dessa secretaria, daí você volta mais pra o equilíbrio, principalmente econômico desse município. Faz parte da nossa história... Nós temos famílias muito carentes no município, o município teve um desenvolvimento muito desigual... Então a gente tem essas dificuldades

Paula: Ubatuba ainda concentra uma parcela da população considerada por alguns como “comunidades tradicionais”, que aqui no caso seriam os quilombolas e caiçaras. O senhor considera essa parte da população como tradicional? Se sim, o que o senhor entende por tradicional?

Secretário: você diz da Picingaba? De tradicionais, famílias tradicionais são aqueles que possuem raízes no município, que nasceram no município, seus avós tataravôs, tem um número bastante expressivo hoje, porem menos do que o numero das pessoas que vieram de fora, pra constituir famílias, que contribuiu pra um grande aumento da população. Essa mistura de famílias tradicionais com essas não tradicionais ela começou nos anos 70 com a construção da rodovia, que foi um grande marco da cidade, eu não sei se positivo ou negativo, talvez positivo se se falar em desenvolvimento, mas negativo porque foi feito de uma forma muito atropelada, sem ter sido planejado. Então você pegava as famílias, ninguém tinha uma visão futurística, principalmente em relação ao turismo. A cidade tinha um acesso difícil. Na construção vinha um pessoal com essa visão mais futurística e começou a comprar muitas terras

aqui, principalmente às terras de caiçaras, ele comprava terras que sabia que teria um aumento de valor, principalmente pela rodovia que ia passar. Eles compravam essas terras por um preço baixo, porque o morador tradicional não tinha essa visão... Era mais o valor de uso e não o valor comercial mesmo. E esses moradores tradicionais eles se afastaram do mar e foram morar nos sertões, porque a parte que interessava pra essas pessoas que vinham de fora era a parte de frente pro mar, com maior apelo turístico e com isso a maioria das famílias tradicionais passaram a viver nos sertões, com pouco dinheiro porque aquele dinheiro no momento parecia um montante vantajoso, o que na verdade não era e essas pessoas ocuparam áreas de encosta, APP, na beira dos rios e a própria construção da rodovia atraiu trabalhadores para essa região porque a cidade naquela época era uma maravilha...muitos trabalhadores braçais ficaram nas cidades, e eram trabalhadores que não tinham condições de comprar nada. Ocuparam também área de APP... e com isso o caiçara mesmo, as famílias tradicionais passaram a ocupar um volume menor do que essas famílias que vieram de fora, então hoje a gente tem bastante mas perto da população total ela não é muito significativa. A gente fala infelizmente, mas todos que estão aqui são seres humanos... Mas a família tradicional da história da gente acaba indo...acaba morrendo aos poucos né.

Paula: mais pela questão cultural

Secretário: mais pela cultural... Você fala: "... puxa vida" tudo que você via naquela época quando era criança hoje você já não vê mais tanto, principalmente por conta disso, mais também faz parte da história...

Paula: então e pensando nessa parte da população não sei se essa secretaria faz alguma distinção, eu acredito que não, se a distinção é pela população tradicional, caiçara ou por bairros, é como essa população está inserida? Se tem essa distinção ou não ou se a secretaria trabalha com bairros, como é que é ?

Secretário: não tem distinção não, único cuidado que a gente tem, principalmente do ponto de vista habitacional é com o tempo de moradia na cidade. A prioridade é pra quem mora a mais de 5 anos na cidade, não precisa ser caiçara, pra você evitar que as pessoas de fora venham usufruir de algo que a cidade está tentando se planejar nesse sentido. A única distinção que tem é em relação a isso, todos recebem o mesmo tratamento...existe um carinho muito grande principalmente em relação aos índios e em relação aos quilombolas também, mais isso é força de lei, existe uma relação específica para isso, a própria legislação ela diferencia esse tratamento.

Paula: nem sei se eles se autodenominam caiçaras, se tem essa distinção entre eles?

Secretário: tem então essa visão que estou falando pra você é uma visão profissional, mas para o caiçara em si ele usa essa diferenciação. Vive-se bem harmonicamente, mas chega na hora de cobrar os direitos... "Puxa mais eu sou caiçara"...aí você já percebe que tem alguma diferença aí. E uma diferença que a gente não pode fazer essa distinção enquanto administração pública, mas eles na hora de cobrar eles

utilizam disso sim... "Ah! Mais eu sou caiçara". Você é caiçara mais tá cometendo os mesmos crimes ambientais... Depende do ponto de vista né

Paula: Quais as principais necessidades dos caiçaras, principalmente da porção norte do município, atualmente? Que seriam aqueles bairros né: Picinguaba, Sertão da Fazenda, Ubatumirim, Puruba...

Secretário: Na verdade se você olhar com um olhar mais crítico você vai ver que a cidade ela está se dividindo né, na região sul houve uma influencia maior da construção civil e na região norte não, cresceu menos e conservou-se mais a questão ambiental, mas ainda sim ela cresceu muito. Hoje eu diria que a maior carência deles é na questão do saneamento básico, desde água tratada, coleta de lixo, esgotamento sanitário, reciclagem, a captação de águas pluviais... Eu acho que aquela região é muito carente nesse sentido, fora isso a regularização fundiária, mesmo porque a maior parte não tem a documentação de suas terras, o que a gente chama de posse né. Aquela segurança jurídica da terra eles não tem, mais eles vão precisar ter sim, o município hoje desenvolve um trabalho nesse sentido que é para colaborar com isso, que é também uma questão tradicional no município, sempre foi...eu diria que mais de 50% do município está em situação irregular e então é preciso desenvolver essa questão. Um principal problema do município é na questão do saneamento e na questão da regularização fundiária

Paula: pensando no plano municipal da habitação, vocês já têm algumas ações pra aquela região?

Secretário: estamos fazendo um levantamento da região. Na verdade na região norte é a região que a gente conseguiu ir mais longe nessa questão do levantamento. Especificamente a Picinguaba e o Sertão são áreas que a gente não conseguiu entrar ainda, mas isso por uma questão de tempo mesmo. Estamos fazendo isso em parceria com associações de bairro, mais a maior parte dos bairros a gente já começou a fazer esse levantamento... Mais agora para a elaboração do Plano Municipal de Habitação nós teremos várias reuniões com eles (moradores) pra estar discutindo as necessidades deles, se tem interesse no crescimento ou não. Eu acho que pra região norte só o crescimento natural mesmo, pras famílias que moram lá, mas ir morar mais gente lá não... é uma região muito privilegiada em beleza, em meio ambiente, a mata atlântica muito preservada. A gente tem que tomar esse cuidado. Quer crescer... Pra região sul que já tem esse crescimento...

Então o Plano Municipal de Habitação ele vai ser fundamental também pra aquela região... Quando a gente fala de habitação, vocês pensam que vai até a porta da sala só... Mais isso envolve toda a infra-estrutura urbana pra que as pessoas possam viver com qualidade, uma visão também mais moderna...mais diferenciada...

Paula: E pensando no Plano Diretor, como a secretaria participou do Plano Diretor?

Secretário: Nós já temos o nosso plano desde dezembro de 2006, também nos mesmos moldes que está sendo feito o de habitação, então contou com a participação da comunidade, de todos os órgãos, incluindo câmara municipal, todos... principalmente na área de habitação, lá tem umas previsões muito interessantes como a criação de ZEI (Zonas especiais de interesse social) é...inclusive a criação de ZEIS para expansão e não para situações já consolidadas. Ele previa a regularização de áreas já consolidadas como ZEIS 1 e as zonas de expansão quando é de interesse de crescimento de interesse social como ZEIS 2, que era previsto para crescimento e não para áreas já consolidadas. O grande diferencial delas não está na infra-estrutura, que a infra-estrutura tem que ter em todas, mas em relação a tamanho de lotes, como adquirir esse lote, porque como ele seria subsidiado, teria critérios para se comprar esses lotes, seria um lote pequeno, cerca de 100 m<sup>2</sup>, pra você comprar teria que ter uma avaliação social da família, teria que morar no município a mais de anos e os lotes não poderiam ser desmembrados e poderia se vender, mais o comprador teria que passar pelo mesmo procedimento do comprador original.

Então isso evitaria que você comprasse um lote de interesse social para veraneio... Então a gente conseguiu inserir isso dentro do Plano Diretor do município, acho que o maior entrave nosso hoje é o gerenciamento costeiro. Existe uma legislação estadual que eu acho que tem que ser revista, alguns conflitos entre ela e a lei de uso e ocupação do solo, que ainda não foi aprovada por conta desses conflitos. Acho que hoje o que deve ser revisto é o gerenciamento costeiro porque é uma legislação estadual. Esse gerenciamento foi feito sem ouvir a comunidade ou ouvindo precariamente e a lei de uso e ocupação do solo foi feita pela comunidade. Acho que quem decide o que é bom ou não é quem mora na cidade e não quem mora no Estado. Então acho que a gente está um pouco atrasado, porque não temos uma lei de uso e ocupação do solo que seja muito clara. A que tem que foi mais clara ainda não foi aprovada...

Paula: E sobre o Plano de manejo o senhor tem conhecimento do último (2005/2006) sobre o zoneamento proposto?

Secretário: Eu confesso que nesse caso é melhor você conversar com o pessoal do IF, que tem um maior conhecimento sobre isso...

Hoje até o nosso pessoal está em campo para um projeto da Cidade Legal, trabalho voltado para a regularização do município, que é um trabalho muito grande, tem muita coisa pra ser feita ainda, mais evolui-se muito desde 2005 pra cá...o congelamento das áreas pra conter o crescimento desordenado. E fizemos isso através de lei, criando lei específica pra isso. Esse trabalho está sendo feito no município todo.



## **Entrevista realizada em 14/04/10 com uma participante da Associação de Bairro – Picinguaba**

Paula: você sempre morou aqui em Picinguaba (a entrevistada tem cerca de 30 anos ) e sua profissão qual é?

Entrevistada: sou auxiliar de secretaria da escola de Picinguaba

Paula: Há quanto tempo você participa da Associação de Moradores de Picinguaba?

Entrevistada: 5 anos

Paula: você falou que a associação tem cerca de 10 anos. E tem bastante participante?

Entrevistada: Não muitos, a comunidade ta muito desmotivada, talvez por lutar e não conseguir muito as coisas, mas a gente tem conseguido mesmo assim com muita dificuldade reunir o pessoal, tentar conscientizar que é importante a participação, que se não for assim é pior. Pelo menos um pouco de pessoal de cada rua (viela) a gente tem conseguido, tem uma boa representatividade.

Paula: e a maioria do pessoal que participa da associação sempre morou aqui ou tem pessoal de fora também?

Entrevistada: De 2 anos pra cá tem uma maior participação dos moradores (nativos), antes disso a maioria dos participantes eram de pessoal de fora, os moradores abandonaram um pouco, mais de 2 anos pra cá os moradores tem participado com mais freqüência

Paula: quais são as principais discussões da associação e ações? Acho que a principal agora é a desafetação?

Entrevistada: a desafetação, o saneamento básico, isso é uma coisa difícil também porque é uma área de parque...

Paula:mas não tem?

Entrevistada: não tem. É uma briga da associação de muito tempo que a gente não desistiu ainda. Inclusive terá uma reunião dia 06/05 no Fórum de Ubatuba... Sobre o saneamento básico, rede de esgoto.

Paula: As necessidades da comunidade levantadas pela associação são levadas ao poder público? E à administração do parque?

Entrevistada: são levadas ao poder municipal e com o parque a gente também discute. Só é difícil essa entrosação do parque com a comunidade, é bem difícil por vários motivos, por não ser atendido, por falta de compreensão, por falta de informação de ambas as partes, mas são levadas sim.

Paula: será que a prefeitura que fica sendo a maior responsável pelas ações aqui? Vocês preferem levar as necessidades mais pra prefeitura ou para o parque?

Entrevistada: é mais para a prefeitura

Paula: o parque as vezes só nega?

Entrevistada: só nega. Aí você leva pra prefeitura e eles falam que não é lá que tem resolver, direcionam para o parque. Inclusive tem coisas que você leva no parque e eles falam que é na prefeitura, aí você leva na prefeitura e eles falam que depende do parque... Fica aquele empurra

Paula: aí acaba ficando empacado?

Entrevistada: É... Bem complexo

Paula: e tem algumas outras instituições: setor privado, ongs, empresas mesmo que atuam aqui?

Entrevistada: olha a gente tem e não tem ao mesmo tempo. A maioria das ongs que a vila tem recebido não tem trazido retorno para a comunidade. A comunidade tem percebido que a importância maior é o dinheiro. A pessoa vem aqui ganha o dinheiro e acabou até tentam ajudar mais acabam não conseguindo. A comunidade se fecha pra isso também. Mais a gente tem sim, inclusive tem uma ong que chama APIS e a comunidade é totalmente a par disso, não tem conhecimento nenhum, mais ela funciona... A Ana Maria (que talvez ainda seja a coordenadora da APIS) desenvolveu um trabalho muito legal aqui na escola... Ela é antropóloga.

Paula: E tem mais algum principal problema encontrado aqui no bairro? Além do saneamento, confusão toda de jogo de poder joga pra lá, joga pra cá... Ambiental? Social?

Entrevistada: acho que social, a gente tem problema com droga e álcool. Às vezes a gente fica até com medo de falar sobre isso. Às vezes as pessoas lêem alguma coisa e ficam chateadas. Mas é uma realidade da vila. As pessoas ficam muito a margem das coisas, até por falta de oportunidade dentro da vila, de ter alguma outra coisa para fazer... Gravidez precoce das meninas de 12, 13, 14 anos é muito triste também...

Paula: e a principal atividade econômica aqui seria o turismo?

Entrevistada: eu acho que tá bem dividido viu, pesca com o turismo.

Paula: a pesca é bem forte ainda?

Entrevistada: é acho que uns 50% são de pescadores que dependem da pesca e os outros dependem do turismo, são ligados ou a pousadas, ou caseiros, jardineiros...

Paula: e o que você acha da atividade turística aqui na vila? Desde que ela começou... Ou agora... Você acha que favorece ou não o bairro...

Entrevistada: eu acho que favorece o bairro sim. Inclusive na época de temporada... Talvez a vila não esteja preparada para receber o turista... mas é importante também para a economia

Paula: e o que você acha desses moradores que moram aqui e que não são de Ubatuba? Muitas vezes turistas que vieram morar aqui

Entrevistada: é bacana, embora às vezes a relação com alguns (são poucos né) que acabam não querendo ver o lado da comunidade... Mas tem uns que já tão aqui há muito tempo... Mas o que me preocupa mesmo é a comunidade indo embora né...porque a gente vai perdendo as pessoas do lugar e vai dando lugar a...hoje eu acredito que a gente já tem mais moradores de fora do que moradores da comunidade. Acho que a maior parte das casas já são de turistas ou de veranistas...

Paula: e quantos moradores você acha que tem aqui na vila?

Entrevistada: em torno de 300, 400 pessoas. De nativos... Aí com os turistas mais metade do que tem. Acredito que 600, 700 pessoas...

Paula: e quais os aspectos positivos aqui do bairro na sua opinião?

Entrevistada: então... Aspectos positivos... seria o que a gente tem de ...o que é importante

Paula: é o que é importante... Por que você gosta de morar aqui

Entrevistada: é um lugar tranqüilo, embora tenha alguns problemas sociais... É bonito né também, gostoso de morar. Quem ficou aqui luta para que seja melhor, fique melhor, acho que bem atrativo também, turisticamente falando né...

Paula: Sabemos que uma parte dos moradores de Ubatuba são considerados como "comunidades tradicionais" por alguns, principalmente os quilombolas e caiçaras. Você os considera como tradicionais? O que é ser tradicional para você?

Entrevistada: acho que morador tradicional pra mim é que nasceu no lugar né, vivem no lugar. Essa é uma questão que a gente pensa: esses turistas que vivem aqui há 20, 30 anos eles seriam tradicionais... pra mim tradicional é quem nasceu e vive aqui...no local

Paula: e o que você acha que é ser caiçara hoje? Você se considera uma caiçara?

Entrevistada: eu me considero. Ser caiçara hoje é ser perseverante, é lutar pelos seus direitos e saber viver em sociedade também, viver em conjunto... a gente tem perdido muito isso. É muito individualista leva pro lado individual. Ser caiçara pra mim é isso, saber viver em comunidade, ajudar o outro nas suas necessidades e lutar pelos seus direitos também.

Paula: você acha que o ser caiçara está mais relacionado a cultura ou a parte social, econômica, por que se um caiçara tradicional que plantava, que pescava começa a trabalhar no comércio ou com o turismo...o que você acha disso ele continua sendo caiçara?

Entrevistada: eu acredito que sim... Não deixa de ser caiçara não...eu acho que você perde um pouco da cultura caiçara mesmo...de acordo com o sentido da palavra caiçara

Paula: e hoje o que você acha que identifica a cultura caiçara?

Entrevistada: é acho que a sua vivência, a maneira que a gente vive representa bem a cultura caiçara...

Paula: e qual seria essa maneira de viver?

Entrevistada: acho que viver... Vamos dizer...como os que conseguiram manter sua tradição, de trabalho, de serviço (???)

Paula: Você tem conhecimento do Plano de Manejo proposto pelo PESH 2005/2006? O que acha do zoneamento proposto? E da estipulação da Zona-Histórico-Cultural Antropológica? Acredita que a criação dessa zona favorecerá as “comunidades tradicionais”? Se ela sair do papel...

Entrevistada: Acredito que muitos ainda não tem conhecimento que existe essa zona, o plano de manejo pelo conhecimento (tem umas 30, 40 páginas), pelo que eu li, ele favorece, mas a gente tem a preocupação desse favorecimento para a comunidade. Quando você ler você vai entender o que eu estou falando porque ele é bem complexo, o próprio plano é bem complexo para a comunidade. Toda vez que a gente senta para discutir esse plano dá briga, discussão e a gente acaba não chegando a um acordo se é bom ou se ele vai ser ruim. A prefeitura sabe desse plano, tem esse plano nas mãos, mas é uma preocupação para nós, se ele vai ser bom ou não.

Paula: E esse plano ele foi feito com a participação da comunidade, conforme está escrito e você acha que teve essa participação efetiva da comunidade?

Entrevistada: teve a participação sim, mas assim muitas coisas ali foram colocadas... Foi feito com a participação da comunidade, mas quem montou o documento foram os turistas né...e a maior parte das idéias ali dentro são dos turistas tem muitas coisas que até foram comentadas “o seria legal se fizesse isso”, mas tem coisas ali que não foram muito estudadas, devidamente estudado, e aí acho que provocou uma precipitação por parte desse plano.

Paula: e as principais idéias partiram do pessoal que vem de fora. Que moram aqui a um tempo, que vem passar a temporada?

Entrevistada: sim, até mesmo porque os moradores da comunidade nem tem essa noção né, do que é, do que significa muita coisa dentro daquele plano. Esse Plano foi feito com a colaboração do pessoal do PUC, nós temos uma maquete em exposição no parque...

Não há o registro (no Plano) dessas novas casas que foram construídas. Casas de caiçaras também. É uma outra briga né...porque eles querem que façam a inclusão das casas deles também.

Paula: Mas são recentes essas construções?

Entrevistada: Tem uns 3 anos...

Paula: Mas essas construções não poderiam ter sido impedidas?

Entrevistada: Mas são moradores daqui... Filhos de caiçaras que casaram e construiu suas casas para poder morar. E agora tem que fazer uma nova parceria com a PUC, é um novo projeto... Se não tem como fazer a inclusão...

Paula: Porque quando foi feito o Plano eles fizeram o levantamento de todas as casas?

Entrevistada: Sim, são alunos de arquitetura que fizeram até as plantas das casas... É bem legal o trabalho que eles fizeram... Pra ver quanto é complexa a vida aqui nessa vila. E somos uma comunidade, pagamos imposto pela propriedade, pra prefeitura... A prefeitura recebe o imposto, mas... Todo mundo aqui é posseiro, tudo posse...bem complicado. Inclusive temos um projeto de compensação ambiental da Petrobrás... Passar uma tubulação numa área onde os pescadores não poderão mais pescar... Por conta do projeto Mexilhão que eles estão implantando. Os pescadores escolheram 3 projetos para serem financiados, mas não estão podendo ser contemplados por conta do espaço físico...A Petrobrás não pode comprar terreno que não tem título, que não é legalizado...e aí tem uma discussão do que se faz com o dinheiro da compensação...

Paula: E em que área seriam esses projetos que os pescadores escolheram?

Entrevistada: construção de câmara fria, montar uma cooperativa...

Paula: Aí tiraram a área deles de pesca? Era um cerco?

Entrevistada: Não era uma área de mar aberto, onde eles jogam a rede... E para os pescadores nem foi perguntado se poderia ser feito ou não... Vai prejudicar vocês ou não vai... Foi implantado e pronto...só avisaram e vieram direto com a compensação. Contrataram uma empresa a SOMA que tá trabalhando com isso e estão trabalhando para ver o que fazem com esse dinheiro... No que que podem ajudá-los...A desgrça é tão grande, já tem tão pouco espaço para poder pescar e vai tomando as coisas...

Paula: Nossa quanta coisa que tem aqui!!!! Sendo tão pequeno!!!

Entrevistada: Tão pequeno, mas dá para escrever um livro... Da vida da comunidade. A situação que a gente sofre que a gente passa as dificuldades mesmo de algumas coisas...

Paula: Bom... Na sua opinião o que você acha da desafetação do bairro e na transformação em uma área de uso sustentável?

Entrevistada: Eu tenho dúvida pela questão da administração, como que funcionaria isso exatamente, como que seria, como que as coisas realmente iriam acontecer né..porque é bonito tá no papel, é muito lindo, vai favorecer a comunidade, por exemplo o desenvolvimento sustentável é uma coisa bacana né...é a coisa mais bonita que se tem, agora a gente tem medo da administração, como que tudo isso vai se desenvolver. Será que vai ser uma realidade realmente ou vamos ter problemas também em relação a isso. Agora a desafetação também me preocupa bastante, porque coma desafetação você tem aí os perigos que podem ocorrer numa vila... Vai urbanizar a vila, vai ser uma vila urbanizada... Então eu fico assim preocupada, como todo mundo, me preocupa as duas coisas... Acho que tem que ser muito bem estudado, ficar muito bem claro para a comunidade, mesmo os próprios órgãos competentes deveriam passar para gente essa segurança do que seria

Paula: Porque a comunidade acaba ficando na mão né? Ou da prefeitura ou do Parque...

Entrevistada: É exatamente isso, é isso que a gente teme que tenha medo... A história se correr o bicho pega, se ficar o bicho come... Tanto é que a preocupação deles é muito grande também, não é do interesse deles a desafetação. É uma briga da comunidade, mas ainda tem aquela preocupação. Mas eu sou a favor da re-categorização da vila numa nova Unidade de Conservação, sabe?

Paula: Que seria de uso sustentável?

Entrevistada: Sim... Acho que eu sou mais favorável a isso. Tem várias divisões dentro da própria vila, metade quer uma coisa... Várias idéias... Reuniões aqui geralmente são bem difíceis. É terrível a gente chegar a uma decisão... Parece que a gente sempre tem que ta voltando atrás, parece que a gente não consegue dar um passo a diante, sempre bate na mesma tecla, a situação parece que não desenrola... Vamos esperar aí né...essa nova reunião que vamos ter, ver se saberemos alguma coisa mais precisa do que vai acontecer com a Vila...

Paula: Quando que vai ser essa reunião?

Entrevistada: essa será marcada ainda... Provavelmente pro mês que vem...



## Anexo 2

### Transcrição das entrevistas realizadas no trabalho de campo de setembro de 2010

#### Entrevistas com moradores da Vila de Picinguaba

**Data: 08/09/2010**

##### **Entrevistado 1**

Idade/ faixa etária: 54 anos

Profissão/ trabalho: pescador (já foi pescador em embarcações, marinho, maricultor (vieiras). Hoje pesca mais artesanalmente mesmo, com canoa. O pescado é pouco, vende para a comunidade, turista, restaurantes, comércios da vila, não vende para fora. Pesca todos os dias.

1. Há quanto tempo mora na Vila de Picinguaba? (se não for nativo por que mudou para a Vila?)

Nasceu em Camburi e criança já se mudou para Picinguaba.

2. Quantas pessoas moram com o senhor(a)?

Atualmente mora sozinho. “ Já tive companheira, já criei 4 filhos, já tenho 8 netos e agora...”.

Paula: e vocês vivem tudo junto no mesmo terreno?

Entrevistado 1: “sim! Tudo junto...Tudo bem”

3. Quando o senhor(a) começou a perceber que a Vila estava crescendo/ mudando?

“A diferença do passado para agora o presente é que no passado tudo que a gente compra ou depende de um pequeno carro que vem no fim de semana trazer um “fim de feira” que eu não gosto de mentir: é um fim de feira... porque essa feira foi feita no sábado na cidade e no domingo ela chega nos bairros. É a sobra da feira...O alimento não é aquela qualidade.

Paula: e onde que é a feira?

Entrevistado 1: Aqui é em frente a Assembléia de Deus...

Paula: Mas quando você percebeu que a Vila tava mudando?

Entrevistado 1: é foi chegando mais pessoas, alugando mais casas, dando mais trampo, mais serviço pra alguém ganhar alguma coisa, alguém contratar alguém...faz mutirão de limpeza de lixo, de rio...porque aqui nós não tinha lixo, o lixo chegou depois do movimento da Picinguaba crescendo...cresceu tudo e trouxe lixo...Eu não jogo garrafa...eu to aqui, eu moro aqui...

Nem tudo eu compro da feira... eu tenho um sítio...

Se você sente alguma coisa eu te dou um chazinho que não vai prejudicar a sua saúde... Nunca fui no médico, graças a deus...

4. O que o senhor(a) acha que foi a causa dessas mudanças?

5. O que o senhor(a) achou quando o PESM foi criado? “o Parque é na realidade... não vou te enganar... ele foi uma coisa muito errada aqui. Porque eu uso como uma brincadeira, mas eu usava como uma coisa séria. Eu ia lá pegar aqueles peixes, eu usava tarrafa. Se alguém tem alguma coisa com alguns tipos de rede igual a tarrafa o que que tem que fazer: fecha a loja, fecha a fábrica. Num é me aborda ali no rio matando um peixinho trazendo pra mim, pra alguém comer... pô... me humilhar, fazer eu perder a paciência... Tirar cano, botar na minha cara, revolver... por causa de uma tarrafa que eu to matando um parati... pô a minha profissão é isso... gastei dinheiro fazendo curso.

Paula: Mais isso foi mais no começo e agora?

Entrevistado 1: Agora tão complicada...

...Você não vai viver em SP, no centro de SP dentro de um barraco. Você tem que montar uma casa para você, tem que ser um luxo... Aqui é outra coisa... O pessoal não é assim que vê. A palavra pobre e rico é a mesma palavra só que eu morando no centro de SP eu não posso montar um barraco de tábuas de compensado caramba! Será possível... Eu já morei pior que um barraco em cidade grande... Se eu tivesse na minha cabeça de ter uma mansão eu tinha: chegava de manhã tomava um café e comia meio pão... A noite eu tomava só um chá... mas se eu bebo vários, se eu gasto vários... eu num tô querendo nada disso não...

6. Quais os principais problemas encontrados no bairro?

Tratamento de água. “Nem todo mundo que bebe a água sabe donde é que ela vem”. Tem vários...

Paula: Na sua opinião:

Segurança... Apesar que aqui é tranquilo...

7. Qual a principal atividade econômica do bairro?

8. O que o senhor(a) acha do turismo na Vila?

É sossegado. É ótimo... Pode botar 10

9. O que você acha dos moradores aqui da Vila que não são de Ubatuba? Os turistas que vieram morar pra cá...

“Ah ...pode botar 10, 9, 11...”

10.E, na sua opinião, quais os aspectos positivos do bairro?

A companhia, as visitas... Eu me sinto bem...bastante gente visitando, conversando...sabe...se não não tem graça...

11.Você gosta de morar aqui? Por quê?

Eu adoro... Porque ...apesar de tudo que já passei, criei meus filhos, tenho meus netos...

12.O que o senhor(a) acha da ação da prefeitura na Vila?

É ninguém mexe não...

Paula: mas a prefeitura faz muita coisa aqui?

Entrevistado 1: Não..nós que comanda aqui...

13.E das ações da administração do PESM?

É sai fora disso... O Parque não funciona não... prá cá na praia não funciona não. (problemas com a pesca que ele já tinha citado no começo...). É bom eles toma conta da mata... Da parte da mata.

14.O senhor(a) conhece ou já ouviu falar do Plano de Manejo do PESM? “Como assim...” Não sei... Explica pra mim”

Sim  Não

15.Participou de alguma reunião sobre a elaboração do Plano de Manejo do PESM?

Sim  Não

16. E sobre o zoneamento que foi proposto no Plano de Manejo de 2005/ 2006 onde foi proposto a Zona Histórico-Cultural-Antropológica o senhor(a) tem conhecimento? “Como assim?” Me explica...

Sim  Não

17.O senhor(a) já ouviu falar da desafetação da Vila de Picinguaba?

“Como é?” Já... “Tirar a nojeira?” Bota a turma livre... Tão todo mundo amarrado... Com medo... Eu não to com medo. Se alguém cuidar de subir na minha casa, me esbarrar porque eu vou trocar uma porta... Sinto muito... Mas o meu pai educou certo...eu não vou deixar a minha casa caindo uma porta, uma janela em cima do meu filho, do teu filho,,,porque. Quem vem aqui, as criancinhas que vem de SP passar o fim de semana vão tudo pra sua casa, pra casa do caiçara...

Sim  Não

18.O que o senhor(a) entende por comunidade tradicional?

Paula: O que você acha que é um morador tradicional?

19.O senhor(a) se considera um morador tradicional? Por quê?

20.O que é ser tradicional para o senhor(a)?

21.E ser caiçara, significa o quê para o senhor(a)?

É uma pessoa pura, bom, honesta... igual eu assim...

(Quis dizer jeito simples... ele deu o exemplo que não importa aonde ele vai, ele vai com a mesma roupa...sem se importar com o que os outros vão pensar)

22.O que é ser caiçara hoje para você?

23.E o que era ser caiçara no passado?

“O caiçara no passado era uma coisa assim... muito bom... principalmente com a educação dos filhos... muito peixe, muita fartura..é farinha da roça, mandioca da roça, águas pura...agora você tem que tomar cuidado aí olha sua mangueira aí vê se não ta furada, porque passa no vizinho aí só que lá já tem o esgoto. Então, o passado caiçara foi ótimo, as canoas...hoje você não tem canoa... você vê igual eu tenho minha toa-toa ali. Não existe muita coisa de felicidade...perdeu a educação.

Se você tiver seu marido... Você tem direito de mentir pra ele por quê...porque agora existe lei pra você e existe lei pra ele...

24.O que é a cultura caiçara para o senhor(a)?

...Agora é a vendinha aí. O negócio... tamo tudo aí ...Não tem...

25.E o que identifica a cultura caiçara hoje?

26.O que mais representou o caiçara no passado para a senhor(a)?

A liberdade, conhecimento...

27. E hoje, o que mais representa o caiçara?

**Data:06/09/10**

**Entrevistado 2**

Idade/ faixa etária: 50/60

Profissão/ trabalho: comerciante (o comércio tem 15 anos) e pescador (pesca para vender no comércio e vende o excedente para a peixaria)

1. Há quanto tempo mora na Vila de Picinguaba? (se não for nativo por que mudou para a Vila?) 29 anos. Morava em Prumirim e achou que morar aqui na Vila era melhor.

2.Quantas pessoas moram com o senhor(a)?

4 no total

3.Quando o senhor(a) começou a perceber que a Vila estava crescendo/ mudando? De 20 anos para cá. Não é mais uma vila caiçara. O turista não vê o caiçara como caiçara. Não conversa. A tendência é arrancar os caiçaras para ficar para eles.

4.O que o senhor(a) acha que foi a causa dessas mudanças?

Telefone, estrada. Crescimento - turista

5.O que o senhor(a) achou quando o PESM foi criado?

Absurdo. Devia juntar 1º a comunidade. Em 82/83 fizeram a modificação, teve alguns conflitos na época. A gente como caiçara não precisava passar por isso. A gente consegue as coisas com tanto esforço...

6.Quais os principais problemas encontrados no bairro?

Saneamento básico

7.Qual a principal atividade econômica do bairro?

Mais turismo, pesca (cerca de 40 a 50 pescadores que exercem a profissão), trabalho braçal (construção civil, jardinagem)

8.O que o senhor(a) acha do turismo na Vila?

É bom em parte por oferecer emprego.

9.O que você acha dos moradores aqui da Vila que não são de Ubatuba?

Cerca de 12 turistas que moram a mais de 10 anos.

10.E, na sua opinião, quais os aspectos positivos do bairro?

Moradia, pesca, turismo.

11.Você gosta de morar aqui? Por quê?

12.O que o senhor(a) acha da ação da prefeitura na Vila?

Acho bom a prefeitura tomar conta, desde que haja fiscalização tanto para os caiçaras como para os turistas. Tem um posto de saúde, o médico vem uma vez por semana. Tem uma enfermeira. "Se não é administrado pela prefeitura por que paga imposto então"?

13.E das ações da administração do PESM?

"Aí os ricos fazem e os pobres não fazem nada"

14.O senhor(a) conhece ou já ouviu falar do Plano de Manejo do PESM?

Sim                       Não                      " mais não foi nada efetivado"

15.Participou de alguma reunião sobre a elaboração do Plano de Manejo do PESM?

Sim                       Não

Não viu nenhum resultado ainda. Nem da prefeitura nem do Parque. Plano de manejo: não fizeram nada mais até agora.

16. E sobre o zoneamento que foi proposto no Plano de Manejo de 2005/ 2006 onde foi proposto a Zona Histórico-Cultural-Antropológica o senhor(a) tem conhecimento?

Sim                       Não

Para ele tem órgãos muito interessados nisso... outros interesses...

17.O senhor(a) já ouviu falar da desafetação da Vila de Picinguaba?

Acha melhor desafetar a vila, porque aqui já é urbanizado, porque não pode ficar dentro do PESM. Depois da reunião de um ano atrás não houve mais discussão com os moradores. Só teve regularização fundiária.

Sim                       Não

18.O que o senhor(a) entende por comunidade tradicional?

Quem vive no lugar e adquire as coisas do lugar. Tem raiz aqui dentro.

19.O senhor(a) se considera um morador tradicional? Por quê?

"Sim... nasci na beira da praia, sou caiçara né..." Deveria ser mais tradicional, ter menos turistas e mais caiçara para cuidar melhor do lugar.

20.O que é ser tradicional para o senhor(a)?

21.E ser caiçara, significa o quê para o senhor(a)?

22.O que é ser caiçara hoje para você?

Mais poderoso. Poder na região dele. Não depender de tanto esforço para sobreviver...

23. E o que era ser caiçara no passado?

Cultura: danças. Tinha mais coisas culturais: Folia de Reis, procissão. Agora não tem mais nada, só uma festa junina que a Associação que faz no Reveillon. Se voltasse a cultura ia ser mais forte na comunidade...

24. O que é a cultura caiçara para o senhor(a)?

25. E o que identifica a cultura caiçara hoje?

Hoje não tem mais, a tradição tá acabando, a cultura tá acabando... O pai dele com 80 anos fala que: "se não tivesse turista o caiçara viveria melhor"

26. O que mais representou o caiçara no passado para a senhor(a)?

27. E hoje, o que mais representa o caiçara?

Quando você mora num lugar que tem raiz é tudo. Tem prioridade no lugar.



**Data: 08/09/2010**

**Entrevista realizada com a presidente da Associação de Moradores de Picinguaba**

Paula: Muito complicado né. Que nem aqui em Picinguaba. A 1ª vez que eu vim aqui eu pensei aqui faz parte do PESM? Mas tanta casa, pousadas...

Presidente: Hoje a gente ta sofrendo as conseqüências de tudo que passou lá atrás. A gente não tem que sofrer as conseqüências deles... Hoje a gente não quer sair de Picinguaba. Essa geração é a que quer viver em Picinguaba, que não quer que Picinguaba se transforme num bairro de Estufa, de Ipiranguinha...a gente não quer isso. A gente quer isso aqui... Que nem eu tô com você. Vamos sentar e olhar o mar e vamos conversar... Isso é Picinguaba. É um lugar especial!

Paula: Que bom que você acha isso, porque a maioria parece que não acha né? As vezes os moradores estão tão acostumados e não dão valor...

Presidente: Eles não dão valor... Mas eu penso diferente, o meu lugar é especial. Eu Não quero que muda. O PESM na verdade tem que ajudar nós, porque eu não quero mudar...e daqui a pouco tem arma, assalto e meus netos não podem brincar...Hoje a praia da suja porque ta chovendo, mas num dia de sol nossos filhos, nossos netos tão brincando ali . É isso que é o encanto de Picinguaba que a gente não quer que mude... Que não quer prédios e prédios, isso tipo de coisa que ta acontecendo. Tem uma disputa do turista que veio, que comprou que briga pela terra. Nós não briga pela terra. Nós brigamos pra nós viver nesse lugar, porque passou geração e geração e nós não nos preocupamos com terra, com documento de terra. Nós se preocupamos em como a gente vivemo,,,chega o pessoal de fora e fala nossa vocês tão no paraíso...isso é o que a gente quer que continue...Só que o turista veio e quer acabar com tudo né...fazer sobrado, rio poluído, , a água está poluída. Daí falam é o caiçara que ta poluindo, mas na verdade não é o caiçara.

Paula: Se nunca foi poluído e agora ta... O que ta acontecendo?

Presidente: Exatamente. A vida inteira a gente nunca...

Paula: Quem tá aqui tem que cuidar...

Presidente: Hoje a gente ta dividido...

Paula: os caiçaras?

Presidente: porque na verdade os caiçaras filhos da terra (os caiçaras raiz) não. Uma parte lá do morro são pessoas que vieram do Camburi e grilaram parte do morro do Baú. Foi trocado terreno por uma espingarda, por cavalo... esses não são nativos. Hoje são porque eles tão morando aqui com nós... mas eles são de Camburi. Daí eles se

juntaram com o poderoso chefão e dividiu a gente. Hoje ele tá fazendo uma nova associação, que a gente já tem uma que tem uns 12 anos ou mais... e hoje ele tá fazendo a associação escondido porque esse povo apóia ele a gente não. Pra fazer tudo que eles tão fazendo aí, irregular... porque a gente não quer mais pousada, chega com isso! Era nós que tínhamos que fazer. É nós que dependemos desse pedacinho de terra para conseguir o pão de cada dia.

Presidente: O pessoal vem monta a pousada deles, ganha o dinheiro deles, paga um salário (500 reais)... Hoje eu falo que se desafetar vai virar o que congelamento... e vai acabar com o resto

Paula: O congelamento que você fala é que não vai poder fazer mais nada se desafetar?

Presidente: Eu queria uma reserva de desenvolvimento sustentável... é nós que tinha o direito, porque os que viveram lá atrás venderam, venderam e nós como é que fica? Até os passeios hoje tem pousada que fazem com o próprio barco deles...

Paula: E usa até os funcionários deles... mas aí com esse zoneamento novo o objetivo era transformar numa reserva de desenvolvimento sustentável, agora que entrou a discussão da desafetação...

Presidente: Se eu pudesse eu ia lá pra Brasília discutir com os deputados... Por favor não tira Picinguaba do parque.

Paula: você não é a favor da desafetação?

Presidente: Não sou.

Paula: mais o que você acha: assim fica uma área meio sem cuidar entre aspas porque a prefeitura não pode cuidar, o parque também não porque é uma área de proteção... Proteção da natureza, então como é que fica? O saneamento a prefeitura não pode fazer e nem o parque...

Presidente: Tamo jogado nas mãos das traças... Eu penso assim a hora que desafetar manda quem pode e obedece quem tem juízo porque a prefeitura é dinheiro então nós caiçaras não temo dinheiro pra competir com os grandões...então eles vão fazer tudo , acabar de comprar o resto dos caiçaras e adeus Picinguaba. Então essa é a minha preocupação. Não é assim ir pra prefeitura. Eu acho assim se a gente precisa de alguma coisa a prefeitura até ajuda nós... Porque dinheiro compra tudo. Você acha que aquele cara da casa amarela, você acha que ele não vai fazer tudo... Esse sobrado aqui era um rancho de pesca de um caiçara muito antigo, discutiu porque falaram que não podia aumentar,... ele fez. Porque dentro do Plano de uso do solo fala que não pode mais ter sobrado na beira da praia. Por isso que eu não acredito no plano de uso do solo, pra mim ele não existe... Porque todos querem fazer agora, detonar tudo que tem para depois criarem regras... Porque as regras só vão servir para nós. Eles pagaram tudo isso, colocaram associação e falaram que os moradores participaram. O

seu Alfredo foi o tal do urbanista que disse que o plano de uso a gente ia poder colocar mais coisa, daí depois falaram que não... que plano de uso do solo é esse, dá direito pra eles e pra nós não...Eu não concordo com esse tipo de coisa.

Paula: mais que bom que você é a presidente da Associação? VC ta a quanto tempo?

Presidente: Um ano e pouquinho. São 2 anos. Se a comunidade quiser que vai reeleger a gente vai...o medo da gente é...porque essa nova associação que eles estão montando

Paula: essa nova associação que você fala é mais dos turistas?

Presidente: tem caçara no meio, mas quem lidera é o turista... porque o cara poderoso é que manda. Mas nas reuniões que tiver eu vou detonar, porque presidente eu não posso falar muito, tenho que me controlar, mas hoje eu sou telhado amanhã eu vou ser pedra. Eu não vou deixar os caras virem e darem ordens pra gente não. O Parque foi negligente com a gente, deixou vir e fazer todas essas casas, agora quer por regra pra gente, não pode isso, não pode aquilo. Então porque não coloca ou regras antes ou falava pro caçara você vai vender mas construir não vai poder não, daí ninguém ia vender. Porque é um parque de proteção integral, o homem não deveria estar aqui, mas nós já estava. Então eles têm que ajudar nós pra nós ajudar eles, só que deixou acontecer tudo isso, agora que por lei pra gente. Porque o cara sabe que não pode fazer, mas construiu.

Paula: o que mais é discutido nas reuniões agora é a desafetação, tem mais alguma coisa?

Presidente: o esgoto e a desafetação que até agora a gente não sabe se se vai desafetar ou não...

Paula: mais vocês discutem isso, quem vai decidir sobre a desafetação? Vai vir lá de cima a ordem?

Presidente: a gente já foi lá em sp discutir... porque se todo mundo quer que desafeta então ela vai ser desafetada, mas então desafeta do trevo pra baixo e eles não querem. Porque os outros presidentes eles delimitaram um limite do parque que pega o lixãozinho pra cá... então a gente não pode expandir. E daí como ficariam os nossos filhos, vão casar e vão morar aonde? Vão ter que embora do lugar deles... ah não...daí que a gente bate de frente com eles...

Paula: e no caso de uma reserva de desenvolvimento sustentável?

Presidente: pelo menos nossos filhos e netos morariam em picinguaba...nós vamo viver na verdade do turismo. Porque hoje o turismo que dá dinheiro pra nós é o que vem visitar não o que tem casa... Eles pensam mas o turista vais embora e nós vamo morrer de fome, mas como morrer de fome. Uma reserva de desenvolvimento sustentável vai

atrair turista, porque tá preservado. Temos poucos pescadores porque hoje o mar não está muito pra peixe. Mas temos que pensar que o caiçara vai pegar pouco peixe mesmo, só para comer. Mas hoje a gente tem que pensar no turismo. Mas aonde a gente vai viver do turismo, não tem casa mais pra gente fazer pousada...  
O caiçara tem que abrir a mente. Todos deveriam se juntar e abrir a nossa mente: é nós que dependemos do lugar pra gente viver...

O caiçara não tem mais lugar, mais espaço pra nada aqui!

Paula: a maior parte dos caiçaras eles trabalham fora daqui... ainda pesca?

Presidente: a maioria dos jovens pescam pra fora. Eu tenho um filho de 20 anos que já ta a mais de 10 dias pra fora. O peixe ta fraco por isso que eles ficam mais tempo. Eles vem e descarregam em Ubatuba daí lá tem o atravessador que leva pro Ceasa, pro rj...só que quem ganha é o atravessador. As mulheres trabalham em pousadas, faxineiras de casa. Bem poucos vão pra Ubatuba trabalhar.

Paula: o que você acha que é ser um morador tradicional?

Presidente: pra mim são raízes... são gerações que vieram de gerações e o modo de você viver no lugar...porque eu sou diferente de você e sou diferente do turista que chegou aqui. Eu to no meu lugar e não to nem aí... de chinelo no pé. O modo de ser nosso é diferente. São os filhos nativos da terra.

Paula: O que você acha que identifica a cultura caiçara hoje? Já tá muito modificada, tem alguma coisa de raízes?

Presidente: bem pouco né. Porque antes tinha festa, dança. A única coisa que a gente faz é uma festa em julho, tem quadrilha. Só agora são tudo evangélico, a igrejinha fica fechada anos e anos (católica). Ninguém vai mais. Era São Gonçalo, folia de reis a gente ia dançar em outros lugares divino. Hoje não tem mais. O progresso veio e detonou com tudo rapidamente... você pergunta pra uma criança dessa ela não sabe dizer quem são meus avós e meus bisavós, da onde eu vim

...ou a gente resgata a nossa cultura de novo ou então acabou. Antes você comia biju da farinha de mandioca... comia raízes (mandioca, cara), Hoje não tem mais isso hoje é o pão fermentado. Antes tinha plantação de cana, mandioca... apesar que hoje não pode mais nada disso né...

Paula: antigamente era aqui mesmo na vila (as plantações)?

Presidente: é...meu pai tem 78 anos se ele sentar pra conversar com você daí você vai saber a história de Picinguaba inteirinha...

Presidente: a gente ta pensando em fazer uma festa em outubro... mas uma festa que vire tradição, mas a gente não achou ainda...o que seria?

Paula: perdeu tudo?

Presidente: perdeu não temos mais...

A gente tem muito mais crentes... e os jovens não pensam mais nisso não. A gente vê lá na televisão, lá pro nordeste aquelas danças, a gente vê que continua. Passa de pai pra filho.

Paula: Porque será? Porque aqui foram muito rápidas essas transformações?

Presidente: Eu acho que não, eu acho quando chegou televisão, as coisas tudo mudou... acabou...ninguém incentiva mais. Você vai lá na escola não tem nada ...do lado de lá é diferente (nordeste) eu acho bonito...

Tá acabando tudo e com o tempo vi mudar mais... cada um que vende uma casa é mais um que vai embora. Eu penso que pró futuro vai virar um condomínio. Mas eu gostaria que o parque nos ajudasse mais, desse valor aos tradicionais... é isso que a gente...

Hoje você fala que Picinguaba já tem escola, igreja... não dá pra mudar...

Paula: você fala o que, voltar?

Presidente: Não voltar, mas é que já é um bairro urbano né?

Paula:Mas pode-se tentar manter...não fazer mais casas, mais pousadas...

Presidente: Não tem nem mais lugar pra gente fazer nossa sede da associação

Paula: o que eu tava vendo é que as casas são muito grudadinhas...

Presidente: é esse o problema do esgoto. Do jeito que ta não dá pra fazer o esgoto...vai ter que ser demolido pra passar o esgoto

Paula: é mais de quem?

Presidente: Então né..vão querer demolir a nossa né...turista não vai pro chão.

Paula: e é tudo fossa?

Presidente: Já era, eles falam que Picinguaba está contaminada tanto a água de beber quanto a do mar.

Paula: mas e a água de beber vocês continuam tomando?

Presidente: é mais a gente já tem defesa né...tem médico aqui que fala que tá cansado de fazer exame de fezes em todo mundo e não dá nada...mas vai você beber uma água

dessas... você vai ter disenteria...prá você faz mal que não tá acostumada...mas nós, bebemos desde criança essa água...

Paula: Não tem mais pergunta não... você já falou tudo...

Presidente: eu nem falei ainda...

Paula: e faz quanto tempo que asfaltou a estrada aqui?

Presidente: faz um tempão. 1º veio a luz e depois a estrada...

Tombaram Picinguaba para proteger... Isso é não usar, não acontecer mudanças... só que logo em seguida virou Parque, só que o que era esse Parque que ninguém entendia nada...não tinha diálogo, eles vinham e faziam, mas até pouco tempo também , não tinha reuniões. O plano de manejo, de uso do solo era muito atrito. Você não entendia nada, saia da reunião sem entender nada... a gente veio aqui para que? Pra ver brigas, discussões, e a reunião acabava ali e a gente saia sem solução... daí foi aí que fizeram o limite do Parque, mas nada que a comunidade soubesse. Vai delimitar o parque dali a ali, mas a gente não tinha noção do que seria isso... quando caiu a ficha...vai delimitar, vai desafetar...e outra quando falava da desafetação a comunidade nem sabia o que era desafetação . Reunião era feita entre eles, não com a comunidade, a comunidade participava, mas era feita em palavras que a comunidade não entendia...

Paula: porque o plano de manejo ele é colocado como participativo...

Presidente:...porque Picinguaba é maravilhosa, mas também é o fim do mundo... então aqui são pessoas que nem estudaram. Você fala uma palavra mas as pessoas não sabem o que significa...eu acho que tinha que fazer novas câmaras técnicas para a população participar.

Paula: porque agora não tem mais a daqui?

Presidente: faz tempo que não tem câmara técnica... a Lica era favor das comunidades tradicionais, fazia reuniões sobre isso. Tinha carro levava a gente prá todo lugar... Mas com esses políticos aí não aconteceu mais nada... Por isso que eles querem que desafete, porque eles querem tudo pra eles...na verdade...

Paula: tem que deixar bem claro pra população: vocês querem que desafete ou querem ficar no parque? Eles não tão sabendo as conseqüências disso...

Presidente: eu fui até SP falar com Xico Graziano... Eu falei se existir a desafetação porque todo mundo quer... mas pense com carinho em nós, porque nós já estamos 3 gerações aqui. Nós não nascemos ontem... Estamos esperando ver o que vai acontecer...

Paula: e não teve mais reunião para discussão?

Presidente: agora não porque como tem eleição né...eu acho que só depois vai começar de novo...

Paula: as reuniões são aonde?

Presidente: às vezes são aqui, às vezes no parque. Só que nas reuniões tem aqueles que mais falam, cortam sua frente, os turistas... eles acham que sabem mais que você e você não fala, porque hoje tem 33% de caiçaras, mas acho que já cresceu porque os jovens já casaram, tem 50% de turista e 17% outros que são os que tem pousada e que moram aí...

Paula: tem que aumentar a família aí...

Presidente: mas pensa bem eu tenho 4 filhos. Uma já tem uma filha... a outra casou também...só meu filho que é solteiro...se toda família casou e já tem filho...então nós já temos mais que 50%. O turista vem passar fim de semana e vai embora, nós que moramos aqui os 33% na verdade...que sofremos as conseqüências de tudo...eles só vem passear e vão embora, tiram tudo que podem, alugam as casas deles. A gente espera o ano todo pra alugar casa...

Paula: mas vocês saem das suas casas?

Presidente: É mais a gente fica por aqui mesmo... tem outra casa, um barraquinho e aluga a nossa casa...minha filha casou e eu dei a parte de cima da minha casa para ela. Daí quando alugo a parte de baixo fico lá em cima... na verdade eu nem fico né porque eu fico lá na Ilha (Ilha das couves). A maioria dos caiçaras que tão aqui construíram um barraquinho, daí na temporada alugam suas casas e ficam no barraquinho. Pra ter uma renda pra ajudar. Hoje oh é um feriadão de 7 de setembro só que choveu... nós não quer mais pousada...quer matar a gente de fome? Peixe tá acabando, é pousada e mais pousada tira o aluguel da gente, tem as escunas... daqui a pouco a gente vai fazer o que. Você vai achar que vendendo sua casa e indo embora daqui você vai viver um mundo melhor mas você não vai...porque aqui você nasceu e lá você vai viver num muro com 4 paredes...

Paula: mas para eles tá bom o salário... (donos )?

Presidente: mas para os que trabalham as vezes eles acham que tá bom o salário. E lá não tem essa não, faxineira, cozinheira, todo mundo ganha o mesmo salário (500 reais).

Tudo pra nós é difícil aqui...

Paula: daí vai vir aquele projeto de desenvolvimento sustentável...

Presidente: a gente espera que venha né.. porque se cai na prefeitura. A gente tem que esperar alguém para ajudar nós fazer o que é certo aqui na vila a maioria dos caiçaras vai embora... Tem um monte de casa a venda. Eles acham que na cidade tem mais trabalho, dá pra ganhar um pouco mais...

Paula: daí vai morar lá naquele bairro escondido lá...

Presidente: e essa beleza vai ficar aqui... eu por enquanto eu falo a minha casa eu não vendo...deixo pros meus filhos, não sei quanto aos meus filhos, mas eu não pretendo vender...mas não é todo mundo que pensa e dá valor...eu penso isso é meu, mas será que é todo mundo que pensa assim...

Paula: mas também tem gente que sofre muito né... não tem emprego, longe das coisas, dá um desespero...é o desespero que faz isso.

Presidente: eu acho assim, vou vender minha casa por 200, 300 mil daí pega esse dinheiro e acha que vai ficar rico pra vida inteira...mas é na hora do desespero que você vende tudo, depois vai se arrepender...Tem uns que não querem ir embora né , mas vai ficar tão pouco, porque os que tão aqui são os mais jovens, os mais velhos...porque por exemplo isso aqui era rancho de pesca, já foi vendido tudo pra turista Casa de caiçara que mora na beira da praia é só a minha, só eu moro na beira da praia...aqui não tinha nada disso não, a praia era limpinha... porque na verdade os ranchos, essa parte da praia é tudo irregular, tá na areia é tudo da União...os ranchos de pesca eles fazem casa para morar, as vezes tem 2, 3 casas alugadas e mora no rancho de pesca.

É muito difícil, sobreviver nessa Picinguaba ninguém merece.

Paula: Quantos moradores têm aqui?

Presidente: eu acho que uns 400. Casa tem 270 eu acho.

Você pode ver que é vielinha que não acaba mais. Você pode ver que hoje até os caminhos estão fechados né.

Tem um problema que hoje os filhos casam e os pais querem pelo menos dar construir um quarto com cozinha e banheiro e não podem construir... e os turistas constroem sem autorização

...trocar telhado, pintar, rebocar, tudo isso tem que pedir autorização, troca de porta, janela...

A prioridade maior hoje de quem é do Parque, porque ainda está dentro do Parque... só que o Parque é negligente...

A lei fica bem clara ou é pra todos ou não é para ninguém... porque nós tamos fazendo tudo dentro dos conformes. O parque pediu para fazer uma reforma tem que fazer o pedido de autorização. A maioria está fazendo, o cara que tem dinheiro não faz...  
...Enquanto tiver minha vida caiçara nós tamo aqui.

O melhor era quando a gente morava sozinho. A gente era feliz e não sabia, não tinha muro e todo mundo respeitava todo mundo. Era tudo limpinho, os caminhos passavam dentro dos terrenos. Hoje já muraram tudo e cada vez tá murando mais... Hoje você não entra dentro da casa do turista pra passar né. Mas é essa geração de turista... porque no começo era diferente. O turista era muito unido ao caiçara... Tudo isso acabou. Hoje poucos turistas são amigos do caiçara.

Paula: você sempre morou aqui em baixo, sempre na mesma casa?

Presidente: eu morei na casa da minha mãe mais lá em cima, hoje já vendeu, depois que casei mudei pra baixo. Vou fazer 47 anos agora no domingo... então eu tenho 47 anos de Picinguaba. Meu pai tem 78, minha mãe tem 72. Minha mãe não é filha daqui, meu pai é.

...essa geração (meninos jogando bola) tudo nasceu aqui...



### Anexo 3

#### Modelo do questionário aplicado aos moradores da Vila de Picinguaba

Data:

Nome:

Idade/ faixa etária:

Profissão/ trabalho:

1. Há quanto tempo mora na Vila de Picinguaba? (se não for nativo por que mudou para a Vila?)
2. Quantas pessoas moram com o senhor(a)?
3. Quando o senhor(a) começou a perceber que a Vila estava crescendo/ mudando?
4. O que o senhor(a) acha que foi a causa dessas mudanças?
5. O que o senhor(a) achou quando o Parque Estadual da Serra do Mar foi criado?
6. Quais os principais problemas encontrados na Vila?
7. Qual a principal atividade econômica da Vila?
8. O que o senhor(a) acha do turismo na Vila?
9. O senhor(a) se sente incomodado com os moradores que não são da Vila? Por quê?
10. E, na sua opinião, quais os aspectos positivos da Vila?
11. O senhor(a) gosta de morar aqui? Por quê?
12. O que falta na Vila para o senhor(a)?
13. Quais são as suas necessidades básicas?
14. Quais as necessidades da Vila com relação à saúde, à educação, transporte, moradia e alimentação?
15. O que o senhor(a) acha da ação da prefeitura na Vila?
16. O que o senhor(a) acha das normas, regras colocadas pelo Parque Estadual da Serra do Mar para os moradores da Vila?

17. Como o senhor(a) acha que essas regras deveriam ser para que seus direitos fossem atendidos?

18. O senhor(a) conhece ou já ouviu falar do Plano de Manejo do Parque Estadual da Serra do Mar ?

Sim  Não

Se sim, o que é o Plano de Manejo para o senhor(a)?

19. Participou de alguma reunião sobre a elaboração do Plano de Manejo do PESHM 2005/2006?

Sim  Não

20. O senhor(a) sabe que a Vila está incluída numa área que se chama Zona Histórico-Cultural Antropológica?

Sim  Não

21. O senhor(a) já ouviu falar da desafetação da Vila de Picinguaba?

Sim  Não

22. O que significa ser caiçara para o senhor(a)?

23. Qual a diferença do caiçara do passado e o de hoje para o senhor(a)?

24. O senhor(a) gosta da convivência com os caiçaras?

25. Com relação às festas, a religião... Houve muitas mudanças no decorrer do tempo aqui na Vila?